

GISELLE GARCIA DE OLIVEIRA

O ANTILHANISMO DE EUGENIO MARÍA DE HOSTOS
(1863-1903)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Cultura de Migração.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho. (UFG)

GOIÂNIA

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O48a Oliveira, Giselle Garcia de.
O Antilhanismo de Eugenio Maria de Hostos (1863-1903)/
Giselle Garcia de Oliveira. – Goiânia, 2006.
171 p.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
2006.

Bibliografia: f. 165-171

1. Antilhanismo. 2. Identidade. 3. Caribe. 4. Antilhas. 5.
Autonomismo. 6. Anti-Colonial. 7. Anexionismo. 8. Anti-
Anexionismo. 9. Independentismo. 10. Federação. 11.
Confederação. 12. Revolução. 13. Civilização. 14. Educação.
15. Progresso. I. Carvalho, Eugênio Rezende de.
II. Universidade Federal de Goiás. III. Título.

CDU 94(729)

TERMO DE APROVAÇÃO

GISELLE GARCIA DE OLIVERIA

O ANTILHANISMO DE EUGENIO MARÍA DE HOSTOS
(1863-1903)

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de _____, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores.

Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho
Presidente da Banca (UFG)

Profa. Dra. Kátia Gerarb Baggio (UFG)

Profa. Dra. Fabiana de Sousa Fredrigo (UFG)

Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt (UFG)

Com imenso carinho e respeito dedico essa vitória ao meu esposo Antonio, amigo, companheiro e colaborador em todos os momentos. Aos meus filhos, Caroline e Kaíque, que sempre me apoiaram e incentivaram nessa caminhada. Aos meus pais, Vicente e Luzia, pelo empenho em minha educação, pelo apoio, pelo carinho e pelas orações.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder o dom da vida e a capacidade de lutar pelos meus objetivos com dignidade e respeito.

Ao professor e orientador dessa dissertação, Eugênio Rezende de Carvalho, pela confiança, amizade e dedicação.

Ao Mestrado em História da UFG, professores e funcionários, pela atenção e credibilidade.

Às professoras Fabiana de Sousa Fredrigo e Libertad Borges Bittencourt por me acompanharem nas etapas avaliativas colaborando significativamente para o enriquecimento do trabalho. À professora Kátia Gerarb Baggio pelo acompanhamento na defesa final.

Ao Centro de Estudos do Caribe no Brasil que me possibilitou realizar leituras e pesquisas para enriquecer meu trabalho e, especialmente, à professora Olga Cabrera.

Ao professor Leandro Rocha Mendes pela atenção em momentos de dificuldades e aflição.

Aos coordenadores e funcionários da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Brasília, pela atenção no momento de consulta e cópias das fontes utilizadas para realização do presente trabalho.

Aos colegas que fizeram parte das disciplinas freqüentadas durante o curso contribuindo com suas reflexões e debates.

Aos amigos pessoais que me apoiaram e se mantiveram ao meu lado durante essa jornada.

SUMÁRIO

RESUMO -----	6
ABSTRACT-----	7
ILUSTRAÇÃO CARICATURA DE EUGENIO MARÍA DE HOSTOS -----	8
INTRODUÇÃO -----	9
CAPÍTULO 1 CONTEXTO HISTÓRICO CARBENHO-ANTILHANO -----	19
CAPÍTULO 2 EUGENIO MARÍA DE HOSTOS NO CONTEXTO HISTÓRICO CARIBENHO-ANTILHANO -----	43
CAPÍTULO 3 FUNDAMENTOS DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO -----	64
CAPÍTULO 4 FASE AUTONOMISTA E ANTICOLONIAL DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO -----	85
CAPÍTULO 5 FASE INDEPENDENTISTA E ANTI-ANEXIONISTA DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO -----	108
CAPÍTULO 6 O ANTILHANISMO HOSTOSIANO DIANTE DA ANEXAÇÃO DE PORTO RICO (1898) -----	132
CONCLUSÃO -----	157
FONTES E BIBLIOGRAFIA -----	165

RESUMO

Esse trabalho, situado no contexto mais amplo das discussões sobre a temática identitária americana, tem como objeto o conceito de antilhanismo no pensamento e obra do intelectual porto-riquenho Eugenio María de Hostos (1839-1903). Tal conceito torna-se compreensível a partir das inúmeras definições e interpretações do Caribe, as quais, além de revelar a ambigüidade do termo, o coloca em relação com outros conceitos precedentes, como Antilhas. Foi no processo de independência das Antilhas espanholas, Cuba e Porto Rico, na segunda metade do século XIX, que observamos a emergência de um sentimento de antilhanía ou movimento antilhanista entre a intelectualidade caribenho-antilhana. Compreender os elementos e critérios demarcadores desse ideal em Hostos, constituiu o objetivo principal de nosso trabalho. Para tanto, lançamos mão, metodologicamente, da análise do discurso, procedimento que possibilitou identificar e analisar três fases do antilhanismo hostosiano no período de 1863 a 1903. A primeira fase, denominada autonomista e anticolonial, localiza-se entre os anos de 1863 a 1869, a segunda, independentista e antianexionista, compreende o período de 1869 a 1898, e por fim, a terceira fase, anexionista condicionada, iniciada a partir dos resultados da guerra hispano-americana, em 1898. Em cada fase, nos seus diferentes contextos, verificamos os critérios utilizados por Hostos para definir o campo identitário antilhano.

ABSTRACT

This work, situated in the broader context of the discussions about the american identitarian thematic, has as its object the concept of antillanism in the thought and work of Porto Rico's intellectual Eugenio María de Hostos (1839-1903). This concept becomes comprehensible from many definitions and interpretations of the Caribbean, which, besides revealing the ambiguity of the term, relates it to other preexisting concepts, such as Antilles. It was in the process of independence of the Spanish Antilles, Cuba and Porto Rico, in the second half of the XIXth century, or of an antillanist movement among Caribbean-antillian intellectuality. Understanding the foundational elements and criteria of this ideal in Hostos became the main goal of our work. In order to achieve that goal, we dealt methodologically with discourse analysis, a procedure that allowed us to identify and analyze three phases of hostosian antillanism in the period from 1863 to 1903. the first phase, denominated autonomist anticolonial, is situated between 1863 and 1869; the second one, independentista and anti-annexationist, between 1869 and 1898 and, at last, the third one, annexationist under regulated conditions, initiated from the results of the spanish-american war in 1898. In each phase, in its different contexts, we noticed the criteria used by Hostos to define the antillian identitary field.

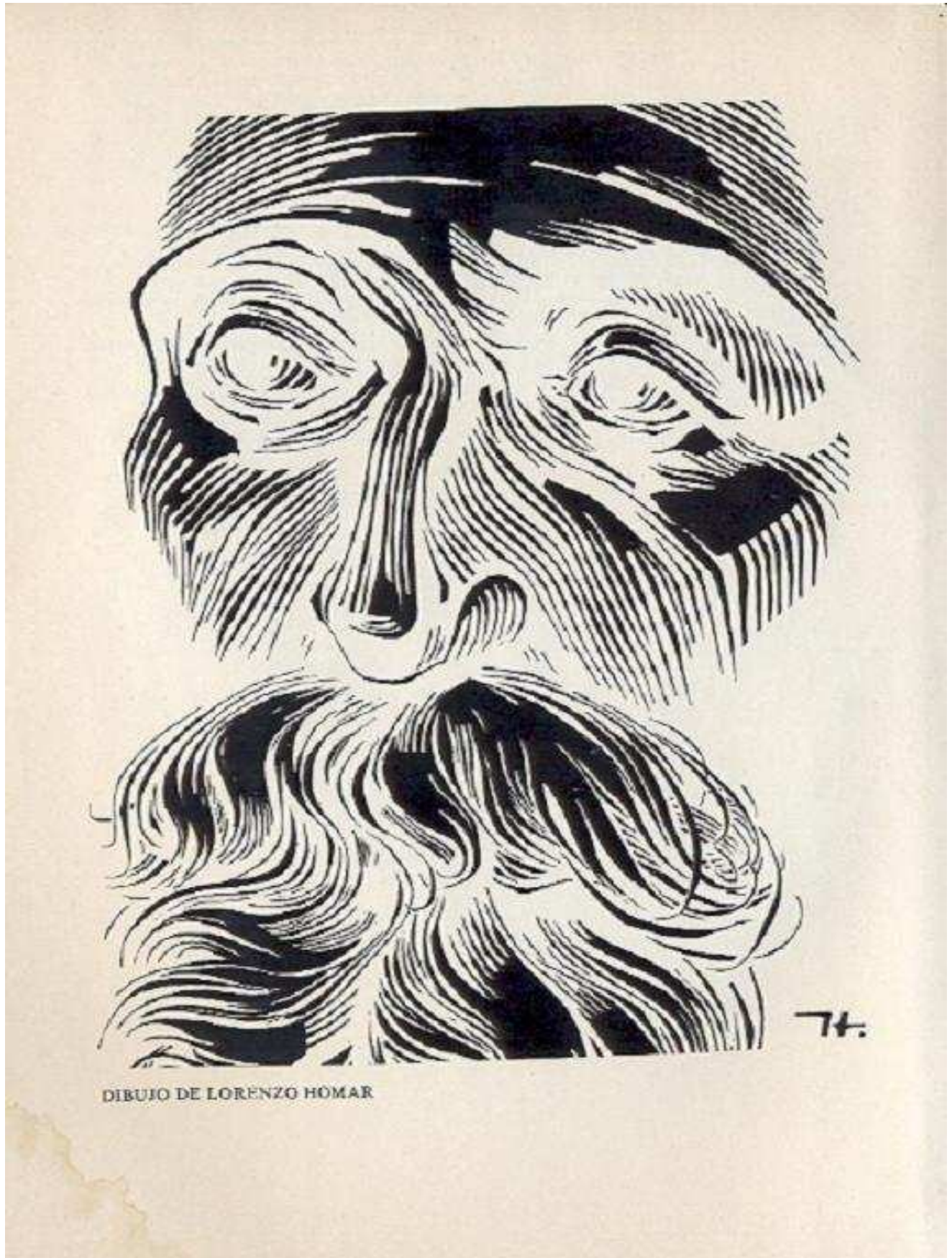


Figura 01 – Caricatura de Eugenio María de Hosto

Fonte: MALDONADO-DENIS, M. (org.) *América: la lucha por la libertad*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

INTRODUÇÃO

O ideal libertador que caracterizou as colônias hispano-americanas no século XIX colocou em questão uma série de fatores os quais figura uma ampla discussão sobre a forma como se daria a luta independentista e a constituição das sociedades recém independentes. Tais especificidades históricas, associadas à influência das correntes ideológicas de caráter científico-filosófico vindas da Europa, constituíram a base do pensamento da elite intelectual hispano-americana que, com seus projetos libertadores, identitários e civilizadores, se envolveram nesse ambiente conflituoso de idéias. Tornou-se urgente para essa elite intelectual definir o caráter das novas sociedades independentes.

A partir de tais considerações torna-se plausível ler os intelectuais do século XIX como que engajados na difícil tarefa de refletir e apontar caminhos viáveis para a reconstrução das novas sociedades independentes ou ainda por se independentizar. É assim que as discussões sobre identidade permeiam grande parte da produção intelectual latino-americana do período. Nos debates atuais, muitas considerações ocorrem no sentido de estabelecer uma estreita relação entre o conceito de identidade e a construção do pensamento latino-americano e suas orientações. Para Eduardo DEVÉS VALDÉS (1996, p. 188) “...*el concepto de identidad se transforma en clave para retratar la dinámica del pensamiento latinoamericano...*”

A riqueza desse esforço reflexivo sobre a problemática identitária americana encontra-se nas diferentes perspectivas assumidas pelos intelectuais que dela se ocuparam, sobretudo no que se refere à discussão do “ser” e do “vir-a-ser” americano. Enquanto alguns partiam da idéia de recusa do existente, pautados em modelos externos, outros seguiam justamente um caminho inverso, aceitando a própria realidade e, por conseguinte, a elaboração de projetos fundamentados em elementos autóctones. O que se era e o que se deveria ou necessitava ser, segundo

determinados elementos e normas, constituem questões que estiveram na pauta dessas inúmeras reflexões do período. Dessa forma, deparamo-nos com uma variedade de idéias sobre a América, cada qual alicerçada por diferentes critérios, de acordo com as escolhas do intelectual envolvido na discussão da identidade americana.

É nessa conjuntura histórica, mais precisamente em meio a essa intelectualidade, que situamos o pensamento de um dos intelectuais mais marcantes do final do século XIX no espaço hispano-americano. Estamos nos referindo a Eugenio María de Hostos, porto-riquenho que viveu no período de 1839 a 1903 e dedicou sua vida e obra à reflexão sobre os problemas das ilhas que considerou como pátria: Porto Rico, Cuba e Santo Domingo,¹ tornando-se firme defensor da liberdade das Antilhas como um todo. Por sua vasta e influente obra, Hostos pode ser considerado um dos grandes pensadores dentro da produção intelectual latino-americana.

A obra de Hostos reúne temas de várias áreas: direito, pedagogia, economia, filosofia, sociologia, história, geografia, política e literatura. Toda essa versatilidade hostosiana encontra-se em suas *Obras Completas*, publicadas no ano de 1939.² Os conteúdos das obras estão reunidos em tomos assim distribuídos: *I-II, Diário. III, Páginas Íntimas. IV, Cartas. V, Madre Isla. VI, Mi Viaje al Sur. VII, Temas Sudamericanos. VIII, La Peregrinación de Bayoán. IX, Temas Cubanos. X, La Cuna de América. XI, Crítica. XII-XIII, Forjando el Futuro Americano. XIV, Hombres e Ideas. XV, Lecciones de Derecho Constitucional. XVI, Tratado de Moral. XVII, Tratado de Sociología. XVIII-XX, Ensayos didácticos.*

¹ É necessário esclarecer desde esse primeiro momento que Eugenio María de Hostos utilizou a nomenclatura Santo Domingo se referindo ao nome adotado pelos espanhóis para denominar uma região insular que possuía tantos outros nomes. Porém, Hostos não deixou de se referir também ao nome indígena *Quisqueya* como um *cacicato* da ilha do Haiti e ainda ao nome atual, República Dominicana. Assim, como procedimento, ao se tratar da fala de Hostos, utilizaremos a nomenclatura por ele mencionada e, quando se tratar de nossa fala, utilizaremos a nomenclatura atual.

² No ano de 1838 foi criada uma Junta para celebração do centenário de Eugenio María de Hostos com a elaboração e aprovação, por parte da Assembléia Legislativa de Porto Rico, de um decreto disposto em sete seções o qual estabelecia os trâmites para essa comemoração. Dentre os projetos comemorativos estava a publicação das *Obras Completas* de Hostos além de alguns volumes de eminentes escritores que continham juízos e críticas sobre a personalidade e obra do autor trabalho que, segundo Maldonado-Denis, foi supervisionado por Juan Bosch.

As *Obras Completas* de Hostos abrem muitas possibilidades de pesquisa. Através da sua leitura é possível perceber que nelas estão reunidos, em um mesmo volume, escritos de períodos e assuntos diversos, o que demonstra a ampla e rica bagagem intelectual do autor. A trajetória dessa produção intelectual tem seu início em solo espanhol, local de formação de Hostos. *La Peregrinación de Bayoán*, escrita no ano de 1863, foi sua primeira obra literária de caráter romancista. Ainda na Espanha, é possível acompanhar o início da escrita do primeiro tomo de seu diário pessoal em 1866,³ o qual estendeu-se até o ano de 1903. Embora iniciada na Espanha, grande parte da narrativa pessoal de Hostos foi escrita em Nova York, local de seu exílio desde 1869.

Tal como o diário pessoal, seu epistolário também abrange um vasto período. As *cartas* hostosianas, assim como algumas respostas a elas, reunidas no volume IV das *Obras Completas*, estão datadas desde 1868, período em que o autor encontrava-se em Barcelona, e vão até julho de 1898, escrevendo de Washington. Contudo, outras cartas procedem de várias regiões de acordo com o envolvimento intelectual e político de Hostos no período compreendido: Nova York, Chile, Buenos Aires, República Dominicana e Venezuela.

Em solo americano desde 1869, Hostos deu continuidade à sua produção intelectual. Muitos dos títulos de suas *Obras Completas* datam do período de 1870 a 1890 e expressam a intensa produtividade do autor: *Temas Sudamericanos*, *Temas Cubanos*, *Hombres e Ideas*, *La Cuna de América* e os dois tomos de *Forjando el Futuro Americano*. Nesse mesmo período ainda temos as obras *Lecciones de Derecho Constitucional* (1887) e *Tratado de Moral e Moral Social* (1888) escritas em solo dominicano. Outra obra delineada desde o ano de 1883, porém publicada apenas em 1904, após a morte do autor, foi seu *Tratado de Sociología*. No ano de 1898, após os resultados da Guerra Hispano-americana e a subsequente anexação de Porto Rico aos Estados Unidos, Hostos ainda achou fôlego para escrever *Madre Isla*, obra que reúne o *Programa da Liga de Patriotas Porto-riquenhos* e constitui uma defesa de sua pátria.

³ Anterior ao relato com registro de 1866, a obra apresenta os relatos de infância de Hostos que, no entanto, constituem um trabalho dos compiladores responsáveis pela organização de suas *Obras Completas*.

No âmbito desse trabalho e frente a essa ampla produção, nos interessa investigar o seu antilhanismo, ideal relacionado ao processo de independência das Grandes Antilhas espanholas. O estudo e a reflexão sobre o antilhanismo hostosiano, um dos objetos privilegiados dos estudos e discussões historiográficas sobre o pensamento latino-americano e caribenho do século XIX, passam pela discussão da problemática identitária americana, um cenário de idéias onde se debateram inúmeros projetos e reivindicações de integração, unidade e identidade cultural. Enfim, consideramos que o pensamento de Hostos revela e expressa um projeto identitário para as Antilhas, com significativo alcance para a América.

Seguindo a concepção histórico-estrutural da identidade apresentada por Jorge LARRAÍN IBAÑEZ (1996), que considera os momentos de crise e instabilidade na evolução histórica americana como desencadeadores das inquietações identitárias, é possível situar o antilhanismo de Hostos num momento de crise, diante da condição colonial que ainda pesava sobre as grandes Antilhas e, posteriormente, do perigo anexionista emanado dos Estados Unidos. Frente à luta para romper com as velhas estruturas coloniais e a necessidade de preservar a liberdade impunha-se uma outra necessidade: a de construir uma nova representação, um novo sentido, enfim, uma nova identidade para as sociedades antilhanas independentes.

Compromissado com a liberdade das Antilhas e seu papel político, econômico e social perante a América, Eugenio María de Hostos direcionou seu pensamento e ação a luta e à construção do futuro antilhano, postura que lhe rendeu qualificativos diversos: “*El Antillano*”, “*Sembrador*” e “*Revolucionario*”. Por essa expressividade não foram e não são poucos os intelectuais e pesquisadores das mais variadas áreas que se dedicaram e dedicam-se ao estudo de sua obra nos mais diversos aspectos. Alguns trabalhos abordam as influências sofridas por Hostos na formação de seu pensamento, outros se dedicam à sua própria pessoa ou, ainda, a temas específicos do seu pensamento. Quanto às influências do pensamento hostosiano, encontramos na historiografia sobre o autor referências as mais expressivas correntes científico-filosóficas do período.

GONZÁLES-RIPOLL NAVARRO (1996, p. 23) se refere à presença do krausismo⁴ adquirido no período em que esteve na Espanha, ideal que, segundo ela, penetrou profundamente na concepção de “homem completo” de Hostos. Victor MASSUH (1990) aborda a influência positivista em Hostos, porém apontando para a superação que ele empreendeu nesse ideal. Antonio S. PEDREIRA (1988, p. 9) ressalta os contatos de Eugenio María de Hostos em solo espanhol, onde teria sofrido influências das idéias liberais. Outras abordagens apontam para a tendência organicista assumida pela intelectualidade do século XIX.⁵

As idéias de progresso humano e de elevação moral estão também presentes nas obras de Hostos. Em muitas das análises sobre a sua obra aparece a consideração da característica moralista hostosiana, o que de certa forma não se desvincula de seu propósito educador. Rufino BLANCO-FOMBONA (1939) fala de Hostos enquanto um filósofo moralista, um apóstolo da moral social e da moral individual. A. S. PEDREIRA (1988) considerou Hostos um reformador a serviço do bem e da verdade, preocupado com o espírito das leis e dos homens, sendo as ciências e a razão as bases de sua moral.

A profunda preocupação de Hostos com o futuro americano o fez olhar e refletir sobre a realidade do continente tornando-se, dessa forma, uma figura representativa dentro dos debates intelectuais travados na América do século XIX. Os estudos sobre as ações e comportamentos do autor com relação à América encontram-se vinculados ao que aqui estamos denominando antilhanismo, uma vez que consideramos o termo numa perspectiva supranacional. PEDREIRA (1988) viu em Hostos um cidadão da América, alguém com um patriotismo sem fronteiras, um cosmopolita. Segundo esse autor, uma expressão do pensamento latino-americano junto com figuras como o venezuelano Andrés Bello (1781-1865), o argentino

⁴ Corrente filosófica desenvolvida pelo Intelectual alemão Karl Christian Friedrich Krause, 1781-1832. Tal filosofia tinha como base a busca de um princípio absoluto, um conhecimento único e universal, a partir de onde se apoiariam as bases de todo saber humano e, por conseqüência, de toda ciência. Almejava-se ainda apresentar as diretrizes práticas de atuação individual e de organização social que pudessem orientar e acelerar o amadurecimento e o desenvolvimento das sociedades humanas em suas manifestações, como religião, Estado, arte, educação, entre outras.

⁵ MALATIAN (1996) relacionou essa tendência à afirmação comteana de que a biologia constitui o ponto de partida para a análise da sociedade. Em sua análise considerou-a como um recurso metafórico que, além de estender os conceitos biológicos, explorou-os em benefício dos argumentos que seu discurso pretendia validar.

Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e o cubano José Julián Martí (1853-1895), signos definidores da consciência americana.

MALDONADO-DENIS (1988) querendo apontar para as grandes figuras do pensamento caribenho no século XIX, além de igualmente ter estabelecido a relação de Hostos com José Martí, também o relacionou com o conterrâneo Ramón Emeterio Betances (1827-1898). Dentre esses intelectuais, o autor definiu Hostos como um pensador dotado de uma vocação muito especial pelo mundo caribenho e latino-americano, com uma devoção especial pelas Antilhas e América Latina. A postura antilhanista de Hostos pode ser igualmente percebida através de análises de temas específicos. Concha MELÉNDEZ (1939) faz uma análise interessante sobre Hostos e a natureza hispano-americana através do que o porto-riquenho chamou de pátria grande. Para a autora, Hostos sentia-se filho de todos os povos da Hispano-América por incondicional participação em suas dores e suas esperanças, por veemência de afeto para com a sua natureza e seus climas. Para BLANCO-FOMBONA (1939), Hostos empreende uma odisséia benfeitora, partindo do princípio bolivariano da unidade americana, convertendo-se em emissário e porta voz voluntário da revolução antilhana por toda a América Latina.

Como os demais intelectuais do século XIX, a educação teve peso considerável no pensamento de Hostos, tornando-se um elemento significativo em sua proposta antilhanista. Camila Henrique UREÑA (1939) mostra a importância conferida por Hostos à educação e como a mesma deveria ser aplicada na sociedade americana. BLANCO-FOMBONA (1939) fala da postura pedagógica de Hostos em sua preocupação de ensinar a pensar a América. Por fim, MALDONADO-DENIS (1988) faz referência a Hostos como a melhor expressão da tradição do humanismo iluminista crente de que a humanidade pode se elevar para formas mais plenas de convivência através da educação.

Nas abordagens historiográficas, no que se refere especificamente ao antilhanismo, Hostos figura como um de seus principais representantes. Segundo Maria D. GONZÁLES-RIPOLL NAVARRO (1996), Hostos foi o cristalizador desse pensamento, a mais perfeita expressão da ideologia antilhana e seu maior propagador. Francisco Elias de TEJADA (1994) ao analisar o antilhanismo em geral

atribui a Hostos o qualificativo de “antilhano” diante do sonho do porto-riquenho de uma confederação entre Porto Rico, Cuba e Santo Domingo. No prólogo à obra hostosiana *Moral Social, Sociologia*, MALDONADO-DENIS (1982) se refere a Hostos como o apóstolo da liberdade antilhana.

Muito embora o antilhanismo hostosiano esteja já bastante presente nas abordagens historiográficas, consideramos que há ainda espaço e enfoque mais integral do tema, que reúna a diversidade de elementos que constituem e caracterizam esse ideal em Hostos, relacionando-o com um projeto de identidade cultural supranacional presente nos escritos hostosianos no período que vai de 1863, quando da publicação de sua primeira obra *La Peregrinación de Bayoán*, até o ano de sua morte, 1903. Acreditamos estar presente nesse período da produção intelectual de Hostos a origem e as transformações do seu ideal antilhano que nos propomos a investigar nesse trabalho.

Diante do exposto, temos que o antilhanismo apresenta-se como parte importante do ideário hostosiano, o que nos leva então a questionar sobre tudo o que a ele possa estar em correspondência como forma de dotá-lo de sentido e torná-lo compreensível. Na pretensão de investigar o antilhanismo hostosiano cabe então perguntar pela origem, natureza e alcance desse ideal, bem como pelos seus fundamentos e formas assumidas em cada fase de sua trajetória intelectual. Daí, nosso objetivo com o presente trabalho é investigar os elementos que definem e sustentam o antilhanismo de Hostos, partindo da hipótese de que tal antilhanismo constitui um projeto de identidade cultural de alcance supranacional, talvez uma forma mais de expressão do americanismo, entre tantas produzidas pela intelectualidade hispano-americana do século XIX.

Para o cumprimento de tal objetivo, metodologicamente, lançamos mão da análise do discurso antilhanista de Eugenio María de Hostos. Para além da análise textual de sua obra interessam-nos os contextos histórico e intelectual do autor e suas experiências de vida que contribuíram para conformar o seu sentimento antilhanista. como uma proposta de estudo do ideal antilhanista de Hostos, nosso trabalho de investigação situa-se no campo da História das Idéias, aqui entendidas como “...proposição epistemológica que garante a validade de um certo tipo de

conhecimento histórico em que as idéias constituem seu objeto...” (FALCON, 1997, p. 92) Em nossa análise não tomamos a perspectiva idealista romântica, sobretudo hegeliana, de que as idéias possuem quase que uma existência real e objetiva, autônoma e independente, desvinculadas do contexto social. Ao contrário, a perspectiva por nós assumida é a que entende as idéias numa relação dinâmica e dialética com a realidade social, como produtos sociais.

As fontes primárias que utilizaremos em nosso trabalho são basicamente as já referidas *Obras Completas* de Eugênio María de Hostos. Entretanto, nem todos os títulos de que dispomos foram explorados uma vez que entendemos ser necessário estabelecer uma seleção e hierarquização dessas obras de acordo com o tema e os interesses que movem nosso trabalho de investigação, já que Hostos escreveu sobre uma ampla variedade de assuntos. Portanto, nossos critérios de seleção e escolha dos textos hostosianos estão vinculados ao nosso objeto, ou seja, o antilhanismo de Hostos.⁶ Buscamos mapear esse ideal hostosiano em sua obra localizando sua origem, continuidades e descontinuidades obedecendo, como não poderia deixar de ser, o recorte temporal estabelecido para o presente trabalho, 1863 a 1903.

A partir dos critérios acima colocados, nas *Obras Completas* de Hostos atribuímos maior atenção à *La Peregrinación de Bayoán*; aos dois tomos do *Diário*; as *Cartas*; as obras *Temas Sudamericanos*, *Temas Cubanos*, *La Cuna de América*, *Hombres e Ideas*, *Lecciones de Derecho Constitucional*, *Madre Isla* e aos *Tratados de Sociología* e de *Moral*. Consideramos estar presente nessas obras a maior expressividade da formação do pensamento de Hostos e de seu Ideal antilhano. Evidentemente, as demais obras não deixam de ter importância, mas serão usadas como auxílio e à medida que nelas encontrarmos fragmentos que expressam as idéias antilhanas de Hostos.

⁶ Observando a distribuição dos volumes das *Obras Completas* publicadas em 1939, temos primeiramente *I-II, Diário. III, Páginas Intimas. IV, Cartas*, as quais constituem obras de caráter íntimo e pessoal. Na seqüência temos a obra *Madre Isla*, voltada para Porto Rico, mostrando, portanto, o cidadão porto-riquenho. As demais obras que correspondem à ordem numérica de VI a XX abordam temas amplos relacionados à América, à educação e ao direito, estabelecendo a representatividade do autor para além das fronteiras porto-riquenhas.

As Obras de Hostos foram selecionadas e publicadas em outras ocasiões, em diversas antologias. Assim, ainda contamos com o título Eugenio María de Hostos, *América: La lucha por la libertad* (1980). Tal obra, organizada e prologada por Manuel Maldonado-Denis, reúne muitos dos escritos de Hostos, alguns inéditos para nós e outros iguais aos que encontramos nas *Obras Completas*. Outros títulos foram publicados pela Biblioteca Ayacucho, da Venezuela, como a *Moral Social e Sociología* (1982), obra que além de conter os conteúdos dos *Tratados de Sociología* e de *Moral* escritos por Hostos, traz a cronologia e biografia de Hostos, ambas elaboradas por Maldonado-Denis, organizador da obra. Contamos ainda com a publicação *Eugenio María de Hostos, Obra Literária Selecta* (1988), organizada por Julio César Lopez, que reúne a partir dos volumes *III, Páginas Intimas, VIII, La Peregrinación de Bayoan, X La Cuna de América e XIV, Hombre e Ideas*. A obra também traz a cronologia da vida e obra de Hostos, além da bibliografia.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo consiste na apresentação do contexto histórico vivido por Eugenio María de Hostos. Nele serão abordados os cenários caribenho e antilhano com atenção para as interpretações historiográficas sobre Porto Rico, Cuba e República Dominicana. O capítulo será finalizado com uma reflexão conceitual e historiográfica sobre os termos Caribe e Antilhas, bem como sobre o antilhanismo. Já o segundo capítulo consiste na apresentação do autor no contexto do século XIX, e visa mostrá-lo como um representante do ideal antilhano. Uma vez conhecidas algumas particularidades do contexto e da vida de nosso autor, no terceiro capítulo abordaremos os fundamentos do antilhanismo hostosiano a partir de sua visão de mundo, além de demonstrar a forma como Hostos colocou seu ideal como um compromisso para sua vida.

Na seqüência, o presente trabalho virá dividido em outros três capítulos, os quais consistem na apresentação e análise do antilhanismo na vida e obra de Eugenio María de Hostos. Nessa análise procuraremos mapear o ideal antilhano do autor, desde sua origem, destacando as circunstâncias históricas e pessoais em que surgiu, suas possíveis continuidades e rupturas, bem como os elementos que constituem as bases do antilhanismo hostosiano, procurando em cada uma de suas

fases, relacioná-lo à idéia de um projeto identitário para as Antilhas e para a América.

Serão analisadas, separadamente, cada uma das três fases em que se divide o antilhanismo de Hostos. A primeira fase, objeto do quarto capítulo, corresponde ao período em que Hostos se encontrava na Espanha, entre 1863 e 1869. No quinto capítulo, abordaremos a segunda fase do antilhanismo hostosiano que vai de 1869, quando do seu retorno à América, até 1898, por ocasião da guerra hispano-americana. Por fim, no sexto e último capítulo analisaremos as mudanças substanciais no ideal antilhanista hostosiano, que caracterizaria uma terceira fase do mesmo, iniciada a partir dos resultados da guerra de 1898. É importante ressaltar que, em cada fase abordada nesses três últimos capítulos, nossa atenção estará voltada em especial aos critérios utilizados por Eugenio María de Hostos para definir o campo identitário antilhano. Sem a pretensão de esgotar a temática abordada e cientes dos vários e novos questionamentos que ainda poderão ser feitos ao autor, sua obra, seu pensamento antilhanista, esperamos com o presente trabalho contribuir, em âmbito acadêmico, com os debates sobre a temática identitária latino-americana e caribenha.

CAPÍTULO 1 CONTEXTO HISTÓRICO CARIBENHO-ANTILHANO

As Grandes Antilhas (Porto Rico, Cuba e República Dominicana), passaram pelas experiências do sistema colonial e da luta por independência. Contudo, diferente das demais colônias hispano-americanas, se caracterizaram pelo que a historiografia chamou de independência tardia. Esse processo esteve vinculado a fatores externos e internos. Internamente, podemos observar o surgimento, entre as elites das sociedades antilhanas, de divergentes idéias quanto aos caminhos que deveriam seguir. O embate ideológico presente no contexto histórico porto-riquenho e cubano ao longo do século XIX, amparado pelos pressupostos do liberalismo, esteve marcado por tendências políticas dos mais variados matizes.

Idéias de tom reformista estiveram presentes tanto em Porto Rico quanto em Cuba, assim como as tendências independentista, anexionista e antianexionista. No que se refere ao reformismo, tais tendências iam do desejo de assimilar os privilégios dos *criollos* ao dos peninsulares à fórmula autonomista que, segundo Gervásio L. GARCIA (1998, p. 373), descansava nos princípios de descentralização administrativa e assimilação política. Paralelamente ao reformismo *criollo*, expresso no desejo manutenção dos laços com a Espanha, encontramos as posturas independentistas dadas no desejo de rompimento com a Espanha. Muitas vezes essas tendências seguiram acompanhadas pelo desejo de anexação aos Estados Unidos, bem como pelas posições de rechaço desta nova forma colonial.

Externamente, a forma como a Espanha procedeu com relação às Grandes Antilhas no contexto independentista de suas colônias sul-americanas jogou papel importante no desenrolar histórico das ilhas. As Antilhas espanholas tornaram-se para a Metrópole o local onde se agarrar para manter o colonialismo, o que implicou, por parte da Coroa, em uma política dúbia, ora rígida, ora maleável. Assim, a heterogeneidade de idéias e posturas políticas apresentadas em território

antilhano esteve estreitamente ligada aos próprios desdobramentos políticos da Espanha.⁷

Tanto para Porto Rico quanto para Cuba, desde a invasão napoleônica em solo Espanhol, em 1808, e a conseqüente crise do Antigo Regime, seguiu-se a tendência reformista que em muito significava a luta entre peninsulares e *criollos*, esses combatendo os privilégios dos primeiros. Nesse período, a elite *criolla* adquiriu alguns direitos políticos através da promulgação da Constituição Liberal de 1812 e a criação da *Diputación Provincial*. No entanto, como a política das ilhas oscilou de acordo com a conjuntura espanhola, o retorno de Fernando VII, em 1813, fez recrudescer o regime colonial instalando novamente o absolutismo.

Pressões dentro da Espanha culminaram na obrigação imposta a Fernando VII de jurar a Constituição, inaugurando-se um breve período denominado triênio liberal (1820-1823). Tal período significou para as ilhas e seus representantes reformistas a expansão dos direitos políticos e a exigência autonomista. Essa situação novamente se alterou com o governo de Isabel II (1833-1868), sobretudo no ano de 1837, quando os deputados ultramarinos foram expulsos das Cortes, momento em que a Coroa impôs a idéia da necessidade de leis especiais para governar as Antilhas.

Em tais desdobramentos históricos é comum a historiografia afirmar a formação de uma consciência nacional nas duas ilhas.⁸ O autonomismo colocou na marginalidade as posturas separatistas, processo que ocorreu de forma semelhante em Porto Rico e Cuba. Os interesses ficaram limitados à classe hegemônica e o que deveria ter caminhado para a independência seguiu rumo ao reformismo visando uma autonomia gradual. Baseada em princípios liberais, a elite *criolla* visava

⁷ Essa não é uma condição específica das Antilhas. A vinculação entre os desdobramentos históricos das colônias de acordo com os procedimentos políticos da Metrópole esteve presente em todas as colônias hispano-americanas e, em muito, orientaram seus processos de independência.

⁸ De acordo com GONZÁLES-RIPOLL e GARCIA MORA (1997), a disputa entre peninsulares e *criollos*, enfrentamento que somente se amenizava diante do temor que acometia ambos os grupos de verem os subalternos ascenderem sociopoliticamente, consolidou uma consciência nacional que, ao estar subordinada aos interesses da classe *criolla* não se fez extensiva a outros setores sociais, impossibilitando a formação de um poderoso movimento independentista.

autonomia, liberdade e igualdade, principalmente no que se referia aos seus interesses particulares.

Essas acomodações de Porto Rico e Cuba ao sistema colonial criaram o mito da fidelidade das ilhas à coroa. Segundo PEDREIRA (1988, p. 20), de todos os povos fundados pela Espanha no novo hemisfério foi Porto Rico o que mais fidelidade prestou à Coroa. Entretanto, é necessário compreender a situação específica das Antilhas nesse contexto. De forma comum, a posição geoestratégica das ilhas e o comportamento político da Espanha, foram fatores que contribuíram para o processo de independência tardio.

A tendência de fidelidade à Espanha não deve implicar uma análise unilateral desse contexto antilhano. O excessivo controle que a metrópole exerceu sobre os territórios que lhe restavam na América implicou o recrudescimento da política colonial, mas também na rearticulação dos setores e posições reformistas. Em Porto Rico, apesar do intenso controle espanhol, surgiu uma nova geração de reformistas liderada por Ramón Emeterio Betances e Segundo Ruiz Belvis, dentre outros. COTÉS ZAVALA (2001, p. 112-113) nos fala das jovens promessas, frutos da incipiente burguesia *criolla*, como os portadores de mudança cultural a partir da oportunidade que tiveram de confrontar sua realidade com outras culturas.

Esses homens, educados fora do ambiente colonial, ou seja, na Europa, conhecedores das realidades espanhola e porto-riquenha, intensificaram seus ideais liberais formando, em meados do século XIX, uma nova elite revolucionária que encontrou força, dentre outros fatores, no apoio da imprensa em favor da reforma colonial. Os objetivos dessa geração, ainda segundo ZAVALA (2001, p. 113), era diluir as enormes diferenças entre espanhóis e *criollos*, entre a ignorância do campo e o poder e a cultura da cidade. Foi essa nova geração que, na Junta de Informação⁹ de 1866-1867, expôs as preocupações dos *criollos*, as quais iam desde a exigência da abolição da escravidão até a busca de novos mercados e o desejo de igualdade com os peninsulares. Esses representantes propunham um governo

⁹Junta convocada aos representantes das duas ilhas, Porto Rico e Cuba, em 1865, ocasião em que a Espanha resolveu colocar em prática as chamadas Leis Especiais necessárias para governar suas últimas colônias.

autônomo que permitisse às colônias decidir sobre os aspectos diretamente a elas ligados e que as afetavam.

Em solo cubano as medidas políticas da Coroa fizeram surgir, desde 1820, as manifestações independentistas provenientes dos setores sociais à margem dos grandes proprietários escravistas. Como apoio à causa que defendiam, tais setores podiam contar com os intelectuais formados nos Estados Unidos, ansiosos pela liberdade observada no território, e ainda com a conjuntura internacional favorável à independência. Em solo cubano a tendência independentista conviveu, mesmo que marginalmente, com outras três gerações reformistas, estas cada vez mais incisivas quanto aos seus direitos. Na Junta de Informação, Cuba, tal como Porto Rico, defendeu o reformismo econômico, político e, na esfera social, propôs a abolição gradual da escravidão.

Diferente de uma idéia de fidelidade, a inobservância da Metrópole do desejo reformista antilhano, apresentado nas Cortes através da Junta de Informação, levou aos gritos revolucionários independentistas porto-riquenho e cubano de 1868. Em Porto Rico ocorreu em 23 de setembro o ato revolucionário de Lares que, embora não tenha logrado sucesso, em virtude da inexistência de força social em defesa do ideal nacional, mostrou às autoridades coloniais e metropolitanas os rumos que tomavam os interesses porto-riquenos. Em Cuba, o Grito de Yara, deflagrado em dez de outubro, mostrou uma nova postura no que tange à busca, por parte dos revolucionários, da realização da independência e da liberdade da ilha.

Os atos revolucionários de Porto Rico e Cuba, ocorridos no mesmo ano da revolução liberal e democrática espanhola, portavam a idéia de obter para as Antilhas as mesmas mudanças ocorridas na Metrópole. Porém o sexênio democrático espanhol (1868-1874) não resultou no desejado: a liberdade das Antilhas. Para Porto Rico significou a expressão da última etapa do domínio espanhol, marcado por um processo modernizador, que permitiu a fundação do Partido Liberal Reformista e do Partido Conservador. Nesse último encontravam-se comerciantes e burocratas defensores do *status quo*, interessante à Coroa para a manutenção da sua repressão política. Naquele encontrava-se a burguesia *criolla*

reformista, que acabou por contribuir com a Metrópole no cerceamento dos ideais independentistas radicais. Em Cuba, inaugurou-se uma guerra de dez anos (1868-1878) que contribuiu para a fusão de interesses e abriu espaço para outros grupos sociais.

Passados os movimentos revolucionários, a posição autonomista voltou a figurar com maior força. Em Porto Rico o Partido Autonomista, fundado em 1887, adotara o programa do autonomismo cubano de 1878, que conjugava a assimilação política com a descentralização econômico-administrativa. Em Cuba, diferentes dos objetivos propostos pelo Grito de Yara, dez anos de guerra não trouxeram aos cubanos a independência. Em 1878, um acordo entre parte dos revolucionários e autoridades espanholas firmou a Paz de Zanjón transformando a realidade cubana. Politicamente surgiu a rivalidade partidária na ilha. Os peninsulares formaram a União Constitucional enquanto, ainda confiante numa postura política transformadora por parte da Coroa espanhola, a burguesia cubana formou o Partido Liberal Autonomista.

Parte dos insurretos da guerra dos dez anos manteve uma posição revolucionária, escolhendo o exílio como local de preparação e amadurecimento da luta libertária. Marginalmente encontrava-se nesse mosaico político os que defendiam o separatismo e que levaram a cabo a Guerra Chiquita (1879-1880), a qual, no entanto, fracassou, atestando a falta de coordenação entre o grupo. Havia a necessidade de um líder forte para o movimento de independência, papel que fora cumprido posteriormente por José Martí com um projeto revolucionário que ia além do âmbito militar, voltando-se para a revolução da estrutura civil. A fundação do Partido Revolucionário Cubano explicitou a definição do independentismo expresso no Grito de Baire, em 1895, início da guerra de independência cubana.

Em meio a esses embates reformistas e independentistas, figuraram as posições anexionistas aos Estados Unidos. Essa postura fez parte dos contextos tanto de Porto Rico e Cuba quanto da República Dominicana em períodos específicos. Tal tendência significava mais um fator externo influenciando nos caminhos das Antilhas, uma vez que o desejo expansionista dos Estados Unidos

sobre a região do Caribe apareceu desde o ano de 1826, no Congresso do Panamá, ocasião em que se manifestaram contra a independência das ilhas.

A existência da tendência anexionista em Porto Rico apareceu em alguns liberais que se mostraram admiradores da civilização norte-americana. Essa tendência encontrou seu desenlace após a guerra hispano-americana de 1898 quando então a elite *criolla* autonomista se converteu em anexionista. Os possíveis motivos dessa conversão, sem que pareça reducionismo, estaria nas três décadas de rechaço ao independentismo bem como no setor econômico açucareiro que via com bons olhos os mercados estadunidenses. Porto Rico estava entre impérios e a interpretação da ilha como a mais fiel para com Espanha (de onde então teria gerado um sentimento de inferioridade política além de criar uma expectativa de união com Espanha que se rompeu após a cessão da ilha aos Estados Unidos) levou os porto-riquenhos, como afirmou G. L. GARCIA (1998, p. 384), a optarem por se encaixar em um novo molde imperial.

Em Cuba, a tendência anexionista aos Estados Unidos surgiu em decorrência da expulsão, em 1837, dos deputados antilhanos das Cortes e a determinação por parte da Espanha de que seus territórios deveriam ser governados pelo que se denominou Leis Especiais. Vale lembrar que isso causou uma hierarquização política entre a metrópole e as Antilhas, o que contrariava a geração de reformistas cubanos que buscavam mudanças no sistema colonial. Tais condições levaram os *criollos* a posições anexionistas, pois viam nos Estados Unidos a solução para seus problemas. Mesmo em meio ao contexto revolucionário da guerra dos dez anos havia aqueles que viam na independência um meio para se chegar à anexação aos Estados Unidos. Nesse sentido, o anexionismo permanecera de forma latente em território cubano caracterizando a disparidade de idéias em seu processo independentista.

Muito se considera que o último acontecimento revolucionário independentista nas Antilhas despontado através do Grito de Baire, em 1895, não logrou sucesso em uma estrutura social diversa, sobretudo no que se refere aos interesses anexionistas de alguns cubanos e ao interesse imperialista dos Estados Unidos. Na seqüência dos acontecimentos, como consequência da Guerra Hispano-

Americana de 1898, tanto Porto Rico quanto Cuba terminaram por sofrer o intervencionismo dos Estados Unidos. Contudo, se o anexionismo existiu e afetou o fim político das Antilhas, é preciso ressaltar que diante dele estava o seu contraponto: o antianexionismo. Em Porto Rico posições políticas de intelectuais como Betances, que defendeu as Antilhas para os antilhanos, demonstra a oposição a qualquer forma de colonialismo ou imperialismo. As primeiras posições anexionistas em Cuba encontraram obstáculos por parte de reformistas, que viam o anexionismo como o fim da nacionalidade cubana.

Se até o momento Porto Rico e Cuba foram o foco de nossa abordagem através das aproximações estabelecidas entre suas histórias, é chegada a hora de falar do terceiro componente das Antilhas espanholas: a República Dominicana.¹⁰ As poucas referências explicam-se pela singularidade histórica que o país possui em relação às demais Antilhas, Cuba e Porto Rico, e mesmo com relação à Espanha. Contudo, buscando um campo de aproximação, não diferente das outras duas, a parte dominicana teve sua história igualmente marcada pelo domínio estrangeiro.

O específico desenrolar histórico dessa sociedade, marcado pelos domínios espanhol, francês e haitiano,¹¹ interferiu sobremaneira nos seus embates políticos, passando primeiramente por posições de restauração ora da condição colonial, ora da independência e, posteriormente, após a independência alcançada, pelo desejo de anexação aos Estados Unidos. GARCIA (1998, p. 384) utilizou a expressão “entre impérios” para explicar Porto Rico nessa conjuntura do século XIX, mas tal expressão pode ser utilizada para as demais Antilhas. A história da

¹⁰ Importa esclarecer que a República Dominicana somente assumiu esse nome após o ano de 1865, quando novamente conseguiu libertar-se do domínio espanhol. Anterior a esse fato tanto Haiti quanto a República Dominicana faziam parte da ilha *La Española*, como foi denominada pelos espanhóis na época da colonização. Essa situação se transformou quando em 1697 a Espanha cedeu à França o lado oriental de *La Española* passando então a coexistir nesse território a *Saint-Domingue* francesa (atual Haiti) e a Santo Domingo espanhola (atual República Dominicana)

¹¹ A história dominicana sofreu as conseqüências da revolução do Haiti, pois a Espanha acabou cedendo Santo Domingo à França, no ano de 1795, por meio da chamada *Paz de Basilea*. Constituída a independência e formada a República do Haiti, Santo Domingo passou por dois períodos de invasões uma vez que havia na concepção do Estado Haitiano, como afirma ROSA (2004, p.267), a idéia de unidade da ilha *Hispaniola*. Nessa conjuntura, a República Dominicana passou por processos de independência e afirmação identitária.

República Dominicana constitui um exemplo desse jogo de impérios em seu território.

A primeira ocupação feita pelos haitianos na República Dominicana engendrou a idéia do movimento de reconquista, ou seja, voltar à posse espanhola, o que ocorreu com a guerra de 1808-1809. Em um curto período, 1821-1822, os dominicanos tornaram-se independentes pelas mãos de José N. de Cáceres para logo, sendo novamente alvo dos ideais expansionistas dos haitianos, ser integrada ao território destes. Nesse período, politicamente se pode falar de uma sociedade dominico-haitiana, mas de fato, a integração não trouxe a centralização de poder e coesão econômica e cultural; ao contrário disso, acentuaram-se cada vez mais as diferenças. De acordo com BAGGIO (2005, p. 5), a identidade dominicana foi construída, em grande medida, em contraposição ao Haiti. Essa não correspondência permitiu o surgimento de um grupo que tomou a direção política dominicana em 1838, organizando a luta independentista, fundando a sociedade secreta La Trinitaria. Porém, os dominicanos somente conseguiram a separação do Haiti em 1844, num movimento liderado por Juan Pablo Duarte.

Contudo, segundo GONZÁLES-RIPOLL e GARCIA MORA (1997, p. 74), a recém-criada república era extremamente débil, ao carecer de uma classe social com ideais e propósitos definidos. Dessa forma, esse período republicano passou por disputas de interesses ligados a diferentes grupos sociais. Diante da falta de coesão com relação ao novo sistema de governo, surgiu a tendência neocolonial entre os dominicanos. Tal tendência se materializou em meio às disputas internas pelo poder levando os dominicanos, em 1861, à restauração do poder espanhol sobre a república. Esta situação somente teve fim quando a Espanha, diante de uma sublevação antiespanhola em 1863 e o temor dos Estados Unidos intervirem no conflito, abandonou a ilha definitivamente em 1865.

Após a luta pela restauração, persistiram os conflitos internos marcados pela política partidária.¹² O caudilhismo foi um aspecto constante nos sucessivos

¹² Essa política partidária se materializou no embate entre o Partido Rojo, liderado por Buenaventura Báez e o Partido Azul, liderado por Gregório Luperón. Na seqüência dos acontecimentos políticos dominicanos, ressalta-se a divisão do Partido Azul, colocando de um lado Ulises Heureaux e, de

governos dominicanos, levando a República a um estado de guerra civil e conseqüente intervencionismo norte-americano na política nacional. Mais uma vez os Estados Unidos estendiam seu braço imperialista para a região caribenha.¹³ Dessa forma, se, num primeiro momento, aproximamos essa República das demais Antilhas, Cuba e Porto Rico, através da presença estrangeira, devemos ainda considerar que, embora ela já houvesse passado pela luta independentista, lhe restava conquistar a liberdade cerceada pelos interesses políticos partidários responsáveis pela reincorporação à Espanha, presença do caudilhismo e pelos estreitos laços com os Estados Unidos.

Figura dentro desse contexto histórico das colônias antilhanas, além das aproximações com relação às outras colônias de domínio espanhol, o desejo de mudança dessa ordem colonial, presente em todo o século XIX. Contudo, como vimos, as condições históricas levaram as Antilhas espanholas por outros caminhos. Não podemos perder de vista o jogo de interesses que fazia parte do ideal das elites envolvidas no processo e a forma como os ideais liberais foram adaptados para atender a interesses particulares, a política dúbia da Coroa, que conseguiu obter os apoios necessários à manutenção de suas últimas possessões americanas e, ainda, de acordo com SAN MIGUEL (2001, p. 43), a presença das forças geopolíticas que incidiram de maneira determinante sobre os processos de formação nacional no Caribe.

O cenário histórico da luta pela independência de Cuba e Porto Rico não era o mesmo do início do século XIX. As primeiras colônias a empreenderem a luta libertária o fizeram contra o domínio colonial espanhol enquanto que nesse processo de independência tardio das Grandes Antilhas, além da luta pela independência com relação à Espanha, igual luta deveria ocorrer para manter a liberdade alcançada, haja vista o caso dominicano, diante mesmo da Espanha e do perigo anexionista vindo dos Estados Unidos. Ainda podemos levar em consideração o fato de que o

outro, Gregório Luperón que, acusado de excessiva prática liberal em detrimento da realidade dominicana, acabou por ser desbancado por Heureaux.

¹³ Os Estados Unidos iniciaram sua intervenção em solo dominicano a partir de 1911, por meio de leis como a de Concessões Agrícolas, a qual convertia cada engenho em governo independente e, mais tarde, no ano de 1916, designaram um governo estrangeiro para o República Dominicana que duraria oitos anos (GONZALES-RIPOLL e GARCIA MORA, 1997, p. 85-86).

fervor revolucionário do início do século XIX, levando à independência das colônias hispano-americanas do sul, já não existia na sua segunda metade do século. Os países já independentes estavam preocupados com suas questões internas, com a consolidação de seus estados. As lutas independentistas e antianexionistas de Porto Rico, Cuba e República Dominicana não encontraram, dentro desses países, o alcance e apoios necessários.

CARIBE E ANTILHAS: INTERPRETAÇÕES

No século XIX a região caribenho-antilhana representou geograficamente um espaço de grandes interesses políticos, geoestratégicos e econômicos. Historicamente, desde o ato descobridor, a região esteve exposta à colonização, domínio e exploração e, por isso, foi alvo de inúmeras disputas, intercâmbios e acordos os mais diversos. Dos séculos XVI a XVIII, segundo Pedro SAN MIGUEL (2001, p. 42), a sorte dos territórios do Caribe dependeu dos conflitos entre os Estados europeus. Contudo, o que significa esse espaço caribenho-antilhano é uma questão que requer imediato esclarecimento. Dessa forma, a atenção às interpretações dos termos Caribe e Antilhas constitui parte fundamental de nosso trabalho, pois representa um esforço de apreensão e análise dos termos com o duplo objetivo de estabelecer a relação entre os mesmos e esclarecer de que forma tal relação se comunica com o nosso objeto, ou seja, com a emergência do conceito de antilhanismo.

De forma prática, antes de adentrarmos ao debate acerca das definições e interpretações da região caribenho-antilhana, convém que se faça uma delimitação geográfica. Seguiremos a definição dada por María Dolores GONZÁLES-RIPOLL e Luis Miguel GARCIA MORA (1997, p.9), segundo a qual as sociedades caribenhas são as estabelecidas no arco antilhano insular que vai desde Cuba a Venezuela, distinguindo as grandes Antilhas Cuba, Porto Rico, Haiti e República Dominicana das pequenas Antilhas. As primeiras colonizadas pela coroa espanhola entre os séculos XV e XVI, e as demais, que vão desde as Ilhas Virgens até Aruba, colonizadas por ingleses, franceses e holandeses a partir do século XVII.



Figura 02 – Mapa do Caribe

Fonte: Caribe Ultramar. Disponível em: < http://www.homelidays.com/PT-Alojamento-Férias/110_search/map_Caraibes_search.asp. >. Acessado em 24/06/06

Porém, mais importante que as considerações geográficas é refletir sobre as denominações dadas à região. Antes de tudo temos de eliminar a sensação de naturalidade que um termo carrega quando já estamos habituados a ele, levando a não pensar sua historicidade. De acordo com o estudo de Norman GIRVAN (1999, p. 10), é necessário considerar que a noção de Caribe tem sido redefinida e reinterpretada em função dos interesses, por oferecer respostas às influências externas e aos processos internos. Temos que pensar o substantivo Caribe como experiência a qual passou e passa por diferentes processos de interpretação que envolvem, de acordo com o contexto, distintos interesses.

Dentre as inúmeras interpretações sobre o Caribe, tem-se uma variedade de critérios, sejam eles de caráter histórico, político, econômico, geográfico, lingüístico, identitário ou cultural. Historicamente é possível afirmar que a elaboração e a reelaboração da palavra Caribe remontam ao período do que foi considerado o descobrimento do novo continente e passam pela fala e olhar do europeu que,

durante um longo tempo, dará os elementos de construção e desconstrução dos nomes, idéias e história do “novo mundo”.¹⁴

Nas palavras de Pedro SAN MIGUEL (2001, p. 40), Colombo teria percebido o Caribe como zona de choque, visão que inaugura uma perspectiva historiográfica em que o enfrentamento entre taínos e caribes não foi senão a primeira de uma série de confrontações que haveriam de marcar a história do Caribe. Nessa primeira construção historiográfica escrita sob o prisma da conquista ressaltavam-se as façanhas do colonizador. No século XVII, a exclusividade política da Espanha, bem como seu domínio sobre a produção da historiografia caribenha foram abalados com as investidas de outras potências no cenário caribenho. Novas narrativas e representações foram construídas a partir das potências emergentes.

A presença europeia na região caribenha e as disputas pela hegemonia engendraram as nomeações em conformidade com as perspectivas do descobridor, conquistador e colonizador. Assim, desde o século XVI a região foi chamada de Mares Oceanos, Golfo de Tierra Firme, Mares del Norte, Mer des Antilles, Caribbean Sea, Caribe Islands, Mar de los Caribes, West Indies. Todos esses termos, delimitados por sua geografia e por um viés geopolítico, guardavam em si a experiência europeia no novo continente.

O critério geográfico, de forma geral, constitui maior peso no que se refere a tantas definições e interpretações da região. No caso do Caribe enquanto região geográfica, GAZTAMBIDE-GÉIGEL (1996, p. 76) esclarece que o Caribe nem sempre foi assim chamado.¹⁵ Tal conceito teria sido uma invenção do século XX no

¹⁴ De acordo com Pedro de SAN MIGUEL (2001, p.39), na interpretação de Colombo ficou expressada uma visão geopolítica devido à divisão da região segundo os habitantes nela encontrados. Das visitas realizadas pelo conquistador nas ilhas da região, este encontrou grupos rivais, como os *taínos* e os caribes ou caribais. Desse encontro elaborou uma classificação dicotômica, considerando os primeiros como pacíficos e sedentários, enquanto os caribes ganharam a classificação de rebeldes. O termo caribe foi utilizado pelo descobridor para nomear e exteriorizar de forma negativa um grupo de nativos que se mostrou resistente à conquista. Surge também a primeira demarcação geográfica entre as Antilhas maiores e as menores, as primeiras habitadas por *taínos*, as demais, por *caribes*.

¹⁵ Segundo GAZTAMBIDE-GÉIGEL (1996, p. 84), não houve até 1898, período da guerra hispano-americana, uma definição de Caribe e sim de vários Caribes seja por elementos geográficos, intelectuais, geopolíticos.

momento “*de la transición en nuestra región de la hegemonía europea para la estadounidense*”. Dentro desse critério geográfico o autor elaborou um estudo tipológico de suas principais tendências as quais correspondem ao Caribe Insular, o Caribe Geopolítico e a Cuenca del Caribe. A essas, o autor ainda acrescenta um Caribe Cultural.

Em meio a essa complexidade definidora e redefinidora do termo assistida historicamente, devemos observar que o Caribe geopolítico constituiu considerável expressão no contexto por nós estudado. Essa tendência é a mais utilizada na historiografia e outros estudos sobre as relações com os Estados Unidos. Dando ênfase ao seu intervencionismo, apresentam o Caribe como espaço de disputa das grandes potências: invasões militares, investimentos, transações. Nesse sentido, torna-se compreensível a interpretação do Caribe como “fronteira imperial”, algo iniciado desde o século XIX.

Como objeto de disputas, o mar dos caribes era o local das conquistas, da pilhagem, das guerras por independência. A partir da revolução Atlântica esse mar passou da geopolítica européia para a norte-americana, mais precisamente estadunidense. Nesse momento essa potência volta o olhar para uma “Região Caribe”. A presença imperialista, sobretudo estadunidense, sem dúvida interferiu sobremaneira na região. Diante de tais observações, GAZTAMBIDE-GÉIGEL (2000, p. 10) nos fala de identidade internacional como identidade externa, coloca as identidades caribenhas nesse nível, irrompidas desde o imperialismo estadunidense.

De fato, existem termos que levados a uma instância geopolítica acabam conferindo identidades regionais, continentais, culturais. Algumas considerações seguem no sentido de atribuir ao Caribe uma ambigüidade identitária diante das influências externas e internas existentes na região. Segundo GIRVAM (1999, p. 11), os habitantes da região têm sido ambivalentes com respeito a aceitar uma definição que foi originalmente imposta de fora. Existe uma preocupação em livrar a região caribenha das concepções externas, de forma que, nos atuais debates acadêmicos, coloca-se em discussão a necessidade que tem o Caribe de produzir, encontrar seu próprio sentido, descobrindo seus próprios elementos definidores.

A partir da presença imperialista vimos surgir, no espaço caribenho, outra tendência analisada por GAZTAMBIDE-GÉIGEL (1996, p. 86-87), o Caribe Insular, o qual reúne as denominadas Antilhas de domínio espanhol (Cuba, Porto Rico e República Dominicana) e as denominadas West Indies. O autor esclarece que a generalização dos termos Antilhas e West Indies em um único termo Caribe ocorreu a partir da intervenção dos Estados Unidos na região, resultando em um Caribe Insular meio West Indian, meio antilhano.¹⁶

As Grandes Antilhas, objeto de nosso trabalho, constitui uma derivação do Caribe Insular, o qual se abre a muitas possibilidades de abordagem. No âmbito deste trabalho, dispensamos maior atenção ao Caribe Insular, por sua relação sinonímica com o termo Antilhas, derivação que tem sua origem intimamente relacionada ao processo histórico das lutas independentistas das Antilhas espanholas (Cuba, República Dominicana e Porto Rico) na segunda metade do século XIX. Tal relação nos permite observar conceitos que nos remetem a formulações de identidades para a região. Do seu sinônimo, Antilhas, engendrou-se o conceito de antilhanismo, formulado no século XIX, no contexto da luta por independência dos últimos domínios espanhóis no ultramar.

Pela consideração de sinônimos, as Antilhas ainda se apresentam como objeto das discussões atuais. VENEGAS DELGADO (1994, p. 191-194), apresenta as discussões realizadas em torno da questão antilhana. Aponta para a persistência do ideal de unidade e quer mostrar que existem barreiras a serem vencidas para a obtenção da unidade, mas que também existem instrumentos para vencê-las. Chama a atenção para a necessidade de realização da unidade antilhana ou caribenha baseada numa cultura e história própria como forças capazes de superar os novos desafios políticos, econômicos e sociais.

No que respeita ao nosso trabalho o espaço caribenho-antilhano, no século XIX, surgiu não apenas como elemento geopolítico, geoestratégico, mas também como consciência e, principalmente, como um sentimento de antilhanía

¹⁶ Geograficamente, esse Caribe é formado pelas ilhas que vão desde as costas da Venezuela até a entrada do Golfo do México e ainda inclui as Guianas, Belice podendo chegar às Bahamas e Bermuda.

comum entre os representantes da intelectualidade cubana, porto-riquenha e dominicana. Essa consciência e sentimento marcaram profundamente o ideário do processo de independência tardio dessas sociedades. Da emergência desse sentimento surgiu o conceito de antilhanismo, objeto de análise de importante alcance dentro da temática identitária americana. Perante o conceito, urge refletir melhor sobre o seu significado.

OS CAMINHOS DO ANTILHANISMO

No cenário latino-americano do século XIX, deparamo-nos com uma variedade de idéias, as quais jogaram papel importante nos processos de independência e construção das novas sociedades. Muitas discussões em torno de como esses processos deveriam ser conduzidos e concluídos caracterizaram a produção intelectual. O arcabouço científico-filosófico vindo de fora somado às necessidades internas dessas sociedades em se ajustarem à modernidade orientou os olhares para a realidade hispano-americana na busca de novas interpretações e caminhos a seguir.

Nesse campo de debates, percebe-se que a realidade americana se confunde com seu próprio pensamento, algo referido por IANNI (1993, p. 11) como um processo de pensar que é constituidor, organizador, que rompe e redireciona as produções e atividades em suas diversas esferas sociais. É nesse processo de pensar, constituir e organizar a realidade que o antilhanismo surge como um ideal defendido por um grupo de intelectuais e políticos caribenho-antilhanos que assumiram a missão de refletir e transformar a realidade em que se encontravam.

Entre os intelectuais que se dedicaram à temática antilhana, Adriana ARPINI e Ana Luisa DUFUR (1997, p. 61) consideram que homens como Betances, Hostos, Martí e Luperón marcaram uma etapa peculiar da história latino-americana, na segunda metade do século XIX, caracterizada como o ciclo da independência tardia. Segundo as autoras citadas, existia, no pensamento e ações desses homens, um conjunto de idéias, tais como o afã pela independência das Antilhas, o ideal de

Confederação Antilhana, o legado bolivariano da unidade latino-americana, as convicções republicanas e federalistas de organização política, os projetos sociais vinculados ao abolicionismo, à educação comum e à justiça social. Todos estes ideais eram sintetizados no termo antilhanismo.

As idéias com as quais as autoras sintetizaram o termo demonstram que o antilhanismo comportava orientações externas e internas. Tornar as Antilhas independentes, confederá-las, reafirmar a unidade latino-americana, todos esses ideais estavam direcionados àquele espaço caribenho-antilhano marcado pela presença estrangeira dada na forma do colonialismo espanhol e intenções neocolonialistas estadunidenses. Assim, pode-se considerá-lo, desde uma perspectiva geoestratégica e geopolítica, como um projeto libertário com relação à Espanha e conscientizador do perigo anexionista perante a potência do norte. No âmbito das considerações historiográficas, a conjuntura caribenha apresentada constitui o critério fundamental do ideal antilhanista, confluindo nele as idéias independentistas e antiimperialistas.

Entretanto, nessa mesma conjuntura estão presentes outros elementos que não permitem a redução do antilhanismo unicamente a questões políticas externas. Havia também a necessidade de se resolver questões internas de cunho social. Eliminar a escravidão, educar o povo, praticar a justiça, construir e organizar as novas repúblicas resultantes da luta libertária constituíam outras preocupações no ideário antilhano. Assim, o espaço caribenho-antilhano, especificamente Porto Rico, Cuba e República Dominicana, esteve marcado por diferentes ideais políticos. Podemos considerar que o antilhanismo, enquanto defesa da independência, liberdade e autonomia das Antilhas, existiu ao longo do século XIX. Tal defesa surgiu espelhada na idéia de unidade americana proposta por Simon Bolívar. Forjar a unidade antilhana era um dos pressupostos do ideal antilhanista e as razões para buscar tal intento estavam dadas em uma base identitária territorial, histórica e cultural.¹⁷

¹⁷ Segundo GONZÁLES-RIPOLL NAVARRO (1996, p. 36), havia o reconhecimento de uma identidade geográfica, étnica e histórica em terras insulares espanholas, o que então se transforma em um componente essencial das propostas políticas tanto de tom reformista como independentista no Caribe.

Historicamente, essa idéia de unidade antilhana foi sintetizada na proposta de formar uma Confederação das Antilhas desde o ano de 1811, quando o cubano José Alvarez de Toledo, deputado nas Cortes de Cádiz, defendeu esse ideal. Observar nesse período a proposta dessa confederação significa constatar que a região caribenho-antilhana não foi refratária à conjuntura independentista do século XIX hispano-americano e, ainda, perceber a força do discurso bolivariano nesse ambiente. Foi na defesa de uma unidade mais ampla que surgiram outras, tais como a constituição da Gran Colombia, da Confederação Peruana, da Confederação Centroamericana. Junto a essas, a Confederação Antilhana integra os projetos de unidade regional que marcaram o ambiente independentista e pós-independentista da América Espanhola.

A aspiração de unidade torna-se um elemento do antilhanismo. Segundo GAZTAMBIDE-GÉIGEL (2000, p. 11), as identidades que carregam idéias e projetos de integração e cooperação regional possuem seus antecedentes no Caribe do século XIX, algo marcado pela idéia federativa. Contudo, se a defesa de unidade teve sua origem no início do século XIX em sua versão anticolonial espanhola, foi somente a partir da metade desse século que ela se afirmou enquanto idéia e projeto identitário. À sua versão anticolonial somou-se uma clara posição antiimperialista. A luta pela independência das Antilhas tinha, portanto, o duplo sentido de expulsar o colonizador espanhol e manter a liberdade alcançada diante, sobretudo, ao desejo expansionista dos Estados Unidos.

Os intelectuais que assumiram o antilhanismo e a proposta de Confederação Antilhana pensaram a independência das Antilhas livre da presença estrangeira. Os discursos dessa intelectualidade defendiam um movimento de caráter eminentemente antilhano. Ramón E. BETANCES (1975, p. 250) em carta enviada a Hostos no ano de 1870, demonstrou sua clara oposição a qualquer possibilidade de interferência externa nos assuntos das Antilhas: “...*Yo creo que ni Inglaterra, ni los Estados Unidos, ni España, separados o reunidos, son los que han de dar nuestra independencia, sino nosotros mismos.*”

A fala de Betances, embora seja ele porto-riquenho, se faz extensiva às Antilhas. De fato, é comum na historiografia a interpretação de que havia uma

solidariedade entre os antilhanos a qual, segundo ESTRADE (1990, p. 46), ultrapassava o local de nascimento, de forma que o ideal antilhano operou um casamento entre nacionalismo e internacionalismo. Os intelectuais que pensaram as Antilhas o fizeram desde suas realidades específicas, eram antilhanos, porém sem perder de vista o interesse particular por suas pátrias. No entanto, a própria idéia de confederação indicava um pensamento internacionalista. Por meio dela as ilhas se tornariam uma grande nação, segundo expressão de Betances. Essa grande nação era a alternativa viável para se enfrentar o elemento externo. Além dessa idéia de força, esse porto-riquenho considerou a confederação como aquela que agregaria os infortúnios e as aspirações das ilhas. Assim, estabeleceu uma relação histórica entre os antilhanos e os ligou a uma idéia de futuro. O antilhanismo, além de uma resposta para o presente, guardava um projeto de futuro.

O pensamento antilhano se abria a uma perspectiva supranacional não apenas pela manifesta solidariedade das Grandes Antilhas, mas também pelo interesse numa realidade mais ampla dialogando com a América como um todo. Havia no ideário antilhanista uma forte conotação integradora direcionada a uma realidade mais próxima, independentista e antiimperialista, mas também direcionada a recuperar um discurso passado de integração americana. Na fala de MALDONADO-DENIS (1988, p. X), considera-se existir no espaço caribenho-antilhano, entre seus intelectuais, uma vocação latino-americanista. Tal expressão, utilizada pelo autor para se referir a Hostos, encontra sua síntese na expressão martiana de Nuestra América.

Uma retórica propugnada por homens como Betances, Hostos, Luperón e Martí, a qual defendia a unidade das repúblicas latino-americanas, estabelecia uma continuidade entre a guerra independentista da América Espanhola e a guerra cubana, desejava a união da raça latina e considerava as Antilhas o ponto de equilíbrio das Américas. Essa retórica põe em evidência um antilhanismo que não apenas queria afirmar como algo viável as Antilhas, mas a América. Fez parte da prática dos antilhanos realizar intensa propaganda da causa antilhana, sempre a associando ao desenrolar histórico americano. Não se tratava de uma necessidade egoísta de afirmar as Antilhas.

De forma mais ampla, se o projeto antilhanista de integração baseava-se na concepção de que perante os interesses divergentes que existiam no continente, de um lado, Estados Unidos, e de outro, o restante do continente americano, as Antilhas seriam um bloco de equilíbrio entre as duas Américas, percebe-se que essa idéia ganhou alcance ainda maior. Apoiados nas idéias martiana e hostosiana de que as Antilhas desempenhariam um papel positivo entre a América e a Europa, podemos dizer que o antilhanismo guardava uma aspiração universal.

Algumas considerações são necessárias a essa aspiração universal. Em primeiro lugar devemos considerar que o primeiro plano dessa aspiração são as Antilhas. O projeto de uma Confederação Antilhana, estando vinculado a um contexto em que as idéias iluministas, liberais e positivistas influenciavam na forma de pensar e organizar as sociedades, demonstra certa correspondência com os discursos da modernidade, os quais perpassaram todo o contexto independentista do século XIX. A preocupação estava em tornar independente e modernizar as novas nações, colocando-as rumo ao progresso e à civilização. Nesse sentido, podemos dizer que a grande nação idealizada na Confederação Antilhana, ao se colocar como equilíbrio entre as Américas e entre a Europa e a América, buscava representatividade entre as nações modernas.

No entanto, essa aspiração universal trazia em si outra idéia mais nobre, humana. Com uma forte influência do krausismo espanhol, homens como Hostos, Martí, dentre outros intelectuais, concebiam a possibilidade de levar a cabo a ética progressista e humanitária da filosofia krausista. Chegar a esse fim significaria chegar à solidariedade universal da humanidade. Há nessa idéia a defesa de que a sociabilidade humana seria um cumprimento definitivo da vida. Levando tais considerações para o antilhanismo, podemos dizer que a associação antilhana seria um passo a se realizar nesse processo de sociabilidade humana com vistas à fraternidade universal.

É possível considerar que nesse ideal de fraternidade humana descansam outros elementos do antilhanismo. A ética progressista e humanitária do

krausismo foi associada a uma filosofia social.¹⁸ O progresso não era apenas um avanço material, mas também avanço e aperfeiçoamento moral. Tal condição se daria no reconhecimento da humanidade como algo comum a todos os homens. No ideário antilhanista, consideramos que esse princípio norteou a questão social. Independentizar e organizar as repúblicas antilhanas implicava uma reflexão política e social. Dentro do conjunto de idéias com o qual definimos o antilhanismo, no que tange ao social, tem-se a referência sobre sua base anti-racista, a qual tem sido bastante analisada pela historiografia.

A ausência de racismo no pensamento antilhano foi abordada por ESTRADE (1990, p. 40-43), como algo inovador não apenas para as Antilhas, mas para a hispano-américa.¹⁹ Ao se referir à consciência nacional antilhana, o autor a considerou livre dos preconceitos raciais, o que se traduzia não apenas com relação ao negro, mas igualmente ao índio. Por essa postura anti-racista nas Antilhas, a luta era pela independência absoluta. Essa luta, em termos absolutos, refletia as discussões abolicionista e indigenista, as quais, desde os primeiros movimentos por independência, não haviam sido resolvidas. Os propugnadores do antilhanismo demonstraram uma preocupação em compreender suas questões sociais e transformá-las.

Seguindo a análise de ARPINI e DUFUR (1997, p. 67-68), referente ao elemento social do ideário antilhano, as autoras abordaram o fato de intelectuais como Hostos e Martí terem utilizado categorias como civilização e barbárie para a compreensão social das Antilhas. Tais categorias de análise, contraponto tão comum no pensamento latino-americano do século XIX, em Hostos e Martí estavam direcionadas às relações escravistas geradoras da barbárie oposta à civilização. Esta última não era apenas pensada como progresso material, mas também em termos humanos, livre dos preconceitos raciais.

¹⁸ De acordo com J. SANZ DEL RIO (1956, p. 18) o século XIX é considerado como ambiente em que a visão positivista da história fez ecoar em toda a Europa alguma panacéia social. Um impulso reformador e humanitário visto na filosofia de Krause foi relacionado à filosofia social propugnada por homens como Fourier e Saint-Simon.

¹⁹ Em contraponto às idéias antirracistas do Caribe, ESTRADE (1990, p. 41) apontou para os arautos da colonização européia das terras americanas que, apoiados em Comte, Darwin ou Spencer, não estavam isentos do racismo.

A utilização dos termos povo e raça como concepções do ideário antilhanista do século XIX nos leva a refletir que eles parecem ter uma relação sinonímica. Formar um povo ou raça antilhana era formar uma comunidade antilhana. Não pesava no ideário dos antilhanos um conceito de raça enquanto diferenças biológicas, físicas, psíquicas e sim uma noção de raça enquanto uma cultura. Não era uma comunidade de sangue, de parentesco que se queria, mas uma comunidade ligada pela experiência comum, no caso o colonialismo. Segundo POUTIGNAT e STREIFF-FENART (1998, p. 37), a raça somente ganha importância sociológica quando entra na explicação do comportamento significativo dos homens uns em relação aos outros, ou seja, quando é sentida subjetivamente como uma característica comum e constitui por isso uma fonte de atividade comunitária. Se existia um ideal de nação esse se daria não a partir de elementos raciais. Em solo antilhano não se tratava mais do africano, do índio, do crioulo, mas do antilhano.

Por todas essas considerações, observa-se a presença do indigenismo e do abolicionismo no ideário antilhano. Esse último, como vimos anteriormente, foi projeto da intelectualidade antilhana desde o período de 1866-1867, e, quando convocada a Junta de Informação aos representantes das ilhas, pôde expor seus ideais abolicionistas. Tanto no Grito de Lares, em Porto Rico, quanto no Grito de Yara, em Cuba, estavam colocadas as lutas libertária e antiescravista, as quais não poderiam estar dissociadas. Quanto ao elemento indigenista, a intelectualidade antilhana recuperou em seus discursos os nomes indígenas de suas ilhas, acentuando a questão étnica nas Antilhas. Nas discussões que marcaram o pensamento latino-americano sobre como e a partir de quais elementos, sobretudo humanos, deveriam ser construídas as novas nações, o autóctone foi a referência dos intelectuais caribenho-antilhanos.²⁰

Com tais posturas os antilhanistas colocavam em discussão também o problema da mestiçagem. Se essa foi para os próceres do ideal modernizador hispano-americano um empecilho à civilização, para os antilhanos foi a própria

²⁰ PRADO (1981, p. 167-173) apontou para duas vertentes do pensamento latino-americano: conservadora e crítica. A primeira adotou uma posição de admiração pelos Estados Unidos. A última tinha como exemplo o cubano José Martí, que, perante a ameaça do imperialismo, rejeitou a idéia de importação de modelos e propôs um olhar para as especificidades da América Latina.

essência de sua nacionalidade. Termos como “fusão das raças”, de Hostos e “América mestiça”, de Martí, inauguraram uma linha de pensamento que recuperava a mestiçagem como elemento de valor para as sociedades latino-americanas. Dessa forma, é visível a presença anti-racista no antilhanismo, o que levou ESTRADA (1990, p. 41), a se referir a este, como dotado de um humanismo. Esse humanismo pode ser relacionado ao conjunto de idéias em que se resume o termo antilhanismo, especialmente ao desejo de ver aplicada a justiça social .

Todos esses elementos antilhanistas discutidos constituem a dialética entre pensamento e ação dada nos intelectuais caribenho-antilhanos. Refletir sobre a realidade em que se encontravam com vistas a orientar as ações do presente e do futuro fez do ideário antilhanista um projeto de identidade orientado por um forte desejo de auto-afirmação diante do colonialismo espanhol e ao expansionismo estadunidense. Em que pese uma teoria das identidades na qual LARRAIN IBAÑEZ (1996, p. 130) afirmou os momentos de crise como desencadeadores da problemática identitária, podemos considerar que o antilhanismo se forjou perante a presença, antiga e renovada, das estruturas coloniais. O antilhanismo, enquanto um projeto identitário, se construiu, sobretudo, em relação ao estrangeiro, o que nos permite utilizar o termo identidades internacionais, formulado por GAZTAMBIDE-GÉIGEL (2000), para caracterizar tal processo.

Entretanto, essa presença não era algo exclusivo das Antilhas, uma vez que na América Latina permaneciam resquícios da mentalidade colonial manifestados em uma organização autoritária de seus estados e ainda nos claros posicionamentos anexionistas com os Estados Unidos ou na chamada *nordomanía*²¹ de Rodó. Foi com base nessas condições que esse período de independência tardia na região caribenho-antilhana também foi considerado como sendo o da segunda independência para a América Latina.

Não há dúvidas de que o antilhanismo constituía um projeto de futuro tanto de caráter nacional quanto supranacional. Nele estava contida uma idéia de

²¹ O termo foi utilizado pelo uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) em sua obra *Ariel*, 1900, como uma crítica às tentativas dos latino-americanos de imitar e se assemelhar a modelos estranhos à própria realidade, especialmente ao modelo dos Estados Unidos.

“vir-a-ser” que se construiria em oposição ao que se era. A partir da análise de G. VELHO (1994, p. 101), de que, no processo de constituição da identidade, memória e projeto são amarras fundamentais no sentido de que visões retrospectiva e prospectiva situam o indivíduo, podemos perceber que os projetos de identidade formulados pelos intelectuais latino-americanos assumiram tal perspectiva ao realizarem a leitura do passado com vista a identificar as condições do presente e orientar o futuro. K. WOODWARD (2000, p. 23) desenvolveu a idéia de que passado e presente fazem esse papel, ou seja, a contestação do presente busca justificção para a criação de novas - e futuras- identidades nacionais.

Dentro do cenário caribenho-antilhano, perante os seus outros, sua intelectualidade realizou essa leitura verificando uma identidade colonial presente e negando-a para o futuro. Nesse sentido, com base no conceito relacional de identidade desenvolvido por WOODWARD (2000, p. 14), ou seja, identidades construídas a partir da diferença, temos que o antilhanismo, ao identificar os seus outros, afirmava o campo do que lhe era próprio, o campo do *nosotros*. Assim se explica a construção de um discurso que recuperava a geografia, a história e a composição étnica como elementos de afirmação dessa construção identitária .

Concluindo este capítulo, percebemos que, em meio a essa ampla apresentação contextual em torno do século XIX caribenho-antilhano, a experiência independentista constituiu um processo heterogêneo dentro de um cenário hispano-americano mais amplo. Embora as condições da América Espanhola do século XIX pudessem remeter a uma certa homogeneidade, vêem-se pontos divergentes mediante os quais é possível considerá-la como um ambiente que suplantou suas aproximações históricas com sociedades que evocavam seus próprios caminhos dentro de suas especificidades, haja vista o caso das Antilhas espanholas em seus processos de independência tardios.

Contudo, sem eliminar as especificidades, no campo das idéias, é notável a prolífica produção dos muitos intelectuais que dialogaram com as correntes ideológicas do período, e até entre si, tendo como objeto a construção de uma outra realidade americana. Mesmo divergindo em alguns pontos, esses homens se colocaram a pensar sua pátria, mas sem perder de vista o todo latino-americano ou

mesmo o continente, afirmando e reafirmando a permanência do ideal de uma América una, pedra angular dos primeiros movimentos independentistas do século XIX. O ideal antilhanista desenvolvido pela intelectualidade caribenho-antilhana envolvida na luta revolucionária das Antilhas espanholas tomou parte desses diálogos. Diante de tais considerações, investigar o antilhanismo no pensamento e obra Hostos constitui o objeto do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 EUGENIO MARÍA DE HOSTOS NO CONTEXTO HISTÓRICO CARIBENHO-ANTILHANO

Si el nombre de Eugenio María de Hostos ha de pasar a la historia o ha de quedar en la rebelde oscuridad que lo ha perseguido en el curso agitado de sus días, lo sabremos pronto. Pero, recompensado por la historia u olvidado por los hombres, su vida será ejemplo y una lección severa que importa dar a las generaciones que se forman en la América Latina (OC, v. I, p. 7).²²

O fragmento de texto hostosiano citado, nos permite, por intermédio das próprias palavras do autor, iniciarmos a apresentação de Eugenio María de Hostos, sua trajetória pessoal, intelectual e política no contexto do século XIX. Podemos perceber a forma como nosso autor queria se representar, como um exemplo e uma lição para as gerações da América Latina. Pela extensão e riqueza de seu trabalho é possível dizer que Hostos se tornou uma figura bastante representativa no cenário americano de sua época. Suas idéias, escritos e ações superaram seu tempo, tornando-o personagem histórico, objeto de inúmeros estudos e investigações.

Considerado um dos personagens mais expressivos do século XIX antilhano, Hostos teve seu reconhecimento em meio à sociedade da qual fez parte, sendo lembrado e homenageado pelos homens de sua pátria com a publicação de suas *Obras Completas*, em 1939. Esse acontecimento MALDONADO-DENIS (1988, XXXV) considerou uma chama que somente não se apagou por causa do compromisso assumido pelas gerações da cultura porto-riquenha que se encarregaram de mantê-la viva. Um dos resultados desse compromisso foi a criação do Comitê do Sesquicentenário de Hostos no ano de 1985.

²² As citações das *Obras Completas* de Eugenio María de Hostos, em nosso trabalho, serão feitas mediante a utilização das iniciais do respectivo título (OC), seguidas do número do volume e páginas utilizadas. Outras citações do autor serão feitas a partir de suas antologias, colocando-se o sobrenome do autor, o ano de publicação da obra e páginas empregadas.

A partir dessas considerações torna-se compreensível o fato de muitos de seus biógrafos trabalharem não apenas com o estabelecimento de uma cronologia de sua vida, mas procurando dar sentido a cada etapa, por meio de adjetivos para o autor. Assim, encontramos desde simples relatos de infância e juventude até abordagens mais problematizadas como Hostos político, sociólogo, filósofo moralista, intimista, mestre ou literato, enfim, uma infinidade de qualificativos que têm por objetivo traçar um perfil do cidadão porto-riquenho querendo estabelecer ou recuperar sua importância em seu contexto e como singularidade do pensamento latino-americano. Dentre as abordagens mais gerais têm sido comum sua associação e comparação com os nomes de outros intelectuais significativos do século XIX latino-americano, como Domingo Faustino Sarmiento, José Martí, entre outros. Esses nomes juntos definem uma consciência coletiva americana. Carlos A. TORRES (1988, p. 188) apontou para Hostos como uma das mais altas vozes dessa consciência coletiva, um cidadão da América Latina e professor de hispano-americanismo.

A proposta do presente capítulo consiste na apresentação do autor, sua trajetória pessoal e intelectual, porém não apenas como uma mera abordagem biográfica. Traçar um perfil do autor se torna essencial à medida que estabelecemos a relação com o surgimento de seu ideal antilhano o que consideramos importante para atingir o propósito de apresentá-lo como expressão de uma consciência e sentimento de antilhanía presente entre os intelectuais caribenho-antilhanos do século XIX. Somente por essa conduta poderemos apreender tal ideal como teoria e prática que orientou sua vivência política e literária.

HOSTOS – VIDA E CONSCIÊNCIA ANTILHANA

Nascido em 11 de janeiro de 1839, filho de Eugenio de Hostos y Rodriguez e María Hilária de Bonilla, de porto-riquenhos, neto do cubano Juan José de Ostos²³ y Del Castillo e da dominicana Doña María Altagracia y Rodriguez,

²³ Em Cuba por uma tradição, para a qual não se tem explicação, ao nome Ostos foi incorporada a letra H.

Eugenio María de Hostos esteve ligado às Antilhas como um todo. Por essas descendências, por seu envolvimento pessoal e político na Espanha, nas Antilhas e na América, tornou-se um personagem cosmopolita. Segundo PEDREIRA (1988, p. 7), tal condição constituía uma das dificuldades para a realização da biografia do autor.

Os primeiros anos de vida do nosso autor foram marcados por graves crises na economia doméstica. Sua mãe perdeu a condição confortável a partir de um incêndio na fazenda de sua família. Seu pai, ao ficar órfão, teve que arcar com a responsabilidade de cuidar dos irmãos. Quando casado, dividiu-se entre o trabalho no campo, vivendo na estância de Rio Cañas, e ocupações no povoado, porém recursos insuficientes o fizeram voltar ao povoado, onde se dedicou ao comércio, que logo lhe trouxe dissabores com a traição de seu sócio.

Foi no ano de 1841 que Eugenio de Hostos y Rodriguez conseguiu se recuperar econômica e socialmente. Um incêndio que destruiu Mayagüez, paradoxalmente, foi o motivo da ascensão da família Hostos e Bonilla. A reconstrução do povoado exigia pedidos de permissão às autoridades coloniais, algo que então deveria ser feito por competência daqueles que dominassem a arte da escrita e da expressão. Eugenio de Hostos y Rodriguez se reergueu assumindo essa função e, mais tarde, o cargo, comprando a *escribania pública* do povoado.

A casa dos pais de Hostos transformou-se em um centro de reunião social e de leitura para os amigos pessoais. Nesse ambiente foram dados os primeiros anos de sua infância, momento em que uma enfermidade o fez enfrentar a morte de perto, porém superando-a, de modo que seus pais teriam afirmado “...*este niño ha nacido para algo...*”, e Hostos reafirma em seu Diário “...*Habia nacido para algo; para no conocer el abismo de dolor que es la existencia, y para descender impavidamente hasta los rincones más tenebrosos de ese abismo*” (OC, v. I, p. 13). Nesse sentido, a forma como ele quis se representar em seu contexto pode ser considerado como algo construído desde os relatos de sua infância.

Foi na colônia que Hostos iniciou seus estudos freqüentando uma escola que trazia em seu conteúdo programático o ensino da leitura e da oração. Alguns de

seus biógrafos consideram ter sido esse o momento de início de sua consciência. No ano de 1847, ingressou no Liceo dirigido por don Jerônimo Gomes de Soto Mayor, na capital de Porto Rico. A continuidade de seus estudos, igual a de muitos intelectuais de sua época e por se tratar de uma tradição entre as elites coloniais, se deu na Europa, mais precisamente, na Espanha.

Enviado para a Espanha aos 13 anos, Hostos lá chegou no ano de 1852 para concluir seus estudos secundários em Bilbao. Após essa fase, por volta de 1857, o porto-riquenho seguiu para Madri, a pedido de seu pai, com o objetivo de cursar Direito na Universidade Central. O intelectual porto-riquenho nunca chegou a se formar, assunto que se tornou conflituoso para ele anos mais tarde. Em seu diário pessoal, quando se propôs a uma narrativa do passado, abordou os conflitos que lhe trouxeram a questão de sua formação.

A partir do ano de 1866, com olhar retrospectivo, considerou seu desenvolvimento anormal, como consequência de ter desdenhado do ponto de apoio necessário à carreira científica e posição social. Acusou-se de abandonar o caminho mais reto e seguro (OC, v. I, p. 27). Seguramente, Hostos estava se referindo ao abandono da carreira de advogado, o que na Espanha monárquica de Isabel II significava abrir as portas à política ou à burocracia. Dentre os motivos que o levaram a não se formar, apontou a sua vocação literária, sua rebeldia contra todo formalismo (OC, v. I, p. 27).

Apesar da não-obtenção de um diploma, a presença de Hostos na Espanha foi suficiente para que ele sofresse as influências das inúmeras correntes ideológicas presentes nos cenários acadêmico e político do período. Na Espanha do século XIX, conheceu inúmeras expressões intelectuais e políticas, dentre as quais o catedrático Julián Sanz del Río (1814-1869), do qual viria sua influência krausista. Conviveu com a geração de liberais progressistas espanhóis como Nicolas Salmerón, Francisco Pi y Margall, Emilio Castelar, Patricio de Azcárate, com os quais, mais tarde, em 1868, tomou parte da revolução espanhola, assumindo seu papel revolucionário. Outras influências em sua formação viriam do iluminismo, do positivismo e do evolucionismo spenceriano.

Se na América Latina e na região caribenho-antilhana do século XIX são visíveis as contumazes gerações de intelectuais e políticos influenciadas por todos esses ideais fundadores de um tipo de autoridade, em que a razão e a ciência constituíam os novos direcionamentos políticos, econômicos e sociais, Hostos não esteve deslocado dessas gerações. Para enfrentar o colonialismo ainda presente nas Antilhas e os problemas de organização das novas repúblicas latino-americanas, armou-se de todo arcabouço ideológico que seu tempo permitiu.

A crença no progresso, na civilização, nos ideais de democracia e soberania como pressupostos necessários às sociedades humanas bem como a crença na liberdade e na educação como instrumentos para se atingir tais condições formaram o pensamento latino-americano e serviram a Hostos para estruturar seus valores políticos e sociais. Dentre as correntes científico-filosóficas que o influenciaram, tem sido uma constante entre seus estudiosos o destaque para o krausismo e o positivismo.

De forma prática, o krausismo e o positivismo aportaram no pensamento hostosiano em um cenário em que o tradicional escolasticismo era a ideologia que sustentava os setores mais conservadores de uma sociedade marcadamente atada ao esquema do monarquismo absolutista. Contrárias a esse cenário, as novas correntes filosóficas impeliam para uma visão racional do mundo, o que na Espanha significava romper com as velhas estruturas. Esses ideais contribuíram para que os liberais progressistas levassem a cabo a revolução espanhola, rompendo com as estruturas autoritárias.

A convivência nesse ambiente político e ideológico fez Hostos adotar essas idéias que, para ele, diante do contexto antilhano e latino-americano, significaram a oposição ao colonialismo e a qualquer tipo de autoritarismo. Entretanto, na filosofia krausista o rompimento com as velhas estruturas deveria vir acompanhado de um renascimento cultural e espiritual, o que muito influenciou na formação do nosso autor. A partir de uma orientação racional no mundo e da idéia de transformação do homem, estruturou sua pretensão de mudança e de futuro para as Antilhas e América.

Indubitavelmente, Hostos se orientou por fortes influências krausistas e positivistas. No entanto, alguns intelectuais vêm no pensamento hostosiano a junção dessas duas ideologias em uma única denominada krauso-positivismo. J. L. ABELLÁN (1989, p. 61) analisa esse novo aporte filosófico a partir da síntese realizada por Hostos entre o elemento científico positivista e o elemento moral krausista. Adotando o método racionalista para observar e analisar o mundo à sua volta, observou a não correspondência entre a natureza e o espírito humano. Assim, como um homem de seu tempo, desejou transformar a realidade através da educação, vertente importante de seu pensamento.²⁴

Na historiografia sobre Hostos as referências feitas a ele como mestre estão voltadas a sua luta pedagógica. Falando contra o escolasticismo, seu objetivo, influenciado pelo positivismo, era adotar um método racionalista de ensino. A temática pedagógica lhe rendeu dois tomos de suas *Obras Completas*, um dedicado à educação da mulher e outro dedicado à exposição da educação como elemento indispensável, em todos os aspectos, para a constituição das sociedades que idealizava. Por essa particularidade, MALDONADO-DENIS (1980, p. 34) considera que a política, a moral e a pedagogia em Hostos são inseparáveis.

Esse período em que viveu na Espanha foi importante não apenas para a formação de seu pensamento, mas também para o início de sua vida literária e política. Iniciando seus escritos aos 18, começou com o seu diário íntimo tornando-se, segundo análise de Gabriela MORA (1988, p. 262), um pioneiro desse tipo de obra com tendência à interiorização. Encontramos nas páginas dos diários hostosianos muitas características que definem uma obra desse gênero. Um momento de crise pessoal, preocupação e busca de si mesmo, uma não-correspondência com a sua realidade.

²⁴ Igualmente nesse campo o pensamento hostosiano esteve cercado de influências européias. Autores que abordaram tal aspecto em Hostos admitiram haver em sua postura pedagógica o rechaço dos velhos métodos usados no ensino por sua ineficiência e anticientificismo. PEDREIRA (1988, p. 72-73) aborda algumas dessas influências no método educativo de Hostos apoiado na idéia de Rosseau de pôr a criança em contato com a natureza, deixando livre sua iniciativa para encontrar a verdade. Esse entusiasmo experimental chegou a Hostos por meio de Francis Bacon. De Hebert Spencer toma a idéia das ciências como promotoras do conhecimento da natureza devendo ser a base da educação e assim proclama que a ciência é a mais eficaz educadora da razão. Em Comte encontra a classificação das ciências para seu plano de estudos cíclicos: matemática, ciências físicas e naturais. De Pestalozzi foi um discípulo no que diz respeito às três fases da educação e, em Froebel encontra as idéias que deram origem e desenvolveram a escola intuitiva da primeira infância.

Como vimos no fragmento de seu diário citado anteriormente, Hostos foi tomado por uma crise com relação a sua formação apresentando grande preocupação com o seu próprio ser. Esse foi um momento em que se autodefiniu como “*hombre as secas*”, um homem de caráter e originalidade, mas que se sentia dominado pelos “*niños sábios*”, homens que tinham uma experiência de convenção, comprada em livros (OC, v. I, p. 33). O porto-riquenho desejava superar essa dominação dando voz a seu pensamento e se tornando homem de ação. Nesse sentido, o diário íntimo se caracteriza por uma necessidade de autoconhecimento e por um idealismo.

Essas não foram as únicas preocupações que Eugenio María de Hostos apresentou ao longo do dois tomos de seu diário íntimo. O idealismo hostosiano também esteve voltado para as questões políticas de seu tempo, sobretudo com relação às Antilhas. Em seus diários encontramos muitos de seus discursos em defesa de uma outra realidade política e social para elas. O ponto central dos temas que compõe esses discursos é o seu interesse pela independência e liberdade de Cuba e Porto Rico.

Vivendo na Espanha, sendo um antilhano e estando em contato com esses contextos, tornou-se conhecedor de ambas as realidades, espanhola e antilhana. Esse duplo conhecimento permitiu a ele, assumindo a mesma postura dos intelectuais latino-americanos influenciados pelo organicismo e positivismo francês, fazer um diagnóstico da realidade colonial, detectando seus males. No período em que esteve na Espanha, viajou duas vezes para Porto Rico, em 1859 e 1863, viagens que cumpriram papel importante na sua conscientização com relação à realidade de sua pátria.

Esse olhar diferenciado de Hostos sobre sua realidade encontra explicações diversas. Juan BOSCH (1988, p. 113) associa à morte da mãe de Hostos no ano de 1862. Para o autor, o porto-riquenho canalizou em outra direção o amor que dedicava a sua mãe. Do sofrimento se fez homem, olhou ao seu redor e compreendeu a sombria realidade colonial de Porto Rico. Não desconsiderando as implicações psicológicas de Hostos, nesse momento em que tomou consciência das

mazelas do colonialismo, devemos estar atentos aos acontecimentos históricos do período.

Como vimos na abordagem do cenário histórico, houve um grupo de intelectuais com formação europeia que se dedicou às questões políticas e sociais nas Antilhas, a partir do ano de 1861, quando nos Estados Unidos se inicia a luta abolicionista. Homens como Ruiz Belvis, Betances, Julio Viscarrondo, com uma postura abolicionista, empreenderam uma intensa propaganda contra o escravismo colonial, além de protestarem contra o governo vigente. Outro acontecimento do período foi reincorporação da República Dominicana à Espanha. Nesse cenário, PEDREIRA (1988, p. 23) apontou para uma constante tensão da Metrópole perante o levantamento dominicano e a possibilidade de influência sobre Porto Rico e diante do ambiente de sublevações, motins e propagandas antiescravistas. Por tais condições, a Coroa teria aumentado seu controle, culminando, no ano de 1866, em morte, prisões e exílios de muitos porto-riquenhos envolvidos no processo.

Circundado por tais fatos Hostos não se fez refratário a eles. Na Espanha, deu apoio à Sociedade Abolicionista, formada por porto-riquenhos, envolvendo-se com ela até o ano de 1866, quando essa geração foi às Cortes falar em defesa de reformas para Porto Rico e Cuba. Quanto ao episódio que levou de volta a República Dominicana à possessão espanhola, posteriormente, ao se dedicar à história daquele país, se referiu a ele como a reescravização, realizada pelos que chamou de maus filhos da pátria (OC, v. X, p. 181).

As viagens feitas por Hostos, o contexto histórico antes referido, a forma como nele se envolveu e refletiu, são fatores responsáveis pelo momento de crise em sua vida, o qual despertou sua consciência antilhana. A partir dessa consciência e sentimento antilhano, com vistas a abrir caminho para sua luta, o intelectual porto-riquenho caracterizou sua presença em solo espanhol pela busca de um nome político-literário, o que julgava necessário para o sucesso de seu ideal antilhano. Assim, realizou uma intensa atividade proferindo discursos sobre a situação da colônia no Ateneo de Madri, participando dos foros e debates sobre ciências morais e políticas.

Outra forma que Hostos encontrou para trabalhar em prol das Antilhas foi mediante sua atuação em jornais de Madri e Barcelona. Utilizando a imprensa liberal como local de protesto, o intelectual porto-riquenho foi colaborador do jornal *La Voz del Siglo*. Também foi articulador em outros jornais, como *La Nación*, *La América* e *La Soberania Nacional*. Esteve em Barcelona como diretor do jornal *El Progreso* e colaborou com a revista *Las Antillas*, fundada sob a bandeira do progresso e reconciliação. Politicamente, Hostos engrossou a fila do republicanismo espanhol, com a intenção de levar tais ideais para o campo de sua luta antilhana.

Começava então a dar vazão ao seu ideal antilhano, tornando-o um projeto concreto após sua segunda viagem para Porto Rico, em 1863, por meio de sua primeira obra *La Peregrinación de Bayoán*.²⁵ PEDREIRA (1988, p. 15; 25) considerou ser a obra o prefácio do ideal antilhano de Hostos e, ainda, sua porta de entrada à vida de combate, antecipando seu ideal político. Porém, na obra também estão presentes muitos elementos do próprio ser hostosiano os quais denotam não apenas um senso político, mas também um profundo senso moral e ético.

Segundo LOPEZ (1988, p. XII), *La Peregrinación de Bayoán* foi o esquema básico da peripécia vital de Hostos, de seu doloroso e resplandecente transitar pelos caminhos do mundo que foram transformados, mercê de sua vocação moral, nos caminhos de sua própria consciência. O intelectual porto-riquenho contava com 24 anos de idade quando escreveu o referido romance e considerou o ano de 1863 como o de meditação mais dolorosa de sua vida, do qual resultara um bem escrever seu romance e nele expressar seu antilhanismo (HOSTOS, 1988, p. 5). A conotação que deu à obra foi como a realização de um bem idealizado por ele e que então deveria ser executado como uma forma de corroborar a prática de sua existência, expressão do “*bien concebido*” e do “*bien intentado*”.²⁶

²⁵ HOSTOS (1988, p. 4) se referiu à obra como o único de seus trabalhos literários que contemplou com orgulho.. Editada em dois períodos distintos de sua vida, em 1863 e 1873, a obra torna-se interessante na medida em que mostra diferentes momentos do pensamento hostosiano. Enquanto o prólogo da primeira edição constitui apenas na apresentação do livro, o da segunda edição tem a função de relatar a história do livro, momento em que Hostos faz observações a seu respeito, o que era antes e o que se tornara dez anos depois.

²⁶ A prática do bem, um dos princípios da moral krausista, era para Hostos o destino final de todos os seres de razão consciente para harmonizar os meios com os fins de sua vida. (OC, v. XVII, p. 146)

Concebendo a história como o estudo mais completo da vida dos homens e que, no exame de seu movimento, podem ser buscados os fatos chamados a nos demonstrar a realidade da vida das sociedades (OC, v. VXIII, p. 13), Hostos (1988, p. 5), para realizar o desejado, colocou para si mesmo a exigência de submergir à história. O estudo da história da América no momento da conquista²⁷ o fez maldizer o conquistador. A defesa que propunha empreender em favor de Porto Rico, Cuba e República Dominicana, através de sua obra, deveria encontrar respaldo no mundo do vivido, daí o lançar-se à história como forma de conferir embasamento empírico ao pensado.

Nas páginas da romance hostosiano estaria a história da relação da Espanha com as Antilhas. Nelas se expressaria um inquieto pensamento político anticolonial consciente dos novos rumos que deveriam ser tomados. Quando foi publicado pela primeira vez, o romance não logrou o sucesso esperado. Por causa das implicações políticas, a obra foi proibida de circular tanto na Espanha quanto nas Antilhas, o que levou Hostos a um momento de profunda reflexão, pensando em retornar para a América, para Porto Rico, mais precisamente. Contudo, nosso autor vivia o ano de 1868, quando a idéia da revolução espanhola se tornava mais concreta.

Tendo em vista o contexto em que se encontrava, Hostos teve sérias dúvidas quanto a partir. Temia sair da Espanha justamente quando sua revolução tornara-se uma possibilidade. Mesmo tomado por múltiplas desconfianças diante da experiência de uma posição política insegura, além das desconfianças com relação à Espanha e seus políticos, “...*muñecos movidos por pasión, no por ideas* [...]” e da própria revolução “[...] *porque no será una renovación*” (OC, v. I, p. 69). Movido por seus ideais democráticos e republicanos, participou de sua revolução de setembro de 1868 acreditando nas possíveis mudanças que viriam a partir de um governo orientado por tais princípios.

Permanecendo na Espanha até o ano de 1869, Hostos testemunhou a chegada do sexênio democrático espanhol (1868-1874), deparando-se com um

²⁷ Esse estudo realizou-se a partir das leituras de, como ele mesmo informa, Raynal, Robertson, de Pradt, Prescott, Irving e Chevalier. (HOSTOS, 1988, p. 5)

posicionamento radical e conservador no que diz respeito às Antilhas por parte daqueles com quem havia lutado. Diante do fato, de outubro de 1868 até janeiro de 1869, por meio de artigos publicados no jornal *El Universal*, de discursos proferidos no Ateneo de Madri e das entrevistas em que encaminhou ao governo provisório uma petição firmada por porto-riquenhos, Hostos levou até as últimas conseqüências a sua luta em favor das Antilhas. Ao escrever para o diretor do jornal *El Universal*, lhe pedia espaço para expor a situação daqueles povos (referindo-se a Porto Rico e Cuba) e para definir os deveres que a revolução deveria cumprir para com eles (OC, v. I, p. 90).

Entretanto, os pedidos não se cumpriram, ao contrário, Hostos presenciou a ação contraditória dos representantes da revolução liberal espanhola que pediram liberdade à Espanha e a negaram às Antilhas. Nem o Grito de Lares em Porto Rico, nem o Grito de Yara realizado no mesmo ano (1868), em Cuba, resultaram na esperada liberdade para as ilhas. Tanto uma quanto a outra enfrentaram as forças espanholas. O descontentamento de Hostos com os rumos que a revolução espanhola havia tomado, no que se refere à política para as Antilhas, aparece explícito em sua fala: “*A un extranjero que me preguntaba: “¿Qué hacen la revolución y los revolucionarios españoles en Cuba?”*, le contesté: “*Fusilan, fusilan, fusilan*”. *Si me preguntara qué hacen en Puerto Rico, le diría: “Deshonran y se deshonran”*” (OC, v. I, p. 97).

Outro fragmento não poderia mostrar melhor a decepção do intelectual porto-riquenho com o novo governo liberal espanhol. Hostos demonstrava a forma contraditória com que o governo espanhol conduzia sua política. Internamente, a revolução apresentava-se cercada pelo discurso democrático e liberal, contudo, externamente, continuava o autoritarismo. Antes que democráticos, espanhóis. Assim, teria sido o discurso daqueles com quem lutou na revolução de setembro. A ação libertária e democrática que pensou ocorrer também para as Antilhas por meio da revolução e dos revolucionários espanhóis tornou-se um engodo.

A última conseqüência de todo o esforço hostosiano em obter, pela via revolucionária espanhola, a liberdade para as Antilhas, veio em seu rompimento com

a Espanha e seu governo. Acompanhando a organização dos trabalhos de Hostos nesse período, realizada pelos compiladores de suas *Obras Completas*, vimos que esse rompimento se deu após as entrevistas²⁸ realizadas, em janeiro de 1869, entre o presidente do governo provisório, General Serrano, nosso autor e seus acompanhantes, don Manuel Alonso e don Santiago de Oppenheimer. O resultado de tais conferências foi a acusação, por parte do General Serrano, de que o porto-riquenho atacava direta e pessoalmente o governo provisório e isso o teria levado a romper os laços com a Espanha.

Esse momento de rompimento com a Espanha e o descontentamento com que viveu esse período, encontramos no segundo tomo do diário hostosiano, na carta que o autor escreveu aos irmãos Manuel e Guillermo Matta, na qual, realizando uma retrospectiva de sua caminhada revolucionária, concluiu que dada a atitude do partido republicano na questão das Antilhas nada lhe restava a fazer na Espanha (OC, v. II, p. 115). Os revolucionários que se apresentaram na Espanha sob o manto do republicanismo e que, posteriormente, fundaram sua primeira república democrática, nas Antilhas mantiveram o velho despotismo.

Mais uma vez Hostos viveu um momento de crise que fez mudar sua relação com o mundo a sua volta. Se até então ele havia se guiado por um pensamento anticolonial, tal crise servira para que radicalizasse sua postura tornando-se também antiespanhol. O intelectual porto-riquenho se colocou então como revolucionário procurando saber qual o estado de Porto Rico, assegurando aos expatriados que estaria do lado deles no momento em que se fosse fazer algo. Entretanto, ainda acreditava poder levar a questão das Antilhas ao Congresso, por intermédio dos amigos da revolução espanhola Pi y Margal e Castelar. Porém, segundo seu relato, o primeiro lhe negou cem vezes e o segundo até aceitou o esboço de discurso que ele lhe havia preparado para depois, ao se discutir o artigo constitucional referente as Antilhas, mostrar-se traidor aos princípios liberais (OC, v. II, p. 115).

²⁸ Nessas conferências ou entrevistas Hostos expôs a situação de Porto Rico e levou até o presidente do governo provisório a petição de reformas para Porto Rico enviada de Ponce, uma das principais cidades da ilha.

Em carta ao seu pai, escrita no ano de 1869, nosso autor falou de seu apostolado de justiça e verdade por sua pátria o que, diante de sua atual posição na Espanha, impunha-lhe a necessidade de ir para Nova York e ali realizar, mediante esforços pessoais, com armas nas mãos, a luta pela conquista da independência (OC, v. I, p. 118-119). Hostos estava movido por um sentimento de justiça que havia se transformado, com a experiência, em idéia e vontade de justiça. Em seu pensamento sempre colocava essa diferença entre sentimento e vontade como se quisesse demonstrar uma mudança que significava transitar de uma situação passiva à ação. A justiça era para o porto-riquenho a luz de sua consciência de cidadão e que lhe mandava completar na América a obra que havia começado na Espanha.

Após essas experiências e tendo notícia de que estava sendo organizada de uma expedição revolucionária para Porto Rico, Hostos abandonou a Espanha. No entanto, diante do governo colonial, esse rompimento com a Espanha também significou romper com Porto Rico que manifestou a vontade de vê-lo continuar na Espanha como deputado . Depois de uma breve passagem por Paris, voltou à América na condição de exilado, instalando-se em Nova York, de onde deu continuidade à sua luta política.

O retorno de Eugenio María de Hostos à América pode ser interpretado não apenas como resultado de seu ideal antilhanista, mas de um igual ideal americanista. Em sua obra encontramos referências sobre a forma como se sentia com relação ao continente. Para ele, a América era seu teatro a cujo futuro dedicava o seu (OC, v. I, p. 67). O americanismo hostosiano encontrava seu fundamento na crença de que o continente seria o lugar em que se completaria a obra civilizadora. Seu retorno a América foi interpretado por MALDONADO-DENIS (1988, XII) como parte de uma vocação caribenha e latino-americana do mesmo. Mesmo escolhendo os Estados Unidos como local de exílio, o que se explica por seu rompimento com Porto Rico e, ainda, pelo fato de que esse era o local em que se reuniam os revolucionários cubanos e porto-riquenos, foi a partir dali que começou a se envolver mais diretamente com as questões independentistas caribenhas, bem como buscar o apoio da América Latina para resolução dessas questões.

Na América, Hostos deu início ao que alguns intelectuais que o analisaram chamou de odisséia americana, benfeitora.²⁹ Nessa etapa de sua vida, se lançou na tarefa de lutar pela revolução em Porto Rico e igualmente participar da primeira revolução independentista de Cuba. No entanto, não foi com tranqüilidade que iniciou essa fase de sua vida. Logo que chegou à América, descobriu que não haveria nenhuma expedição revolucionária para Porto Rico e, ainda, foi recebido com reservas pelos antilhanos com os quais se reuniu em conferência.

Na carta que escreveu aos irmãos Manuel e Guillermo Matta, contou que reagiu a esse ambiente hostil reunindo-se aos porto-riquenhos, dentre eles Betances e Basora, e organizando o que para ele não existia, uma sociedade revolucionária porto-riquenha. Hostos acreditava na possibilidade de se criar essa sociedade para precipitar a revolução (OC, v. II, p. 116). Em seu diário podemos acompanhar as constantes referências à revolução nas Antilhas (Cuba e Porto Rico). Com tal propósito, se integrou à Junta Revolucionária Cubana assumindo o cargo de diretor do jornal *La Revolución*.

A odisséia hostosiana então consistiria em tornar-se um defensor e propagandista da causa antilhana na América. Desde o início, nesse espaço, Hostos se envolveu com as questões políticas e sociais das Antilhas. Para tornar concreta sua ação propagandista e se fazer intérprete dos interesses revolucionários das Antilhas em outras regiões, empreendeu uma viagem para a América do Sul, ainda no ano de 1870. Percorreu a Colômbia, Chile, Peru, Argentina e Brasil, sendo profundo observador desses países, o que mais tarde registrou em sua obra *Mi viaje al sur*. Além de observador, Hostos exerceu atividades jornalísticas, pedagógicas e literárias nesses países, mas sem perder de vista seu objetivo de conquistar adeptos para a causa antilhana.

A chegada de Hostos nesses países ocorreu também com certa indiferença, e também foi com a mesma indiferença que o porto-riquenho viu a questão antilhana neles. Assim, não podia perder tempo em conquistar as simpatias,

²⁹ PEDREIRA (1988, p. 30) ao elaborar um trabalho biográfico sobre Hostos intitulou sua trajetória americana como *La Odisea de America*, título igualmente utilizado por E. RODRÍGUEZ DEMORIZI (1988, p. 203). Já BLANCO-FOMBONA (1988, P. 155) se refere a essa odisséia hostosiana como benfeitora chegando mesmo a compará-la como uma cruzada necessária pela América.

o que fez da melhor forma que sabia, escrevendo. Em Lima, escreveu um artigo intitulado “El Cholo”, publicado no jornal *La Sociedad*, em 1870. O que ele chamou de *cholo* era o resultado do cruzamento entre brancos e índios. Com tal abordagem, aludia a mestiçagem presente na América Latina, tratando-a como elemento de progresso.

Envolvido com a América como um todo, mesmo que sua intenção tenha sido fazer a propaganda da revolução antilhana, Hostos escreveu alguns artigos que traziam em suas pautas a questão da união americana. Estando em Lima, Peru, escreveu e publicou no jornal *El Nacional*, em 1870, seu artigo intitulado “Ayacucho”,³⁰ onde chamou a atenção para a não realização de sua primeira intenção qual seja, a união do continente. Hostos recuperava então o ideal de unidade que surgira desde os primeiros movimentos independentistas da América espanhola.

Seguindo para o Chile, dedicou-se a alguns ensaios, como a crítica *Plácido*, em 1872. O protagonista desse ensaio, o cubano Gabriel de la Concepción Valdéz, foi partícipe da revolta cubana *La Escalera*, movimento de caráter social com objetivo abolicionista ocorrido em Cuba entre os anos de 1843 e 1844. Por intermédio desse personagem, Hostos fez um diagnóstico da realidade colonial e, por conseqüência, do colonialismo. Outro trabalho realizado em 1873, foi o ensaio crítico à obra *Hamlet*, de Shakespeare. Por meio da conflituosa personagem shakesperiana, abordou os conflitos humanos e suas inevitáveis transformações. Outro acontecimento importante de sua luta antilhana na América foi a referida reedição de sua obra *La Peregrinación de Bayoán*, em 1873, no Chile.

Sem dúvida, nesse período de viagem, Hostos dedicou-se a uma intensa produção no sentido de pôr em evidência as Antilhas. Dirigindo sua atenção àquelas ilhas que ainda buscavam a independência, Porto Rico e Cuba, realizou uma abordagem histórica delas e apresentou seus problemas. Junto a essas abordagens

³⁰Campo onde ocorreu a batalha entre Espanha e América por ocasião do movimento por independência. Quanto ao artigo hostosiano, esclarecemos que, embora referido nas páginas de seu diário, ele encontra-se reunido no volume XIV de suas *Obras Completas* intitulado *Hombres e Ideas*.

encontramos a carta escrita ao redator do *El Argentino*,³¹ José Manuel Estrada, de 1873, como resposta às insinuações feitas por *El Correo Español*,³² onde defendeu a revolução cubana. Porém, também houve o momento de crítica à revolução e aos revolucionários em seu artigo “10 de octubre”,³³ de 1874.

Acontecimento importante desse período foi a carta-resposta que escreveu, em 1873, ao presidente do Peru, Don Manuel Pardo, tratando da proposição que este havia feito sobre a realização de um congresso americano. Na carta, Hostos utilizou argumentos para demonstrar a possibilidade dos imensos benefícios que teria a América Latina, se contribuísse com a independência das Antilhas (OC, v. IV, p. 36). A contínua relação que nosso autor estabelecia entre a América Latina e as Antilhas demonstra a intensa propaganda que realizou em torno da unidade americana e a importância das Antilhas nela. Assim, comportou-se como porto-riquenho, como antilhano e como americano, ao avançar nas fronteiras de sua pátria, inserir-se nas Antilhas, viajar por vários países da América e neles se portar como homem preocupado com o que via, com o todo americano.

Foi ainda durante suas viagens, mais precisamente em solo argentino, que Hostos soube do fuzilamento dos integrantes do Vapor *Virginus* que desembarcaram em Cuba,³⁴ o que o levou a tomar novamente a ação revolucionária e propagandista, depois de visitar algumas localidades do território argentino. Indignado com o acontecido, escreveu uma carta³⁵ a José Manuel Estrada, apontando para os resultados positivos que tal acontecimento traria, vendo no horror um elemento de força. Hostos viu no episódio do fuzilamento dos representantes da

³¹ Essa carta foi publicada na edição do dia 13 de outubro no *El argentino*, de Buenos Aires, com o título de *Cuba y el “Correo Español”*. Ela encontra-se reunida no volume IV das *Obras Completas* (p. 31-34).

³² Segundo observações de Hostos, sendo *El Correo Español* escrito por espanhóis, era sempre inimigo da independência das Antilhas e de tudo o que era americano (OC, v. II, p. 69).

³³ Esse artigo encontra-se reunido no volume IX, das *Obras Completas*, de Eugenio María de Hostos, a qual leva o título de *Temas Cubanos* (p. 233-239).

³⁴ O vapor *Virginus* estava ocupado por um grupo de revolucionários cubanos que pretendia se unir aos independentistas de Cuba. Ao desembarcarem em Cuba, foram aprisionados e fuzilados pelas autoridades espanholas.

³⁵ Essa carta foi escrita em 9 de dezembro de 1873. Publicada na mesma data no jornal *El Argentino*, em Buenos Aires, recebeu o título de *Los fusilamientos en Cuba* (OC, v. IV, p. 42-48).

revolução um bem, pois todo martírio é incentivo do martírio, era um benefício. A partir desse acontecimento chegaria à sua consciência a impossibilidade de qualquer relação com os republicanos espanhóis (OC, v. IV, p. 46-47). Com tal interpretação, acentuava ainda mais a necessidade de independência e, conseqüentemente, seu antilhanismo independentista.

Eugenio María de Hostos cumpriu seu roteiro de viagem pela América Latina mantendo o firme propósito, como afirmou em carta, de 1874, ao reitor da Universidade de Buenos Aires, Vicente Fidel López, de trabalhar por uma idéia: tornar sua pátria uma pátria de direito, fazer da América toda uma América de direito (OC, v. II, p. 85). Essa estoicidade, no que se refere aos seus princípios morais, ao seu compromisso consigo mesmo e com a humanidade, tornou-se estímulo constante de uma luta que muitas vezes parecia titubear diante do diagnóstico que fazia do contexto revolucionário, dos conflitos pessoais que enfrentou.

Esse roteiro de viagem encerrou-se no ano de 1874, quando retornou a Nova York. Nesse período se dedicou a outros artigos, “América Latina” e “Congreso Latinoamericano”,³⁶ nos quais reforçou a vertente latino-americanista de seu pensamento, dando atenção aos elementos de unidade americana, às idéias favoráveis e contrárias ao americanismo, defendendo a idéia de uma raça latino-americana e criticando os olhares eurocêntricos que pesavam sobre o continente. O retorno de Hostos a Nova York também esteve marcado pela possibilidade de participar da expedição militar organizada pelo revolucionário cubano Francisco Vicente Aguilera com o objetivo de auxiliar à luta libertária em Cuba.

A expedição fracassou por motivos climáticos e de organização, como relatou Hostos em seu diário ao fazer um balanço da aventura. Depois desse episódio, em 1875, o porto-riquenho foi para à República Dominicana, instalando-se na cidade de Puerto Plata. Ali criou um círculo de amizade com Betances, Luperón e Henrique y Carvajal, tornando-se um colaborador dos emigrados cubanos no desenvolvimento do trabalho patriótico e intelectual, dedicando-se a um jornal

³⁶ Esses artigos encontram-se reunidos no volume VII, das *Obras Completas*, de Eugenio María de Hostos (p. 7-15; 401-409) .

semanal, *Los Antillanos*, voltado para a defesa da independência antilhana.³⁷ Ainda em solo dominicano, Hostos dedicou-se à educação. Sua luta pedagógica estava relacionada com o seu ideal antilhano uma vez que cuidou de divulgar os conhecimentos essenciais sobre a liberdade através da fundação da sociedade *La Educadora*.

Hostos voltou para Nova York no ano de 1876, tendo escrito, quando estava a bordo do vapor *Tybee*, o “Programa dos Independentes”,³⁸ em que reforçou sua luta antilhana realizando a defesa da federação baseando-se em princípios pautados na natureza positiva do homem e da sociedade. Para ele, haviam princípios nos quais se fundavam os direitos do homem e a organização da sociedade civil. Tais princípios eram de liberdade, igualdade, autoridade, separação das funções da soberania e princípio da unidade na variedade, estabelecedor da federação. Era esse o propósito para as Antilhas: a liberdade, a igualdade e a fraternidade de seus povos, dando-lhes a devida soberania.

Passado esse ano, a pedido do amigo Pedro Arismendi Brito, governador da cidade de Caracas, Hostos seguiu para a Venezuela, onde conheceu e se casou, em julho de 1877, com Belinda Otilia de Ayala com quem teve seis filhos.³⁹ Em seu diário demonstrou parte dessa união com aquela que chamou carinhosamente de Inda. Assumindo o cargo de reitor de um colégio de província, permaneceu com sua esposa em solo venezuelano até ano de 1878, quando então, em torno do final do mês de março, o casal passou por um período provisório de separação. Inda seguiu para Mayagüez, onde se juntou ao pai e a irmã de Hostos; este permaneceu em Puerto Cabello, Venezuela.

Quanto aos motivos desse momento de separação, alguns autores se referem ao fato de que o porto-riquenho, sem dar ouvido à notícia da pacificação de Cuba, desejou se aproximar do cenário da guerra revolucionária, embora, em seu

³⁷ Primeiramente esse jornal surgiu com o nome de *Las dos Antillas* o qual enfrentou a censura do governo. Mais tarde se tornou *Las Tres Antillas* e finalmente *Los Atillanos*.

³⁸ Segundo nota dos compiladores de sua obra, o Programa dos Independentes apareceu em sete artigos sucessivos em *La voz de la Pátria*, semanário cubano publicado em Nova York.

³⁹ Eugenio Carlos, Luisa Amelia, Bayoán, Adolfo, Filipo y María Angelina.

diário, estejam são claras as referências sobre dificuldades financeiras que já existiam para Hostos antes mesmo do seu casamento. O porto-riquenho aguardava com ansiedade as cartas que recebia de sua esposa e de seu pai, as quais sempre lhe traziam ajuda financeira. Nesse período, pensou instalar-se em Curaçao, Santo Domingo e Nova York, porém em todas encontrou obstáculos, além de não ter dinheiro para realizar tal intento.

Com a certeza do Pacto de Zanjón,⁴⁰ Hostos deixou Puerto Cabello em junho de 1878 rumo à ilha Saint Thomas. No trajeto de viagem passou por Porto Rico e ansiou por rever sua família e esposa, porém não foi autorizado a desembarcar pelas autoridades espanholas. Recebendo dinheiro de seu pai, seguiu viagem. Hostos se reuniu novamente com sua esposa em 1879, quando se instalou na República Dominicana e ali viveu por nove anos. Nesse período desenvolveu com maior profundidade o trabalho pedagógico, fundando a Escola Normal de Santo Domingo, e adotando técnicas de ensino modernas.

Politicamente, não foi indiferente à República Dominicana. Nesses nove anos que ali passou viveu, enfrentou o governo ditador de Heureaux. Tendo escrito *Moral Social*, durante esse governo, fez a crítica à política desligada da moral, acusando a maior parte das sociedades americanas de organismos corroídos (OC, v. XVI, p. 217). De fato, estava criticando o modelo de Estado unitário que na América foi sinônimo de caudilhismo. Por suas indisposições com o governo vigente, deixou a República Dominicana e, atendendo ao convite vindo do Chile, lá se instalou com sua família no ano de 1889, para então se dedicar igualmente ao trabalho pedagógico.

Sem perder contato com as forças revolucionárias cubanas e porto-riquenhas, Hostos, quando em 1895 reinicia-se a luta armada em Cuba, foi designado agente da Junta do Partido Revolucionário de Cuba e Porto Rico, de Nova York, em Santiago do Chile. Em 1898, saiu do Chile, deixando sua família próximo a Caracas, e seguiu rumo a Nova York, onde se dedicou ao trabalho na

⁴⁰ Acordo entre Espanha e Cuba que pôs fim aos dez anos de revolução independentista cubana iniciada em 1868 com o Grito de Yara.

Seção Porto Rico do Partido Revolucionário Cubano. Também nesse período tornou-se presidente da Liga de Patriotas Porto-Riquenhos, ocasião em que os Estados Unidos invadiram militarmente Porto Rico. Por essa ocasião o intelectual porto-riquenho enfrentou a terceira crise relacionada com o seu ideal antilhano.

Nessa nova fase teria de lutar com a realidade anexionista de sua pátria. Assim, no ano de 1899 esteve à frente de uma comissão de porto-riquenhos que tinha por objetivo discutir, com o presidente dos Estados Unidos, Willian Mackinley, o destino de sua pátria. Uma vez encerrada sua condição de exilado também se dedicou à popularização, em Porto Rico, dos princípios da Liga, escritos por ele. Diante da não-prosperidade da Liga e da conduta de muitos porto-riquenhos, que viram a anexação com bons olhos, o cidadão porto-riquenho encerrou essa etapa de luta em 1900, quando a convite de Horacio Vázquez, presidente da República Dominicana, voltou a esse país retomando seu trabalho pedagógico.

Recém-saída do caudilhismo de Heureaux, na República Dominicana, nas palavras de RODRÍGUEZ DEMORIZI (1988, p. 245), estava corrompida a alma cidadã. O trabalho de Hostos era devolver-lhe a dignidade, reconstruindo-a culturalmente por intermédio da educação. Assumiu em Santo Domingo a direção do Colégio Central e foi nomeado, em julho de 1900, Inspetor-geral do ensino público. Seu trabalho educacional o transformou em um conferencista em todo o país, bem como contribuiu para manter as suas atividades jornalísticas, mediante publicações de artigos sobre as necessárias reformas educacionais.

Nessa fase de sua vida, enfrentou as oposições a seu trabalho pedagógico no que se refere a seus métodos educacionais além de presenciar os conflitos políticos que surgiram na República Dominicana desde o ano de sua chegada ao país até 1903. Em meio a esse contexto, visto por ele como desorganizado, dando continuidade à sua luta, escreveu, em 1901, o artigo “Civilización o Muerte”. Publicado no jornal *El Liberal*, na República Dominicana, o artigo aludia a necessidade de civilização para o arquipélago como condição de não ser absorvida diante do crescente imperialismo.

Mesmo dedicado ao trabalho em solo dominicano, Hostos não se desligou de sua pátria anexada pelos Estados Unidos. Em carta ao diretor de *La Correspondência de Puerto Rico*, em 1900, criticou como má tanto a obra dos Estados Unidos quanto dos porto-riquenhos, dizendo que nada havia de bom em Porto Rico. No mesmo ano, em carta enviada a Manuel Guzmán Rodríguez, se referiu aos porto-riquenhos como gente entorpecida pelo colonialismo (HOSTOS, 1980, p. 214-215). Em ambas as cartas, nosso autor citava a Liga dos Patriotas, seus princípios, como um bem, o caminho para a civilização. Essa defesa da Liga como um bem, Hostos reiterou quando novamente, em 1902, escreveu a Manuel Guzmán, colocando-a como a salvação de Porto Rico (HOSTOS, 1980, p. 215).

Todo esse trabalho dedicado à causa antilhana e americana, deixou de existir somente no ano da morte do nosso autor, em 1903, quando escreveu os últimos relatos de seu diário pessoal. Hostos morreu no local em que havia escolhido para sua residência final e sepultura, ao som do lamento de Federico Henríquez y Carvajal (apud RODRÍGUEZ DEMORIZI, 1988, p. 251): “¡Oh! América infeliz que sólo sabes de tus grandes vivos, cuando ya son tus grandes muertos”. Podemos dizer, por esse nesse breve relato, que Eugenio María de Hostos viveu sua vida como um antilhano, haja vista seu envolvimento com as questões políticas e sociais das Antilhas.

Sem sombra de dúvida Hostos pode ser considerado um dos personagens mais representativos do pensamento latino-americano e caribenho da segunda metade do século XIX, ao lado de expressões como Ramón Emeterio Betances, José Martí e Gregório Luperón, compartilhando com eles uma idéia antilhanista integradora. Segundo M. L. PRADO (apud BAGGIO, 1988, p.12), Hostos insere-se na corrente do pensamento porto-riquenho que refletiu sobre sua condição insular, advogando a ampliação de seu horizonte político e invocando a importância da construção de uma identidade antilhana. Desde o século XIX, esteve presente nas idéias e nas práticas de muitos intelectuais porto-riquenhos a consciência de que a solidariedade política e a unidade de objetivos eram centrais para as pequenas ilhas caribenhas. No entanto, mais que corroborar o ideal antilhanista na vida e obra de nosso autor, devemos buscar seus fundamentos.

CAPÍTULO 3 FUNDAMENTOS DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO

Embora o antilhanismo tenha sido um ideal comum entre vários representantes da intelectualidade caribenho-antilhana, em cada pensador ele constitui uma particularidade. Dessa forma, devemos questionar sobre quais princípios fundamentais Hostos construiu seu ideal antilhano. Como, a partir desses princípios, absorveu esse ideal tornando-o uma proposta de vida? As respostas a esses questionamentos devemos buscar na visão de mundo do autor. Em seus *Tratados de Sociología e de Moral*, encontramos a particularidade do pensamento hostosiano quanto à forma como via o mundo e fazia dessa visão um princípio ético orientador de sua conduta enquanto indivíduo social e político.

Hostos via o mundo como um todo harmônico, em que havia uma relação necessária da parte com o todo. Esse mundo estava regido por leis gerais, infalíveis, na natureza e em todo o cosmo. Assim, as sociedades humanas também estavam sujeitas a essas leis. Para ele, o universo somente era inteligível se representado como uma associação de associações (OC, v. XVII, p. 30). A associação torna-se em seu discurso um pressuposto da própria existência do todo a sua volta. A unidade constituía então uma ordem natural presente em todo o cosmo e, portanto, na vida humana. No pensamento de Hostos, esse ideal encontra fundamento na própria relação do homem para com o homem. “*Nosotros no podemos dar un paso fuera de nosotros mismos sin que nos encontremos en la vida de relación ...*” (OC, v. XVII, p. 18).

Essas palavras escritas por Hostos expressam suas concepções sobre a vida social. Os indivíduos estavam chamados a cumprir com uma ordem da qual não poderiam fugir, pois era vista como uma fatalidade. A sociedade concebida como uma realidade viva funcionava como que um organismo, em que a relação da parte com o todo e do todo com a parte era imprescindível. Em sua concepção tanto o ser social quanto o individual viviam para fundar uma ordem coletiva: “*Esta fuerza natural que liga a cada hombre con todos los hombres que rodean, es una fuerza tan*

activa y tan imperiosa en la vida de los grupos como en la de los individuos" (OC, v. XVII, p. 22).

Ao usar o termo força natural, Hostos está se referindo à presença de leis naturais para a vida em sociedade. Nosso autor estabelece uma relação entre ordem e lei: porque existe uma ordem necessária, existem leis naturais. Assim, a sociedade está regida por leis de trabalho, de liberdade, de progresso, de ideal e de conservação. Porém, todas elas estão sujeitas a uma mais geral, ou seja, a lei de sociabilidade. É na sua concepção de uma sociabilidade dada como fenômeno natural da evolução humana que podemos perceber o amparo de seu ideal antilhano.

Quando analisamos o ideal antilhanista como uma característica geral entre a intelectualidade caribenho-antilhana, notamos que havia a defesa da confederação, da federação e da unidade latino-americana como seus principais pressupostos. Dessa observação, temos que o antilhanismo se nos apresenta por uma natureza marcadamente integradora, a qual portava a idéia de um projeto de unidade para Antilhas. Essa natureza integradora fazia, portanto, parte do antilhanismo de Hostos o que nos impõe o compromisso de apontar os fundamentos dela em seu pensamento.

A natureza integradora no antilhanismo hostosiano aparece sustentada pela visão de uma união necessária, como parte de uma ordem cósmica. Segundo Hostos, a lei de sociabilidade pressupunha a associação de forças naturais e das debilidades naturais do indivíduo humano, algo tão natural em sua existência, que sem associação não haveria existência individual (OC, v. XVII, p. 22). Analogamente, transportando esse pensamento para o ideal antilhano, podemos colocar no lugar do indivíduo cada uma das ilhas que Hostos defendia em sua idéia de uma Confederação Antilhana. Esses indivíduos ilhas uniriam forças e debilidades como condição necessária de sobrevivência perante os fatores externos que perturbavam sua ordem social.

O que seriam essas forças e debilidades das Antilhas? As forças naturais Hostos demonstrou existir no aspecto geográfico das Antilhas. Vendo a região como

determinante da força de associação, nosso autor ressaltou a geografia antilhana como fator de associação (OC, v. XVII, p. 23). Por essa própria geografia, as Antilhas estavam dotadas de outras forças. Quando se refere à posição central das Antilhas no continente, Hostos atribui a estas uma força comercial, a qual seria condição de favorecimento da civilização (OC, v. I, p. 147), de onde podemos deduzir haver implícita uma força de civilização.

Se essas eram as forças, quais eram as debilidades que poderiam unir as Antilhas? No diário de Hostos encontramos uma passagem interessante para analisar essas debilidades. Em suas palavras, nas Antilhas se violava a justiça na sobrevivência da escravidão, na gestão econômica, na repressão a Cuba e Porto Rico, na burla da necessidade de justiça e de liberdade (OC, v. I, p. 120). Basicamente, as debilidades das Antilhas no pensamento hostosiano encontram-se expressadas na falta dessas duas últimas condições. Tais condições, dentro do contexto em que se encontrava, estavam associadas ao colonialismo.

Em sua sociopatía, Hostos analisou as enfermidades da sociedade. Segundo ele, as enfermidades eram provenientes da herança, do atavismo, do desconcerto econômico, da falta de liberdade, da falta de saúde intelectual e de saúde moral (OC, v. XVII, p. 102). Nos países de origem espanhola, segundo ele, havia um mal estar social. De forma geral, via as repúblicas latino-americanas afetadas por uma doença que debilita as sociedades privadas de direito (OC, v. XVII, p. 106). As Antilhas encontravam-se em meio a essas sociedades, acometidas por um estado patológico, o qual necessitava de cura e que, do ponto de vista hostosiano, poderia vir através da associação.

Diante dessas considerações, é possível ter a lei de sociabilidade como uma das bases do antilhanismo integrador hostosiano. A associação torna-se uma predisposição natural não apenas humana, mas universal. Hostos via a associação como um fundamento do melhor desenvolvimento da existência humana, e por cujos meios se resolvem melhor os conflitos pessoais e os propósitos sociais (OC, v. XVII, p. 172). Dessa forma, pensar a associação das Antilhas seria pensar no melhor desenvolvimento delas, na resolução dos problemas de cada uma e de todas ao

mesmo tempo. Tal idéia pressupõe uma união para fins absolutos e, de fato, havia fins comuns de justiça e liberdade para as Antilhas.

A idéia colocada encontra respaldo na forma como politicamente Hostos sustentou seu ideal antilhanista integrador: a federação. Por definição, uma associação, uma aliança, torna-se condição do cumprimento da lei de sociabilidade a que todos estavam naturalmente chamados. O porto-riquenho pensava a federação como parte do movimento internacional das idéias, pois já existia uma confederação intelectual, e a humanidade aspirava o mesmo ideal político. A federação era a forma absoluta para qual a Europa estava se dirigindo (*OC*, v. I, p. 100;103). Podemos considerar que a federação significava, num certo tom positivista, um progresso inexorável.

Com essa idéia internacionalista, podemos particularizar a influência da filosofia krausista no pensamento de Hostos. A sociabilidade era algo inerente ao homem, existindo uma relação de dependência deste para com o todo social. O indivíduo, célula social, estava ligado a diferentes grupos sociais: família, município, região, nação, estado internacional. Cada uma dessas esferas de sociabilidade significava um progresso da vida humana em plena consciência de sua relação positiva e harmônica com seus semelhantes, segundo os pressupostos de Krause. Esse racionalismo harmônico serviu a Hostos para defender a idéia da realização de um Estado Internacional.

Este estado deveria se organizar na forma jurídica, o que significa submeter todos os Estados reunidos a um mesmo princípio de arbitragem, ou seja, para Hostos esse Estado jurídico seria a representação de um todo nacional sem detrimento de suas partes (*OC*, v. XVII, p. 99). O Estado Internacional hostosiano estava na medida certa de seus princípios de federação e autonomia. A federação era para ele uma distribuição orgânica de soberania que consistia na exata distribuição da soberania social (*OC*, v. XV, p. 99). O intelectual porto-riquenho defendia o direito de representação de todos os componentes da sociedade.

Para gozar de vida plena a sociedade precisava de direitos plenos, o que estava na autonomia de si mesma. A autonomia para Hostos era compatível com o

gênero de dependência que somente é subordinação da parte ao todo (OC, v. XV, p.100). Mesmo que diante do uso de uma palavra que, por seu significado, pressupõe uma inferioridade da parte, no sentido dado por Hostos, nessa relação subordinada, a parte representa um necessário elo de toda estrutura social. No pensamento hostosiano, para o melhor funcionamento do todo, era imprescindível o respeito à autonomia das partes, portanto, o princípio de federação não pressupunha a soma de autonomias e sim um equilíbrio delas. Todos poderiam seguir um caminho dotado de autonomia, porém de uma forma que contribuísse ao desenvolvimento individual e social.

A Confederação de Estados seria a realização desse Estado Internacional ao qual, na visão de Hostos, estavam chamados a dar exemplo os países do Novo Mundo. Para ele, conviria demonstrar que na América caberiam duas federações e uma confederação. Essa se daria na união das Grandes Antilhas, pelo fato de serem a força de ponderação no continente. Quanto às federações se referia à união dos Estados do sul e a união dos Estados do norte com a grande federação do Estados Unidos. Seja pela via da Confederação Antilhana, da federação sul-americana, seja pela via diplomática, estabelecadora de relações políticas, econômicas e sociais entre os Estados do continente, Hostos concebera a realização do estado internacional americano como a tarefa do século (OC, v. XVII, p. 101-102).

O antilhanismo em Hostos ganha um *status* internacional. O Estado Internacional significaria a realização plena da civilização. Essa era para nosso autor, tanto uma ordem, uma lei natural, na qual constam as atividades da sociedade, quanto uma força dependente da maior subordinação com que as sociedades acatassem as leis naturais da vida (OC, v. XVII, p. 29). Nesse sentido, a civilização é tanto uma condição natural da vida humana quanto um ideal a se atingir. Attingir a civilização plena impunha uma conduta de vida de todos os indivíduos sociais. Há nesse seu pensamento internacionalista a expressão de parte de sua moral social.

Essa família de nações ou sociedade internacional constitui um órgão da sociedade com o qual o indivíduo se relaciona, por já estar capacitado por sua força de humanidade ou de cultura. Segundo Hostos, o indivíduo humano está

intimamente relacionado com todos e cada um dos órgãos sociais que integra, e com a humanidade que personifica. Qualquer que seja o lugar de nascimento, a tradição da raça, a influência da família, o caráter da nação, o selo da civilização, está, sem dúvida, ligado por sua natureza a todo homem (OC, v. XVII, p. 157-158). Dessa forma, o homem hostosiano é um ser cosmopolita, um ser que, por sua própria natureza humana, ultrapassava todos os sentimentos egoístas, localistas.

Essa relação humana intrínseca era condição necessária para a realização da vida social. Hostos também pensava a sociedade regida pela lei de ideal do bem, como aspiração das grandes almas, à harmonia de todas as coisas (OC, v. XVII, p. 40). Se o antilhanismo integrador estava fundamentado em uma inexorável lei de sociabilidade, ele dependia do maior interesse dos indivíduos em cumprir com esta que, por sua vez, dependia do seu desenvolvimento moral. A realização da unidade harmônica vislumbrada por ele como um ideal da humanidade não era mera questão política, mas também uma questão moral dos seres humanos. Quanto maior esse desenvolvimento, maior seria o amor à prática do bem.

À moral, para Hostos uma ciência dos costumes e dos deveres, caberia fazer com que o homem fosse tão bom quanto consciente. Em sua concepção os homens deveriam se acostumar à idéia do dever, algo que teria de ser convertido em tradição. Em todo esse encaminhamento lógico, podemos perceber um moralismo presente nas concepções do nosso autor. De fato, apresentou o dever como a fonte mais pura de moralidade, estando diretamente implicado com a civilização humana (OC, v. XVI, p. 151). O não-cumprimento dessa moral social colocaria em dúvida a realidade da civilização contemporânea. Para Hostos, a civilização e a moralização da humanidade deveriam ser o mesmo propósito, e que, para cumpri-lo, o modo mais sensato era ater-se ao cumprimento do dever (OC, v. XVI, p. 151), em cada relação do indivíduo com a sociedade.

Em dezembro de 1870 Hostos publicou em o *El Nacional* um artigo intitulado “La devoción del deber”,⁴¹ no qual afirmou ser o dever uma religião infalível

⁴¹ Segundo nota dos compiladores de suas *Obras Completas*, Eugenio María de Hostos publicou esse artigo utilizando o pseudônimo de Observador.

comparada às religiões positivas⁴² que, segundo ele, se movem como o progresso das idéias humanas (OC, v. XIV, p. 285). Nesse sentido, conferia ao dever um papel transcendental, algo que perpassava todos os tempos, porque constrói seu altar na consciência. O dever era uma norma e uma lei da consciência, portanto, todo desenvolvimento da sociedade dependeria do cumprimento dessa lei, seria, em última instância, o que chamou de dever dos deveres, o qual consistia em cumprir todos, qualquer que fosse seu caráter, em qualquer momento (OC, v. XVI, p. 193). Esse direcionamento humano era algo da sua natureza, portanto, algo a que, para Hostos, se chegaria algum dia.

O dever então se torna uma categoria do pensamento hostosiano fundamental para a compreensão do ideal antilhanista. Realizar o bem das Antilhas era antes de tudo um dever que deveria ser cumprido por ele e por todos aqueles envolvidos nessa causa. Tal idéia nos parece plausível ao olharmos para a noção de patriotismo de nosso autor. *“Antes que todo, y por encima de todo, el patriotismo es un deber”* (OC, v. XVI, p. 179). O patriotismo era um dever no sentido de que tal sentimento impelia ao trabalho físico e mental pela pátria. Ser patriota era ser um homem de dever, aquele que converte sentimento em vontade, em dever de trabalhar pela pátria, *“...asidua y concienzudamente, en cuerpo y alma, con músculos y nervios, con razón y sentimiento, y con toda la fuerza de la conciencia por el más alto desarrollo posible de la patria nacional”* (OC, v. XVI, p. 179).

A concepção de dever em Hostos estava relacionada como seu ideal de homem completo, pois, em sua fala, *“...el hombre es más hombre cuanto más hace lo que debe”* (OC, v. XVI, p. 151). Esse homem completo, ou lógico, no pleno cumprimento de seus deveres seria o homem de razão, de sentimento de vontade, em equilíbrio com todas as forças necessárias para viver em sociedade. Assim como concebeu leis gerais para a sociedade, também colocou para o indivíduo um papel, em toda essa ordem, no exato cumprimento de todas as relações com as quais se ligava à sociedade: relação de necessidade, de gratidão, de utilidade, de direito e de

⁴² Segundo Hostos o que constitui as religiões positivas é a reassociação dos homens para fins ulteriores à vida humana; é a religação de vontades e de consciências para realizar um fim que somente nessa maneira pode realizar-se. (OC, v. XVII, p. 82) Dentre os exemplos de religiões positivas estariam o bramanismo, o catolicismo, o protestantismo.

dever. Essa última era a mais elevada, uma vez que ela estaria presente em todas as demais.

Dentre os deveres aos quais os homens estavam sujeitos nos chamou a atenção o vínculo que Hostos estabeleceu entre relação de gratidão e dever de obediência, relação de utilidade e dever de sacrifício. Os deveres de obediência e sacrifício colocados por ele a todos os homens se tornam algo importante para compreender seu extremado senso de dever. É possível entender a relação de gratidão como uma forma de o indivíduo reconhecer o benefício de estar ligado aos diferentes grupos sociais. Dessa forma, a obediência, seria um meio de expressar tal gratidão. Por outro lado, se o próprio dever era uma lei a qual estavam submetidos todos os homens, a obediência se tornava um dos deveres que tornariam eficaz essa lei. Somente o dever de obediência colocado aos homens como um valor moral poderia levá-los a acatar as leis a que estavam sujeitos e, portanto, levar à harmonização da sociedade.

Nesse sistema explicativo de uma ordem social, realizando-se mediante as relações e deveres dos indivíduos, Hostos criou uma associação entre a relação de utilidade e sua transformação em deveres em cada nível de associação. É na relação de utilidade, dada no uso de meios que promovam o melhoramento não apenas do indivíduo, mas da sociedade como um todo, que a amplitude do seu ideal antilhanista se torna mais visível. Nosso autor via a noção de utilidade tanto como um proveito individual quanto como um proveito social, um vinculado ao outro, pois tudo que era útil ao indivíduo seria útil à sociedade em geral e aos grupos sociais em particular (OC, v. XVI, p. 183). Nesse sentido, se queria ser útil à luta de sua pátria deveria então se sacrificar por ela.

Nessa mesma relação de utilidade, apontou para outros dois deveres fundamentais na orientação do seu ideal antilhano. O propósito de ser útil traria implícitos os deveres de união e conciliação. O intelectual porto-riquenho entendia que ser útil à província trazia o dever de união de todos os instrumentos de moralidade e cultura, fomento e progresso bem como de todos os provincianos (OC, v. XVI, p. 186). Mesmo que tenha falado em termos de localidade esse dever de

união vai além desse âmbito, pois serviria antes para gerar um equilíbrio social uma vez que indivíduos e sociedade se beneficiariam dela.

Em um campo de ação mais amplo estava o dever de conciliação, abordado por nosso autor. Por meio desse dever, ele justificou a unidade desejada extrapolando o próprio sentimento antilhanista. Seu ideal era de conciliação de interesses de sua pátria com os interesses de todas as pátrias com ela relacionadas, unidas em torno de um destino comum da humanidade. O dever de conciliação era necessário cumprir, deixando de lado qualquer elemento fundado no egoísmo nacional e intensificando a relação de utilidade que liga todas as nações entre si e todos os indivíduos de cada nação com o que ele denominava de “destinos da pátria humana” (OC, v. XVI, p. 187). No pensamento de Hostos, o homem deveria estar comprometido com a humanidade, como condição de tornar completa a moral social.

A idéia expressa anteriormente encontra ressonância na defesa, feita por Hostos, do dever de cosmopolitismo como uma transformação daquele dever de sacrifício em algo mais abrangente. O indivíduo, para ele, por sua humanidade, era um cidadão do mundo. Em seu *Tratado de Moral* (1888) encontramos a expressão dessa idéia nos seguintes termos: “*Cosmopolita es el patriota en toda pátria [...] Empieza por ser verdadero hombre en su pátria, y acaba por ser verdadero patriota en la humanidad entera*” (OC, v. XVI, p. 202). O dever de cosmopolitismo não significava, contudo, o abandono da pátria natal.

Realizar todo esse ideal de harmonia e equilíbrio social e humano fez Hostos pensar a educação também como um dever. Esse dever torna-se um meio de o homem atingir seus fins individuais e sociais. É nesse sentido que nosso autor se torna um crítico do progresso material desvinculado do progresso moral, vendo sua realidade tomada por expressões de “*hombres a medias, pueblos a medias*” (OC, v. XVI, p. 146). Influenciado pela ética progressista e humanitária do krausismo, Hostos propunha a harmonização daqueles progressos, o que significava melhorar o indivíduo de forma que pudesse fazer uso da razão, a qual, segundo a filosofia krausista, era a única capaz de não relegar ao mesmo a servidão moral (LÓPEZ MORILLAS, 1956, p. 71).

Esse racionalismo para Hostos, no entanto, não deveria estar desligado do humano. Não se tratava, como se referiu MASSUH (1990, p. 216), do *homo faber* do positivismo contiano separado de sua interioridade, mas sim da conciliação dessas duas instâncias do humano. Uma revolução material deveria vir acompanhada de uma revolução moral, ou seja, da transformação do próprio homem, da sua interioridade. Seria essa a idéia do homem integral que tanto ocupou espaço no pensamento latino-americano do século XIX. Hostos viu na educação o meio de se atingir esse novo homem.

Uma vez que concebia a sociedade regida por leis, ao abordar a lei do progresso, Hostos colocou a educação como um coeficiente necessário do progresso social e o fator principal do desenvolvimento, crescimento e evolução do ser social (OC, v. XVII, p. 48). Entretanto, com um pensamento sempre cosmopolita, nosso autor transformou esse dever de educação em dever de civilização. O ato de educar somente encontraria sentido pleno se cada homem contribuísse com a realização do destino comum da humanidade: a civilização. Dessa forma, a educação torna-se condição essencial da civilização.

Ao analisar os estados sociais das sociedades humanas, Eugenio María de Hostos considerou os povos da América Latina na condição de semicivilizados. Tal condição nos permite entender sua concepção de que a civilização não era um estado, mas uma meta a alcançar, se tornando, assim, um projeto dentro do seu ideal antilhanista identitário. Na sua crítica *Hamlet*, em 1872, é possível observá-lo falando das transformações humanas. Cada revolução humana significava um progresso nas idéias e nos afeto da humanidade. *Hamlet* era para ele a própria luta interna de todos os homens, espíritos em progresso (HOSTOS, 1988, p. 271).

Hostos pensava na civilização completa que se realizaria quando se manifestassem com igual atividade os três tipos de signos de uma civilização: industrialismo, intelectualismo e moralismo (OC, v. XVII, p. 58). O intelectual porto-riquenho concebia o homem desenvolvido em todas as suas faculdades, materiais e morais. Portanto, era esse homem que, sendo preparado por meio da educação, se tornaria completo. Esse homem, graças às suas ações sociais, cumprindo com seus deveres, é que poderia tornar completa a civilização.

No novo mundo pensado por Hostos como o local chamado a completar essa obra da civilização, existia o homem que poderia realizá-la, o mestiço. Tanto em sua obra crítica *Plácido* quanto em seu artigo “El Cholo” (1870), a fusão e confusão das raças, segundo suas próprias palavras (HOSTOS, 1988, p. 313), se tornavam indispensáveis na formação das sociedades sejam antilhanas, sejam latino-americanas. Em “El Cholo”, referiu-se ao mestiço como meio para formar o homem completo e colocar a América rumo ao progresso, por intermédio da educação das qualidades que somava em si. Com essa postura, o intelectual porto-riquenho se distanciava de algumas visões contemporâneas que rechaçavam o elemento mestiço na construção do futuro americano.

A partir dessa reflexão, podemos considerar que os fundamentos do antilhanismo hostosiano se encontram nessa visão harmônica do mundo, onde leis naturais eram princípios de uma ordem social. O antilhanismo, enquanto um ideal de união das Antilhas, se encaixava na própria lei de sociabilidade humana. Porém, essa ordem natural somente se daria a partir da consciência humana no cumprimento de seus deveres com vistas a realizar seus fins individuais e sociais e assim, caminhar para a prática de um bem universal. Podemos dizer que a união que Hostos via em todo o cosmo, o seu ideal do bem e perspicaz senso de dever, abrangente de todos os demais conceitos abordados, abriram possibilidades de compreensão do alcance do seu antilhanismo o qual lhe chegou, primeiramente, como um compromisso eminentemente moral e ético.

ANTILHANISMO COMO COMPROMISSO E DEVER

Com todas estas considerações feitas, realizamos o mapeamento do ideal antilhanista hostosiano, corroborando-o e fundamentando-o em sua natureza integradora pautada por princípios éticos e morais presentes em seu pensamento. Contudo, ainda nos resta investigar de que forma esse antilhanismo integrador aparece em sua vida prática e como ele aplicou em sua vivência o aguçado senso de dever presente em seu pensamento.

Estabelecemos primeiramente um “antilhanismo de origem” para Hostos. Como neto de cubano e dominicano, filho de porto-riquenhos, nosso autor de alguma forma já estava ligado, por sua descendência, às três ilhas: Porto Rico, Cuba e República Dominicana. Tal observação permite dizer que seu ideal antilhanista era algo inerente a sua própria linhagem. Àquelas sociedades ele então deveria aplicar todos os deveres que considerava naturais a todos os homens. A forma encontrada pelo autor para realizar tal propósito foi primeiramente por meio do seu romance *La Peregrinación de Bayoán* (1863).

No romance hostosiano nos deparamos com a forma peculiar com que apresentou sua obra. “*Este libro, más que un libro, es un deseo, una intención, más que intención, es sed. Sed de justicia y de verdad*” (HOSTOS, 1988, p. 18). O intelectual porto-riquenho mostrava-se incomodado com a realidade em que vivia, o que o fez querer lutar para modificar ela. A palavra “sede” se torna expressão de um desejo hostosiano de realizar naquele momento algo que tocasse aquela realidade, que havia chegado à sua consciência, como ele mesmo afirmou, de forma tão dolorosa.

A parcialidade expressa nessa apresentação do autor nos leva a considerar que sua obra encontrava vínculo com sua própria psicologia. *La Peregrinación de Bayoán* seria seu objeto necessário para saciar a sede referida. Nesses termos, a obra surgia como um compromisso do autor consigo mesmo. Porém, havia também um vínculo político e social nesse seu compromisso pessoal, uma vez que vinha acompanhado dos princípios de justiça e verdade. Por tais implicações, concordamos com NAVARRO (1996, p. 27), que considerou o romance o testemunho dos mais altos ideais hostosianos onde a vida é luta, justiça, liberdade e busca da verdade.

No que se refere à realização do indivíduo, sua obra deveria lhe trazer sucesso. Quando, nas páginas de seu diário, Hostos (1866) faz uma análise de sua vida, disse que até o ano de 1863 queria glória e assim nasceu *La Peregrinación de Bayoán*. Nosso autor queria a pátria e como meio aspirou à política. Atingir esse fim secundário requeria o desenvolvimento intelectual, além da luta contra sua indolência, dando toda sua força à razão (OC, v. I, p. 26). As implicações dessas

palavras, na forma como absorveu sua consciência e sentimento antilhano, são inúmeras. A glória desejada por ele não consistia apenas uma vaidade literária, era mais uma necessidade. Hostos queria a pátria, o que, em sua concepção, somente essa glória poderia lhe dar. Esse era o peso social do seu projeto e para tanto, acreditava que o caminho literário poderia levá-lo a essa conquista e, como vimos em sua trajetória de vida, ele realmente se lançou nesse caminho.

Ao reeditar sua obra e escrever um novo prólogo, em 1873, novamente Hostos (1988, p. 7) se referiu a esse desejo de glória: *“yo veía que la conquista de un nombre literario es la conquista de un poder. El poder me hacía falta para servir inmediatamente a mi país, olvidado, vejado, escarnecido...”*. Dessa forma, fez da literatura o caminho viável para empreender sua luta antilhana. Vendo o romance como uma benévola intenção de contribuir, por meio da história fictícia, para consumir a destruição das imperfeições sociais de que é impopular e inacessível expoente à história real (OC, v. XVII, p. 245), através dele procurou atingir seus objetivos, os quais, naquele momento, seriam, glória, poder e liberdade das Antilhas.

Esse foi o momento em que o porto-riquenho desejou realizar aquela conciliação do ideal com o real e colocou para si o ideal de homem completo cumpridor de seus deveres. Esse ideal hostosiano encontrava ressonância com o que naquele momento pretendia com sua obra, um recurso, um meio de atingir seu objetivo como personagem da história antilhana, antes de tudo, um compromisso.

...no era posible que, encontrando la senda que con tantas angustias secretas había buscado, me negara a seguirla; no era posible que sabiendo ya cómo llamar la atención de mi patria y su metrópoli hacia verdades que habían llenado de nueva luz a mi razón, desistiera del afán generoso de decirlas; no era posible que disponiendo del medio más eficaz de predicar la buena nueva que yo traía del mundo ideal en que hasta entonces había meditado, rehusara el medio más eficaz de predicarla. (HOSTOS, 1988, p. 7)

Esse era o alcance da obra, seu objetivo: despertar a atenção da pátria e da Metrópole, dizendo-lhes verdades, que chegadas à sua razão, depois de sua profunda reflexão, deveriam tornar-se uma prática nas páginas de *La Peregrinación de Bayoán*. O que estava em questão para ele era uma responsabilidade moral. A esse homem chamado ao dever não deveria restar dúvidas quanto à necessidade

de seu cumprimento. Escrever o seu primeiro livro significava assumir um papel do qual não podia fugir. “...¿era un deber o no lo era lanzar un grito de libertad en favor de la patria esclavizada? La incertidumbre era imposible; era un deber” (HOSTOS, 1988, p. 7). Hostos se sentia chamado a esse grito de liberdade, sua obra seria a primeira expressão dele.

O senso aguçado de dever que o moveu em suas ações, desde sua primeira produção e seu primeiro exemplo de luta pelas Antilhas, como vimos no capítulo anterior, também foi expresso por ele em outras circunstâncias pessoais, especialmente no que se refere aos relacionamentos amorosos. No segundo tomo de seu diário íntimo, antes de conhecer Belinda Otilia de Ayala, sua esposa, quando vivia um momento de paixão, ele faz a seguinte pergunta a pessoa amada: “¿... seria Ud. tan racional que comprendiera que un hombre que tiene un deber que cumplir debe cumplirlo?” (OC, v. II, p. 46). Podemos perceber que o dever sempre jogava com a forma com que Hostos conduzia sua vida. Para ele, o dever estava sempre à sua vista e em seu caminho (OC, v. II, p. 50).

De certa forma, por essa concepção hostosiana, o antilhanismo era um compromisso e dever de todos os homens ligados à causa da independência da pátria e das Antilhas. Segundo Hostos (1988, p. 236), essa noção de dever, que gerava o sentimento pela pátria, se desenvolveu profundamente em alguns espíritos rebeldes a toda iniquidade. A iniquidade referida era a conquista e toda estagnação que o governo colonial significava para as Antilhas. Escrevendo ao governador de Porto Rico em 1899, falou desse dever, de todos, em contribuir para salvar de seus desastres a pátria (OC, v. IV, p. 223). Sempre o dever para com a pátria colocada em primeiro plano, como algo natural, uma questão de consciência e de moral, muito orientada pela noção de patriotismo de nosso autor: “...antes que todo, y por encima de todo, el patriotismo es un deber” (OC, v. XVI, p. 179).

Ao se tornar consciente de sua realidade, outra concepção de patriotismo tomou conta de Hostos, deixando de ser sentimento, para se transformar em vontade, a qual levava à ação. Dessa forma, ser patriota era ser um homem de dever, aquele que converte sentimento em vontade. Como anteriormente referido em carta enviada ao pai, Hostos se atribuía a condição de apóstolo da justiça e da

verdade em favor da pátria. Realizar esse apostolado era para ele um fim e um dever os quais deveria cumprir, porém não sem antes obter a bênção paternal.

As justificativas utilizadas por Hostos para convencer o pai de que deveria seguir tal caminho estavam em sua consciência de homem e de deveres de cidadão (OC, v. I, p. 118-119). O ponto de partida que o impulsionava ao dever veio da transformação do sentimento de justiça em idéia e vontade de justiça. O patriotismo teria sido estimulado por essa seqüência de acontecimentos internos em nosso autor. Assim, fez do seu desejo de obter justiça um esforço pessoal, um dever de servir à justiça, à pátria idealizada.

Como um homem de dever, desejou cumprir todos com relação às Antilhas, primeiramente como forma de se colocar de maneira digna diante da sua pátria, dos seus compatriotas e do mundo. A conscientização da realidade operou transformações em sua vida. De um homem de idéias secretas e solitárias, Hostos se transformou em um homem de ideais e pensamentos voltados para todos. Para ele, pensar secretamente e na solidão de seu interior, não era se comprometer com algo, enquanto pensar para todos era impor-se o compromisso de ajustar sua existência a suas idéias (HOSTOS, 1988, p. 6).

Na forma como conduziu suas ações, observamos que os deveres por ele desenvolvidos em seu *Tratado de Moral*, (1888), seguiram como integrante de sua luta. O patriotismo, a união, a conciliação e o cosmopolitismo estiveram presentes desde a origem de seu ideal. A natureza integradora do seu antilhanismo nosso autor fez aparecer desde o momento em que criou os personagens de *La Peregrinación de Bayoán*, deixando claro seu envolvimento com as Antilhas e que as pensava unidas em torno de um mesmo ideal. Foi assim que, em sua obra, reuniu três personagens que juntos caracterizavam seu antilhanismo, demonstrado por intermédio, de uma chave, sem a qual não seria possível compreender a história do romance.

A referida chave dizia respeito aos nomes dos três principais personagens da obra, os quais eram de origem indígena e representavam cada uma das ilhas do arquipélago antilhano. Bayoán, protagonista da obra, era o nome de um indígena de

Borinquen (Porto Rico); Marién, amada de Bayoán, era o nome indígena da comarca mais bela de Cuba; e Guarionex, pai de Marién, era o nome do cacique mais poderoso do Haiti, nome indígena da ilha de Santo Domingo. No final do prólogo da primeira edição, Hostos (1988, p. 19) diz: *“Estos tres nombres: Guarionex, Bayoán, Marién, representan en este libro la unión de las tres Grandes Antillas, Santo Domingo, Puerto Rico, Cuba”*.

A chave estabelecida por Hostos indica que seu pensamento ia além de sua pátria natal, de onde decorre que seu antilhanismo consistia em algo não apenas direcionado a Porto Rico, mas às demais Antilhas espanholas: Cuba e República Dominicana. Por meio de seus personagens é possível perceber a transparência da natureza integradora do pensamento antilhanista hostosiano. A preocupação em esclarecer a relação dos nomes de seus personagens com as Antilhas, além de retirar da obra seu mero aspecto literário transformando-a em uma obra política e social, afirmava a idéia de unidade que comportava seu antilhanismo.

Com uma linguagem metafórica, Hostos, já nesse primeiro momento, justificava sua defesa da realização de uma Confederação Antilhana preconizada por ele e seus contemporâneos. No entanto, compreender essa natureza requer identificar os elementos utilizados pelo autor para forjá-la e sustentá-la e ainda questionar sob qual forma melhor aparece essa natureza integradora. A resposta a essas perguntas nos vem graças à da leitura da obra hostosiana a qual nos informa que é no seu conceito de pátria que podemos buscar tais elementos.

Quando, antes, nos referimos à pátria hostosiana como pátria natal, de certa forma pode ter parecido um tanto quanto redundante para o leitor. Entretanto, a especificação se torna necessária quando nos deparamos com um conceito abrangente apresentado pelo autor: *“...si mi patria política era la isla infortunada en que nací, mi patria geográfica estaba en todas las Antillas, sus hermanas ante la geología y la desgracia, y estaba también en la libertad su redentora”* (HOSTOS, 1988, p. 5).

Nesse conceito elaborado por Hostos podemos vê-lo desenvolver a primeira força de união das Antilhas, transformando sua pátria numa pátria geográfica que ia além de sua localidade, o que afirma seu antilhanismo integrador. Essa pátria estava em todas as Antilhas, unidas por aspectos geológicos e históricos. Uma das formas de acentuar tais aspectos esteve presente na sua forma de ver a região, unida pelo mar. Um mar das Antilhas, mar do Caribe em que brindam com seus paraísos, oferece as guirlandas de seus bosques, os ramalhetes de seus vales, os deleites de seus climas, dois grupos de ilhas que nos dias futuros das histórias seriam a Grécia do novo mundo⁴³ (OC, v. IX, p. 175).

Hostos se referia às pequenas e grandes Antilhas. Interessava a ele as últimas. Onde terminava as pequenas começavam as grandes Antilhas. São quatro escaladas da menor para a maior: Porto Rico, Cuba, Haiti-Santo Domingo, Jamaica. Aos pés de todas o mar; acima, o sol; embelezando-as, a vegetação, mais suntuosa; cobiçando-as, o céu mais limpo; purificando-as a brisa, que da maior embriaguez (OC, v. IX, p. 176). No pensamento hostosiano vemos a correspondência com outros antilhanos, que viam uma unidade antilhana dada pelo mar. O mar aos pés de todas promovia essa união, mas também todas estavam unidas por uma natureza exuberante. Hostos utilizou coletivos para se referir a essa natureza: guirlandas de seus bosques, ramalhetes de seus vales. A forma circular das guirlandas indicava uma continuidade das Antilhas, e os feixes, que constituem os ramalhetes indicavam unidade.

Seu conceito de pátria geográfica lhe serviu como um argumento metafísico para a unidade das Antilhas. Ao realizar seu discurso no Ateneo de Madri em 1868, o intelectual se referiu a uma confederação providencial:

Desde mi isla veo a Santo Domingo, veo a Cuba, veo a Jamaica, y pienso en la confederación: miro hacia el norte y palpo la confederación, recorro el semicírculo de islas que ligan y “federan” geográficamente a Puerto Rico con la América Latina, y me profetizo una confederación providencial. (OC, v. I, p. 97-98)

⁴³ Essa expressão Grécia do Novo Mundo utilizada por Hostos está relacionada ao fato de considerar o mar do Caribe como o Mediterrâneo do Novo Mundo.

Compromissado com esse projeto das Antilhas confederadas, Hostos desenvolveu todos os argumentos discursivos necessários para torná-lo viável. Tais argumentos de defesa ele encontrou na observação de uma unidade dada já por uma natureza providencial. Uma confederação geográfica como obra da providencia foi vista por ele nas Antilhas e entre essas e a América Latina como se existisse na região um destino comum. Nesse sentido, seu conceito de pátria justificava não apenas o antilhanismo, mas abria possibilidade de se pensar em latino-americanismo.

Essa pátria geográfica, providencial, sentida e definida por Hostos em termos fraternais, tinha uma história comum. Foi prática entre os pensadores das colônias hispano-americanas a aproximação destas por esse viés, seja na consideração das origens, seja na consideração da conquista e colonização. Na forma como Hostos utilizou esse viés histórico podemos apreendê-lo nos dois sentidos. Considerando a expressão utilizada por ele, "*hermanas ante la desgracia*", essa contaria a história do presente e do passado. O que eram sua pátria infortunada e a desgraça das demais Antilhas senão uma referência ao processo de conquista, colonização e domínio por parte da Espanha? Cuba e Porto Rico, dentre as Antilhas maiores, eram as rainhas, porém escravizadas.

Nota-se que Hostos utilizou o peso da palavra desgraça nas vezes em que se referiu à possessão espanhola de suas ilhas. Essa oposição à herança colonial serviu aos envolvidos no processo de independência das colônias hispano-americanas para reabilitar nessas sociedades o passado anterior à conquista. Realizava-se aquele olhar prospectivo e retrospectivo que constitui o processo de constituição identitária. Em um fragmento de texto da obra hostosiana, *Plácido*, podemos observar que essa forma de observar a realidade também fazia sentido para o autor:

Los que mejor personifican el sentimiento de la patria, la aman tanto en el pasado y en el futuro cuanto compadecen en el presente, y al mismo tiempo que quieren destruir todo lo que en la actualidad la constituye, quisieran reconstruirla en el futuro con todos los elementos del pasado anterior a la colonia. (HOSTOS, 1988, p. 236)

Se havia um marco para essa desgraça, o que o antecedia era visto sobre outro prisma. O rechaço ao colonialismo era expresso na recuperação do elemento indígena, de uma pátria primitiva, nos termos hostosianos. Esse pensamento justifica e explica o fato de Hostos ter utilizado nomes indígenas para os personagens de *La Peregrinación de Bayoán*. Para ele, invocar a pátria era invocar seus primeiros filhos (HOSTOS, 1988, p. 237). Nesse sentido, podemos dizer que a composição étnica também constituía um elemento do seu antilhanismo integrador. O elemento étnico demonstra um pensamento que buscava as origens das sociedades antilhanas recuperando seus elementos autóctones.

Podemos pensar o elemento histórico do conceito de pátria hostosiano simultaneamente como força e debilidade na proposta de união das Antilhas. Ao mesmo tempo em que nosso autor estabeleceu uma identidade histórica antilhana, também apontou para uma história que causou debilidades a elas. Portanto, a história era, positiva e negativamente, uma força de unidade para as Antilhas. Diante dessa história que se negava deveria vir a perspectiva de futuro, o que de acordo com sua definição de Hostos, se daria através da liberdade.

A liberdade era, para o pensador porto-riquenho, além de uma lei que rege a sociedade, a única força capaz de manter unidos, harmonizar e favorecer em seu desenvolvimento os organismos constituintes da sociedade (OC, v. XV, p. 36). É nesse sentido que a liberdade seria a redentora das Antilhas, pois uma vez livres das interferências externas e conquistada a soberania poderiam se desenvolver harmonicamente. Tal condição teria validade tanto em âmbito nacional quanto internacional. Dessa forma, alcançava também o ideal das Antilhas livres e federadas. A liberdade se tornava uma referência constante em toda a obra do porto-riquenho.

Um pensamento conciliador aparece na forma como Hostos então viu a pátria. Esse pensamento orientou de maneira significativa sua relação com Porto Rico. Vale ressaltar que, em seu desejo de criar uma confederação antilhana, nunca deixou de tratar com singularidade seu país, mesmo porque o dever de cosmopolitismo desenvolvido por ele trazia antes a condição de começar a ser patriota em sua pátria. Assim, desde sua estada na Europa, afirmou que buscava a

conquista de uma posição política para servir ao seu país. Mais tarde, quando avaliava esse período, reiterou sua fala quando disse que a ele cabia um fim, que era fazer-se uma reputação para voltar a seu país rodeado da auréola que devia atrair a atenção de seus compatriotas, de seus auxiliares na obra sagrada de preparar a revolução de independência (OC, v. II, p. 23).

A relação de Hostos com Porto Rico apresenta-se por um sentimento de dever profundo misturado com uma idéia de fragilidade daquela que considera sua pátria nativa. Essa idéia de um país frágil, débil, fez com que sempre buscasse recuperar a docilidade, a mansidão de seu país falando da Borinquen de um tempo feliz (OC, v. XI, p. 185), ou seja, de um tempo antes do colonizador. Isso o levou, quando escreveu artigos em defesa das Antilhas no jornal *El Universal* da Espanha, a abordar com maior propriedade Porto Rico, por conhecê-la melhor e por ser a menos rica das Antilhas.

A forma como nosso autor pensava e agia, reiterava e reforçava seu antilhanismo integrador. O intelectual porto-riquenho não aceitava a possibilidade de acomodar-se à realização da liberdade apenas em uma das ilhas. Como antilhano e com um conceito extensivo de pátria não aceitaria a idéia de realizações parciais. Era preciso conciliar os interesses das Antilhas, uma vez que para ele era até mesmo uma questão de fé. “*Tengo fe en el futuro independiente de las Antillas confederadas, creo que se confederarán, creo que sólo así cumplirán el destino providencial, por su situación y por sus tradiciones...*” (OC, v. I, p. 335).

As Antilhas integradas dariam o passo necessário para se cumprir com a formação do estado internacional pensado por Hostos. Sua posição geoestratégica, como considerou, “*...vis a vis del Continente y del mundo...*” (OC, v. I, p. 147), tornava-se um dos principais argumentos para a defesa de uma Confederação das Antilhas. Tal defesa pressupunha conferir a estas o papel de realizadoras da máxima expressão da civilização, uma vez que, na ordem social estabelecida por Hostos, essa se daria completamente nessa máxima da unidade humana. Confederar as Antilhas seria então colocá-las como precursoras desse ideal da humanidade.

Notamos que a forma como Hostos via a localização das Antilhas elas estavam ligadas à América Latina como antes referido e ao continente como um todo. No discurso hostosiano, demonstrar a ligação das Antilhas com a América era uma forma necessária para chamar a atenção à indispensável revolução antilhana. No entanto, não há em seu pensamento e fala apenas um interesse egoísta pelas Antilhas, pois, como anteriormente apontado, ele se sentia como um cidadão da América, considerando-a seu teatro, sua pátria grande. Havia um sentimento americanista em nosso autor. Em uma de suas viagens, ao partir de Valparaíso para Montevideu no ano de 1873, falou de uma mesma dor para tão diversas terras, condição que pensou em termos de determinação do americanismo: uma pátria, um sentimento (OC, v. II, p. 62).

Em toda essa análise, não restam dúvidas de que Eugenio María de Hostos desejava cumprir com todos os deveres que faziam parte daquela ordem social por ele estabelecida. Em sua trajetória de vida bem como em sua visão de mundo, vimos surgir um ideal antilhanista de consciência e de sentimento, o que depois se transformou em um dever que, para ele, cabia enquanto um ser social, enquanto um patriota, compromissado não apenas com as Antilhas, mas com todo o continente e com o mundo. No entanto, muito embora esse cosmopolitismo hostosiano seja inegável, ser um antilhanista significava colocar as Antilhas no primeiro plano de suas atenções.

A partir dessas considerações devemos avançar na investigação e análise do antilhanismo hostosiano mostrando como, de forma prática, o intelectual porto-riquenho desenvolveu seu ideal e o tornou expressão de luta pelas Antilhas. Na abordagem que realizamos sobre o autor, verificamos a origem e continuidade do seu ideal, além de momentos de crises que lhe trouxeram mudanças substanciais. Dessa forma, no capítulo subsequente, trataremos da primeira fase do antilhanismo hostosiano dada entre os anos de 1863 a 1869. Hostos, a partir de seu ideal, desejava forjar uma nova realidade antilhana, portanto, nos cabe identificar e analisar os elementos por ele pensados para atingir tal fim.

CAPÍTULO 4 FASE AUTONOMISTA E ANTICOLONIAL DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO

A consciência e o sentimento de antilhanía adquiridos por Hostos no período em que ainda estava na Espanha o levaram a empreender sua luta pelas Antilhas a partir mesmo daquela que então considerava a mãe pátria. São dois os momentos importantes para a análise dessa primeira fase do antilhanismo hostosiano. Como vimos, foi por intermédio primeiramente da literatura que nosso autor deu início a um intenso envolvimento com a política espanhola no vislumbre de obter para as Antilhas a liberdade. Com sua obra *La Peregrinación de Bayoán* (1863), desejou chamar a tenção da metrópole e das Antilhas para as mazelas do colonialismo.

O segundo momento que estamos levando em consideração para análise dessa fase do ideal antilhanista hostosiano, encontramos entre os anos de 1868 e 1869, período em que nosso autor se envolveu com a revolução liberal na Espanha empreendendo uma ampla defesa das Antilhas junto ao governo revolucionário espanhol. A partir desses dois momentos apresentados, consideramos importante demonstrar não apenas a expressão do antilhanismo hostosiano em cada um separadamente, mas também a correspondência desse ideal entre ambos.

LA PEREGRINACIÓN DE BAYOÁN: A METÁFORA ANTILHANISTA DE HOSTOS

As constantes referências ao romance de Hostos no capítulo anterior mostraram que, como expressão de seu ideal antilhano, *La Peregrinación de Bayoán* estava intimamente ligada a ele, sobretudo em suas concepções de sociabilidade e de dever. Assim, temos que, desde sua primeira obra, alguns elementos do antilhanismo hostosiano já são visíveis e claramente identificáveis. No

entanto, tais afirmações somente encontram sentido no conhecimento dessa obra, do que trata e do seu conteúdo, o que exige uma previa e breve apresentação da trama hostosiana e seus personagens.

Iniciamos com Bayoán, personagem central da trama. Trata-se de um jovem porto-riquenho que vive a angústia do amor pela pátria, o desejo de glória, a busca da verdade e da justiça, que sai de sua pátria rumo à Europa desejando alcançar essa glória que julga importante para se tornar um homem digno. Marién, jovem cubana, frágil, enferma, vive o conflito do amor que concorre com os desejos de realização pessoal da pessoa amada, com seus conflitos de consciência. Vê na união com Bayoán a felicidade de ambos, no entanto, sofre diante da luta que se dá entre razão e coração. Guarionex, pai de Marién, é um homem centrado que, em meio ao impasse amoroso da filha, assume um papel conciliador. Junto a ele encontra-se sua esposa, uma porto-riquenha.

Há entre esses personagens um laço afetivo que os leva a empreender uma mesma viagem, a de Bayoán. Este goza da amizade de Guarionex e da sua esposa, que vêem com bons olhos a união da filha, com aquele. Há entre os enamorados a correspondência do amor, porém Bayoán se vê dividido entre o que sente por Marién e seu dever para com um outro amor, julgado por ele mais importante, o amor pela justiça, verdade e glória, tudo isso voltado para a pátria. Esse é o dilema de Bayoán que concebe antes seu dever moral de lutar pela pátria, devendo então renunciar a paixão em favor da razão. A frágil Marién, não resistindo à distância de sua terra, que aparece na obra exaltada em sua natureza inigualável, cai enferma. Diante da enfermidade da amada, Bayoán tenta remediar, casando-se com ela, concebendo a possibilidade de conciliar os amores que os divide. No entanto, a jovem acaba por falecer em solo espanhol, levando Bayoán a retornar para América, a qual considera sua pátria.

Uma vez conhecidos resumidamente os personagens e a trama hostosiana, nos cabe agora investigar onde e de que forma o ideal antilhano de Hostos aparece nela e em seus personagens. De que forma os personagens da obra se unem e justificam sua idéia de unidade antilhana. Como Bayoán vive o drama da pátria e o desejo de lutar por ela e de que forma expressa o ideal antilhano

durante sua peregrinação? Qual o sentido da peregrinação? Como uma união tão conflituosa como a dos personagens da trama representa o ideal hostosiano? Partindo do princípio de que a unidade já existia na família de Marién, por que a presença de Bayoán? Qual o sentido da união que, embora tenha se realizado, não perdurou?

Hostos iniciou sua obra com a saída de *Bayoán* de sua pátria rumo à viagem que deveria realizar para a Europa. Nesse primeiro trajeto de seu personagem, abordou as condições em que se encontravam as Antilhas, começando então por realizar um diagnóstico dessa realidade. Quando costeava a República Dominicana, Bayoán se pôs a refletir sobre o estado em que ela se encontrava, naquele tempo reincorporada à Espanha. Em sua reflexão, como se estivesse dialogando com Colombo, o personagem hostosiano lançou críticas à Espanha:

Si tú la vieras, Colón [...] Nación generosa al defenderla, pequeña al combatir la independencia, purga hoy su pasada pequeñez: lo que debió elevarla, la abatió; lo que enriquecerla, la hizo miserable; pequeña, lo que estaba llamado a engrandecerla ... (HOSTOS, 1988, p. 24)

Hostos não se fazia crítico do descobrimento em si. Esse teria sido positivo se a Espanha tivesse agido de outra forma. Por meio de seu personagem, condenava a ação colonial espanhola para com suas posses americanas, mas também a colocava como vítima de suas próprias ações. A conquista, o domínio, a exploração e a privação de liberdade que recaiu sobre as colônias americanas através da empresa colonial trouxeram para a Espanha a mesma condição. Quando Bayoán seguiu viagem para a Europa, em duas frases resumiu todo seu pensamento sobre a Espanha: “*La fragata se aleja ? a donde va? A la infeliz España*” (HOSTOS, 1988, p. 77).

O intelectual porto-riquenho estava falando de dentro de uma Espanha que, governada por Isabel II, ainda se mantinha sob a forma governamental do Antigo Regime, examinado pela historiografia como cenário dos reinos absolutistas

e, por muitos intelectuais latino-americanos como expressão do despotismo e da tirania.⁴⁴ A expressão desse despotismo Hostos mostrou através de uma parábola:⁴⁵

Allí, cerca de Bayamón, hay una hacienda: su dueño tendrá esclavos: si quieren arrebatárselos resistirá, defenderá lo suyo, hará tal vez una defensa heroica: después abandonará al látigo del capataz a sus esclavos [...] ¿Es ciego o cruel? Es cruel y ciego: ciego, porque no ve que el látigo mina lentamente, pero mina [...] Es cruel el hacendado, porque se olvida del infeliz que le da oro. [...] Es cruel el hacendado, porque es ciego: los ojos ven los efectos de la crueldad, y la injusticia, y pueden remediarlos: la ceguera no ve. Es ciego el hacendado porque es cruel: la costumbre de ser obedecido, la costumbre de querer a toda costa sumisión, y silencio, la costumbre de la arbitrariedad y la injusticia, que engendran la crueldad, quitan la vista ... (HOSTOS, 1988, p. 84-85)

Se sua intenção era realizar uma crítica ao sistema colonial, podemos dizer que seu texto foi uma parábola para se dirigir à Espanha, porém não no que se refere às Antilhas. No primeiro caso podemos interpretar a parábola hostosiana transformando a fazenda nas Antilhas, o fazendeiro na Espanha e os escravos nos povos que habitavam a ilha. Assim, nessa relação a Espanha exercia nas Antilhas o domínio sobre seus povos. De outra forma, para aqueles que nas Antilhas eram senhores de escravos, o texto perdeu o sentido de uma parábola, ou seja, de uma alegoria, e se tornou um veículo concreto de acusação. Seja como for, podemos dizer que nosso autor atingiu duplo objetivo, pois tocou a Espanha e as Antilhas em suas debilidades dentro do sistema.

Bayoán se tornou crítico não da Espanha do descobrimento, mas daquela que se apresentava aos olhos do nosso autor. Contudo, como crítico da realidade colonial, direcionou seu olhar também às condições internas de sua pátria, entenda-se Antilhas, uma vez considerado o conceito de pátria apresentado por Hostos. Ao passar por Havana, desferiu pesadas críticas à cidade:

⁴⁴ PRADO (1994, p. 14) ao se referir ao pensamento da América espanhola no período de suas primeiras lutas por independência apontou para os termos “reino do despotismo, opressão e arbítrio”, referidos à Espanha, como sendo as oposições colocadas pelos homens que participaram dos movimentos.

⁴⁵ Em nota de rodapé, por ocasião da segunda edição de seu romance, Hostos informou que essa parábola foi mal interpretada por alguns porto-riquenhos que viram nela um ataque pessoal a um fazendeiro cruel e, bem compreendida pelos espanhóis, para quem era uma defesa da abolição da escravidão e ameaça de independência (HOSTOS, 1988, p. 85).

Adiós, ciudad, como las ciudades de Europa, repugnante: [...] no volveré a pisarte: [...] me aluciné, creyendo que, por estar colocada en donde estás, en nada te asemejarías a las ciudades que, allende mar, he visitado: me engañé: eres lo mismo: los mismos hombres; las mismas costumbres depravadas; los mismos vicios; las mismas apariencias de progreso ...(HOSTOS, 1988, p. 35)

A visão apresentada está diretamente relacionada ao mundo europeu, o além-mar, onde se encontrava a mãe-pátria. As mesmas mazelas detectadas pela visão de Bayoán são críticas à presença do peninsular nas cidades antilhanas, em suas administrações e de forma geral na administração das Antilhas. A cidade, na concepção de Hostos, teve peso fundamental em seu diagnóstico. Em termos de campo e cidade, expressou todo seu incômodo quanto a essa realidade. Para realizar essa crítica interna, assumiu e transferiu para seu personagem a tendência utilizada por alguns intelectuais do século XIX de explicar a realidade por intermédio de binômios. Um dos mais utilizados foi à oposição campo/cidade, às vezes para exaltar a cidade e negar o campo,⁴⁶ outras vezes, operando uma leitura inversa, para exaltar o campo e negar a cidade, como o caso do nosso autor.

No romance hostosiano a cidade é o ambiente da asfixia espiritual, da inimizade, do egoísmo, da ambição, enquanto o campo é o local dos costumes, das tradições, no campo está a pátria. “*Cuando estoy en el campo, [diz Bayoán] creo estar en mi patria: voy a las ciudades, y me falta...*” (HOSTOS, 1988, p. 96). No campo, Bayoán julga encontrar seus verdadeiros compatriotas e o caráter nacional, nas cidades esse caráter não predomina. “*yo no encuentro el carácter nacional; donde lo espero ver, encuentro una mezcla de carácter, de costumbres extranjeros ...*” (HOSTOS, 1988, p. 96). Realizar esse tipo de leitura representa estabelecer a oposição entre o outro e o *nosotros*. Na cidade encontrava-se toda a estrutura administrativa colonial, portanto, a própria herança do colonizador, enquanto o campo guardava a originalidade nacional.

Em nota de rodapé, Hostos chegou a afirmar a nacionalidade porto-riquenha, um caráter nacional próprio e peculiar do país, porém corrompida pelos espanhóis (HOSTOS, 1988, p. 96). Perante esse homem corrompido, punha o

⁴⁶ O argentino Domingo Faustino Sarmiento fez uso dessa prática para assinalar a forma como pensava o campo e a cidade. Em sua obra *Civilização e barbárie* (1845), o campo era expressão da barbárie, enquanto a cidade era expressão da civilização. Eugenio María de Hostos utiliza a mesma oposição, porém de forma inversa.

homem do campo. Hostos construiu uma visão idílica do campo em sua obra. Foi em uma quinta que Bayoán encontrou sua amada Marién, e também em que , junto com a família da moça, buscou remédio para a enfermidade que recaíra sobre ela. O campo era o local, da verdadeira pátria, do amor e da saúde. Nesse sentido, não apenas realizava o diagnóstico da realidade que o cercava, mas procurava recuperar os elementos que deveriam tomar parte da construção de outra realidade.

São intensas as acusações dirigidas por Bayoán aos cidadãos porto-riquenhos, aos seus não-compatriotas, uma vez que assim os considerava, em virtude das condições em que viviam nas cidades, da forma como conduziam os negócios da pátria. *“No son mis compatriotas los que con criminal indiferencia aceptan las apariencias de progreso, y no procuran ninguno de sus bienes [...] los que ven o que ven, y en vez de cumplir con su deber, se callan ...”* (HOSTOS, 1988, p. 96). No contexto colonial, a crítica de Hostos estava direcionada à elite colonial que agia de acordo com seus interesses, adequando suas ações à obtenção de seus privilégios, não promovendo a unidade do seu povo e não recuperando o anterior caráter nacional.⁴⁷ Tornando-se crítico de um reformismo que existia desde o século XVIII, nosso autor assumiu intenso caráter de mera assimilação.

Muitas são as considerações que podemos fazer sobre a forma como Hostos se referiu a seus compatriotas. Primeiramente, observamos a presença de sua idéia de um antilhanismo ético e moral, uma vez que, na fala de seu personagem, opunha o homem de dever que era Bayoán, aos não-compatriotas, não cumpridores do dever de serem úteis à sociedade. Esses homens estavam indo contra a própria definição de patriotismo, entendido este por Hostos como, antes de tudo, um dever. Se cumprir com os deveres era uma das condições do homem completo hostosiano, o equilíbrio de forças para a vida em sociedade faltava às Antilhas esse homem.

O que existia era o desacordo entre a natureza e o espírito, ou seja, entre o desenvolvimento físico e moral do homem. Esse desacordo permite entender o uso que Hostos fez, tanto para Cuba, quanto para Porto Rico, da expressão

⁴⁷ A consciência nacional, como disseram GONZALEZ-RIPOLL e GARCIA MORA (1997, p. 20), estava subordinada a interesses de classe e não se fazia extensiva a outros setores sociais.

“*apariencias de progreso*”. Tal consideração estava relacionada a sua concepção de progresso: fatal, incontido e incontestável, porém não uma linha reta, mas ondulada que inclui a enfermidade e a convalescença (OC, v. XVII, p. 42). As Antilhas estavam enfermas, portanto qualquer expressão de progresso nelas não representava a realidade. Nelas estavam presentes os males da herança colonial: o atavismo, o desconcerto econômico, a falta de liberdade, a falta de saúde intelectual e moral. Assim, o progresso, para ele, pressupunha o aperfeiçoamento material, moral e intelectual e, seus compatriotas, não sendo expressão desse termo, não poderiam contribuir para sua realização.

Comportando-se como um organicista, Hostos continuou demonstrando a idéia da enfermidade das Antilhas em seus personagens. A realidade foi tratada por ele como um organismo patológico. Idéia que começou a expressar na personagem de Marién, representante de uma das grandes Antilhas. A moça aparece enferma e frágil no decorrer da trama. Contudo, não apenas a representante de Cuba aparece nessa condição. Em outro personagem, breve representante da América na trama hostosiana, ocorreu o mesmo.

Durante o trajeto de viagem para a Europa, Bayoán encontrou-se com um ancião enfermo, que não revelou seu nome, nem sua nacionalidade. Era apenas um americano que havia lutado nos primeiros movimentos de independência e que, após os resultados, havia se decepcionado. Seria ele a metáfora hostosiana da América enferma? Em seu diálogo com Bayoán, o ancião apresentou sua visão da América pós-independente em tom de acusação aos homens que estiveram à frente dos movimentos: “...*en vez de imitar lo bueno de otros pueblos, de ajustar al carácter nacional los progresos del mundo; en vez de preparar su patria y sus hijos, para que acepten el progreso...se entregan al placer del mando, al frenesí del despotismo...*” (HOSTOS, 1988, p. 108).

Claramente, o ancião estava se referindo àquele período de frustração em que apareceram os diversos e diferentes interesses dos envolvidos no processo de independência como referido por PRADO (1999, p. 73) ou à militarização referida por WASSERMAN (1996, p. 182-183) condições essas que marcaram as colônias recém-independentizadas e que foram vistas como herança do colonizador e como

uma doença, um mal a ser combatido. Em resposta ao ancião, utilizando a concepção de enfermidade, Bayoán apontou para um estado permanente dos povos. “...*el enfermo se acostumbra a su mal, e acostumbra a sus llagas; los pueblos se acostumbran a no ser, lo mismo que un individuo sin ideas se acostumbra a pasar por el mundo sin objeto...*” (HOSTOS, 1988, p. 109).

Enfermas e acostumadas com a enfermidade estavam as Antilhas, por sua inércia, e o restante da hispano-américa já liberta. Tanto para Bayoán quanto para o ancião não havia, diante do capricho e permanência do despotismo, liberdade para os povos da América independente. A América enferma necessitava, portanto, de uma segunda liberdade revitalizadora. Nesse sentido, havia no encontro estabelecido por Hostos a relação entre presente, passado e futuro das Antilhas e da América. O encontro entre o velho e o novo significavam o paradoxo das dúvidas do presente e a esperança no futuro.

A enfermidade das Antilhas e da América, estava ali colocada: como herança da Espanha, segundo ressaltou o ancião, ao apontar para o despotismo que permanecera na América: como destacou Bayoán, quando falou da corrupção de caráter das cidades, como afirmou Marién, ao pedir para Bayoán voltar com ela para Cuba ou Porto Rico, mais principalmente para seus campos (HOSTOS, 1988, p. 132). O retorno seria à natureza não corrompida das Antilhas. Natureza essa que mexeu profundamente com o estado de espírito daqueles peregrinos. À medida que se afastavam das Antilhas e da América, do calor, do sol, do céu azul e que adentravam o céu cinzento da Europa, surgia em Bayoán e Marién um sentimento de tristeza que, para ela, seria ainda motivo de apatia e piora de seu estado de saúde.

Esse foi o momento em que Hostos colocou em sua obra toda sua admiração pela natureza antilhana e americana. Como observado no capítulo anterior, a natureza era para o autor um fator de unidade das Antilhas e da América. Não apenas as Antilhas, mas a América Latina estava ligada por sua natureza. Bayoán e Marién sentiam falta dessa natureza, sentiam-se oprimidos com a proximidade da Europa, o que, metaforicamente, podemos entender como uma alusão à opressão que recaía sobre a América e as Antilhas, vinda da Europa.

Dessa forma, utilizou metaforicamente a natureza em dois sentidos: como elemento de acusação à Espanha e sua política colonial, e como elemento de fraternidade dos povos americanos.

O diagnóstico das Antilhas é de debilidade, forjadora da desgraça dos homens. As condições em que se encontravam, decorriam da própria atitude daqueles que poderiam tomar a frente na defesa delas e não a faziam. A pátria de Bayoán era débil, pelo não-interesse em um destino comum. Indignado diante do que via, com a forma com que Espanha tratava sua pátria e com a forma com que seus compatriotas reagiam, Bayoán lançou um grito:

*¿Hay alguien que haya dicho a la metrópoli:
- Aquí hay hombres, iguales a tus hombres, superiores a ellos, por su interés en la prosperidad de su país, que pueden ser, lo que son los que tú envías, que quieren influir en los destinos de su patria?* (HOSTOS, 1988, p. 96)

É interessante abordar dois pontos nesse fragmento da obra hostosiana. Primeiramente, a continuidade de sua análise da debilidade representada por seus compatriotas, que, em sua visão, nada faziam pela pátria. Há alguém que tenha se levantado contra a metrópole e lançado um grito contra o monopólio político-administrativo exercido pelos peninsulares, que defendeu a soberania e o direito de autogoverno dos porto-riquenhos, dos antilhanos? Quem melhor para essa ampla defesa senão aqueles que, sendo nacionais antilhanos, seriam os melhores representantes dos negócios da pátria? Essas poderiam ter sido as perguntas de Hostos, ao cobrar e, ao mesmo tempo, incitar a luta por mudanças.

Ao atribuir aquele grito a Bayoán, nosso autor colocou mais uma vez em sua obra, e esse é segundo ponto por nós referido, o meio político e social em que se encontrava. Sua ficção romântica partia então de suas experiências. A oposição entre *criollos* e peninsulares por nós apontada, para esse contexto das colônias hispano-americanas, aparece na escrita hostosiana quando Bayoán se pergunta por que os filhos de sua pátria e da Espanha não compartilhavam as tarefas, por que todos os que ocupavam cargos eram peninsulares e o filho de Cuba e de Porto Rico era um homem inútil (HOSTOS, 1988, p. 96).

O pensamento anticolonial de Hostos aparece na obra, chamando a atenção da Espanha e de sua pátria quanto à realidade que se apresentava. O protagonista de seu romance expressava seus próprios pensamentos que via tanto as Antilhas quanto a Espanha marcadas pela tirania. Espanha e Antilhas são simultaneamente alvos de suas críticas, mas também de sua luta. A esse estado patológico por ele apresentado, conseqüentemente, deveria se seguir o estado da convalescença. Esse era então o seu projeto, criar esse estado.

Antes de mais nada era necessário desenvolver a idéia de uma união antilhana como uma força necessária a essa cura. Nesse sentido, Hostos criou em sua obra os personagens que juntos representariam essa união. Como vimos no conhecimento prévio da obra, Bayoán não viajou sozinho, pois o autor promoveu o encontro do protagonista da obra com os demais personagens, fechando a trama e afirmando uma clara idéia de unidade antilhana. Toda a linguagem utilizada por ele teve como foco central argumentar de forma convincente quanto à necessidade da união desejada.

Em seu trajeto de viagem, Bayoán, reuniu-se com o amigo Guarionex e sua família, quando então surgiu a relação amorosa entre o mesmo e Marién. O encontro provocou nele uma transformação: *“Me miro interiormente, y me parece otro el espíritu que yace allí”* (HOSTOS, 1988, p. 40). Metaforicamente, essa transformação espiritual de Bayoán, diante da visita aos amigos pode ser entendida como o primeiro argumento encontrado por Hostos para demonstrar a necessidade de união das Antilhas. Bayoán sentia necessidade de estar ligado às Antilhas, representadas por essa família, uma vez que ela estava composta por três personagens, cada um com sua origem em uma das ilhas.

Na reunião dos personagens, percebe-se que, antes mesmo da chegada de Bayoán, a unidade antilhana já estava representada por meio de uma família. A existência dessa unidade antecipa no pensamento do autor o seu ideal antilhanista. Daí então o questionamos: qual o fundamento da presença de Bayoán nessa união que já existia? Por meio da concepção hostosiana de família, uma trindade dada entre homem, mulher e criança, mas que vai se dilatando com agregados afins (OC, v. XVII, p. 72-73), podemos compreender sua importância como elemento

fortalecedor dessa família. No entanto, vimos que, de uma forma geral, está na base do ideal antilhano uma unidade geográfica e histórica das Antilhas. Nesse sentido, Bayoán não seria o realizador dessa unidade, pois ela já existia e, de certa forma, ele já pertencia à mesma.

Contudo, essa unidade natural e histórica não encontrava correspondência na realidade presente. Bayoán representava um elemento de luta, de futuro, condição essa que, podemos dizer, fizera parte do ideário dos intelectuais hispano-americanos do período. Embora a família de Guarionex fosse a metáfora hostosiana das Antilhas, unidas naturalmente, gratuitamente, por uma relação de amor e amizade, a chegada de Bayoán demonstra o outro lado dessa metáfora. O conflito entre os personagens é o próprio conflito vindo das condições coloniais das Antilhas, de sociedades que não transcenderam a unidade natural e histórica para a junção de forças rumo à liberdade; de patriotas que ainda não o são, que ainda devem cumprir o dever de assim serem considerados. Bayoán era o presente e o futuro das Antilhas, um patriota chamado a esse dever, que toca fundo em sua consciência. Deixar de cumprir com seus deveres era se tornar parte de um mal existente na pátria, compor a debilidade diagnosticada.

Diferente de Bayoán, que via em sua partida um dever de lutar por sua pátria, único meio de tornar-se digno, a frágil Marién acreditava em outra realidade possível, ficando na América, se fazendo nas Antilhas. Diante do medo que seu amado apresentava em não se fazer digno de tudo e todos, ela lhe disse: "*No temas, Bayoán: no sucederá lo que tu temes: la gente te respetará ...*" (HOSTOS, 1988, p. 65). Na trama amorosa está Guarionex que luta pela felicidade da filha. Assim, tentou fazer Bayoán mudar de idéias, porém sem condená-lo, reiterando o amor e a amizade que lhe dedicava: "*...si Ud. Tiene el valor para ahogar sus ideas, si lo tiene para ser feliz sin realizarlas, quédese [...] Suceda lo que quiera, nos tiene Ud. Aquí...vuelva pronto*" (HOSTOS, 1988, p. 72). O antilhanismo nessa relação conflituosa dos personagens se expressa, metaforicamente, portanto, no respeito, no bem-querer que demonstram ter um pelo outro.

Como último recurso na defesa da união antilhana podemos olhar para o fim que Hostos deu a Marién. A trama hostosiana se encerra afirmando a dupla

condição de cura para as Antilhas: a união e o retorno às mesmas, metaforicamente representada na cura de Marién. A tristeza da moça longe de sua pátria e longe de Bayoán, que se afastou por uns tempos indo até Madri em busca de seu intento, põe-na cada vez mais abatida. O primeiro remédio para ela, segundo seu médico, era o matrimônio, o que dependia tão-somente de Bayoán; o outro remédio, diante do saudosismo da moça, seria o retorno à pátria. Realizando o primeiro, porém desaconselhados a realizar o segundo, ela acaba por falecer em solo espanhol.

Mais uma vez Hostos jogou com a linguagem metafórica. A frágil Marién, representante de Cuba, morreu na Espanha. Por que fragilidade e morte nesse contexto em que escrevia o autor? É possível supor que o estado e o fim reservados a Marién tenham sido o meio encontrado por ele para expressar o mal que a realidade colonial causava a Cuba e às Antilhas como um todo. A permanência do domínio significava a morte das Antilhas como nações. Dessa forma, está contida nessa idéia não apenas a necessidade de união antilhana, mas o compromisso dos seus cidadãos para com essas. O retorno à pátria seria expressão desse compromisso, mas também o abandono da Espanha, significando para as Antilhas a posse de si mesmas.

De outra forma, contextualmente, podemos interpretar a morte de Marién em correspondência com uma realidade cubana em que, guardadas as ressalvas dos limites do reformismo criollo, surgia na colônia a consciência do significado do regime colonial, contrário aos interesses dos colonos. Tal consciência pressupõe a superação da fragilidade dos colonizados. Nesse sentido, o que morria na Espanha por meio da personagem hostosiana é a representação de Cuba enquanto uma fragilidade colonial, o que pressupõe o primeiro passo para a luta por liberdade.

Hostos, por meio de seus personagens, levou a questão antilhana para o coração do sistema colonial, Espanha. Mostrou os males do colonialismo, mas também demonstrou que, por condições naturais, geográficas, históricas, étnicas e fraternas, as Antilhas estavam chamadas à unidade, faltando-lhes apenas uma força política, um representante incansável na realização dos seus deveres: Bayoán. era esse homem o qual Hostos queria que fosse o juiz da Espanha e o intérprete do desejo das Antilhas, expressando com clareza que: *“Las Antillas estarán con*

España, si hay derechos para ellas; contra España, si continua la época de dominación" (HOSTOS, 1988, p. 9).

Na concepção do nosso autor, havia esperança para a Espanha e para as Antilhas, mas tal esperança deveria vir de uma atitude de mudança na política realizada pela Espanha em suas colônias, como também da mudança de atitude dos colonos. A Metrópole abandonaria sua política de monopólio dos negócios coloniais e a elite *criolla*, dada a acomodações, levantaria a cabeça e pediria direitos políticos e civis. A soberania desejada não significava nesse momento imposição total à presença espanhola. Em suas palavras, Hostos deixou clara a questão: *"¡ Que España nos dirija, no lo siento; pero que por nuestra debilidad nos prive del derecho de ser hijos ..."* (HOSTOS, 1988, p. 97).

Nesses termos podemos perceber que mãe-pátria não era rechaçada, mas seus filhos não deveriam continuar como estavam, privados dos seus direitos. Essa expressão atesta o fato de que nosso autor se sentia ligado à Espanha e a via como representante máxima dentro dessa união. O governo espanhol poderia continuar, mas não como uma imposição e nem mesmo como uma submissão dos próprios antilhanos entregues às suas debilidades. Era preciso dar às Antilhas a condição de pátria soberana, algo que poderia ser realizado na concessão de direitos e de auto-representação dos antilhanos, feita pela Espanha.

Não recusando a presença espanhola, o pensamento de Hostos, expresso por meio de Bayoán, queria alcançar na Espanha o direito de autogoverno, além de alguém que tomasse partido da questão antilhana, defendendo-a. Alguém que mostrasse à Metrópole o quanto se beneficiaria com a ação benevolente a que estava chamada. Um representante que, sendo capaz de agir com equidade, depusesse a tirania e em seu lugar fizesse surgir a justiça, o progresso, conciliando desenvolvimento material, intelectual e moral, beneficiando as Antilhas e redimindo a Espanha diante da história. É possível supor que, não existindo na Espanha o homem que Hostos procurava, Bayoán seria esse homem.

No pensamento e fala de Bayoán está colocada uma idéia de remissão da Espanha, que ao mesmo tempo significa a possibilidade de fraternidade com a

América. Um dia a Espanha voltaria seu olhar para América e reconheceria nela seu futuro e se corrigiria; aqueles que chamou de seus filhos voltariam como irmãos e, reunidos, respeitando-se, obteriam seu bem-estar passado, e a Espanha, seu perdão (HOSTOS, 1988, p. 24). Era preciso livrar as Antilhas da tutela paternalista da Espanha e torná-las iguais, irmãs. Contudo, há em Bayoán um misto de esperança e dúvida.

Pero entre tanto que yo sueño con la fraternidad de los pueblos de América y España, pregunto por mi patria y no la encuentro, porque no es patria el lugar donde nacemos, si nos quitan el derecho de servirla; si entregan su felicidad a los que la desdeñan, si nos niegan la posesión de lo que es nuestro. (HOSTOS, 1988, p. 98)

Nessa união entre Espanha e América a pátria hostosiana não poderia continuar como algo absorvido, sem expressão própria tanto para Espanha quanto para a América. O fragmento de texto comporta a concepção do autor quanto à pátria. Não havia pátria porque essa não era apenas uma atribuição natural ou sentimento, e sim ação, exercício de patriotismo. Não havia pátria porque não havia posse desse local de nascimento, não havia direito de servir, de ser útil a ele. Então, por intermédio de Bayoán, Hostos buscava dar à sua pátria essa condição, tornando-a singular, parte importante dentro da união hispano-americana também idealizada por ele.

Em tudo isso está o sentido da peregrinação do personagem, uma intenção acima de qualquer prazer que uma simples viagem traria. Bayoán é mais que um viajante, ele é um peregrino da obra hostosiana. LOPEZ (1988, p. XIII), ao analisar essa obra, assinalou a diferença entre viajar e peregrinar, tratando a primeira como uma superficialidade, realizada por muitos, enquanto a outra guarda uma profunda empresa espiritual e que por isso torna-se obra de poucos. Bayoán é portador de um forte ideal e, por isso, viveu momentos de profunda introspecção e reflexão, pois o peregrino é levado por uma preocupação ética. A condição de peregrino e o desfecho dado a Marién implicaram os caminhos de Bayoán, que retornou só para a América, sua pátria, que sofria como ele. *“Si puedo encontrar allí lo que en vano he buscado en Europa; si en una de esas republicas hay un lugar para un hombre que ama al bien, [...] me fijaré en la que más reposo me prometa [...] Si en ninguna lo encuentro, seguiré peregrinando”* (HOSTOS, 1988, p.183).

O fragmento de texto mostra uma luta que apenas havia começado e que seguiria seu curso onde fosse necessário. A América, local de retorno e nova luta, era a pátria grande de Hostos e se tornara também a de Bayoán. Quem era Bayoán, senão o próprio autor? Tal como seu protagonista, Hostos saiu de sua pátria e foi para a Europa onde desejou lutar pelas Antilhas, portanto, movido pelos mesmos motivos que sua personagem. O autor também era um peregrino, por isso, deixava em aberto a possibilidade de continuar sua peregrinação e luta.

Conseqüentemente temos a resposta ao nosso último questionamento: por que essa união tão desejada, fortalecedora e libertadora das Antilhas, firme representante do ideal hostosiano, não perdurou em sua obra? Podemos partir da hipótese de que o antilhanismo hostosiano nesse momento, embora seja uma certeza em seu desejo de defesa e luta pela liberdade antilhana, não o é por sua própria dúvida quanto ao desfecho do seu intento europeu. Sem essa realização, não se encontraria em condição expressiva para alcançar seus objetivos. De fato, Hostos ainda não se sentia digno de se unir às Antilhas e era incerto o alcance do seu ideal. Sua luta estava apenas iniciando e, como Bayoán, não conseguindo realizar sua busca na Europa nem mesmo na América, não dignificando o homem que era, continuaria sua peregrinação.

Podemos concluir que na primeira obra de Hostos, expressão da origem de seu pensamento antilhanista, o ideal antilhano estava posto na representação de si mesmo mediante o senso de dever presente em Bayoán, simbolicamente por meio de seus personagens, politicamente graças à sua postura de federação com a Espanha. Esses contornos do seu pensamento antilhano em sua origem, estenderam-se para além das páginas de seu romance ganhando continuidade em toda sua conduta política na Espanha.

O EPÍLOGO ANTILHANISTA DE HOSTOS NA ESPANHA

A idéia de federação com a Espanha caracterizou a luta antilhanista de Hostos nesse primeiro momento. Como vimos, seu envolvimento na revolução

espanhola baseava-se em sua firme crença de que a revolução estava obrigada a cumprir com seus deveres nas Antilhas. Nosso autor acreditava que, uma vez ocorrida na Espanha, a revolução se tornaria uma realidade potencial para as ilhas, pois nesse período não pensava em oposição à Espanha, mas sim ao tipo de governo que realizava tanto interna como externamente. Foi assim que entrou nessa luta e direcionou todas suas ações e idéias escrevendo ao diretor do jornal *El Universal*,⁴⁸ em 1868, onde pediu espaço para sua luta e apresentando-se da seguinte forma:

Revolucionario en las Antillas como activa y desinteresadamente lo he sido, lo soy y lo seré en la Península;...revolucionario en las Antillas, forzosamente estacionarias y forzosamente propensas a moverse, quiero para ellas lo que he querido para España. Y así como lo primero que quería para España era dignidad, [...] así lo primero que quiero para Puerto Rico e Cuba es dignidad. (OC, v. I, p. 90)

Estava então colocada sua dupla intenção, apresentada em seu compromisso não apenas com as Antilhas, mas também com a Espanha. Com um pensamento democrático, liberal, acreditava na extensão para as Antilhas dos direitos alcançados na metrópole. Tal pensamento pressupunha a manutenção dos vínculos com a Espanha, mas com respeito à soberania das partes. Nesse sentido, não recusava aquela que chamou de *madre pátria*, porém apontava para as condições desfavoráveis que as Antilhas sofriam com o modelo de governo que nelas era aplicado. Havia uma situação de justiça que deveria ser cumprida para com as Antilhas, dando-lhes a dignidade de pátria soberana.

A presença desse colonialismo era causa e conseqüência das ações das Antilhas, forçadamente estacionadas, forçadamente propensas a se mover. Não havia nas Antilhas autonomia política-econômica que lhes possibilitasse um desenvolvimento próprio. Se o sistema colonial colocavam-nas na condição de subordinadas, retirando-lhes o direito de condução própria de seus recursos, era essa mesma imposição que despertaria o desejo de lutar para encontrar um novo

⁴⁸ Durante algum tempo Hostos deixou de escrever seu diário por estar na Espanha justamente durante o período de luta revolucionária. Por tal condição em seu diário foram reunidos, pelos compiladores da obra, alguns escritos hostosianos do período de 1868 e 1869, dentre eles, a carta referida, o discurso que fez no Liceu de Madri em favor da independência das Antilhas e o resultado final de sua luta na Espanha.

caminho. Nesse sentido, a metrópole estaria conduzindo suas últimas possessões a uma possível revolução.

Essa teria sido a causa do ato revolucionário de Lares ocorrido em Porto Rico no mesmo ano da revolução espanhola (1868). Ao escrever artigos sobre Porto Rico para o jornal *El Universal*, Hostos abordou os transtornos de sua ilha decorridos do Grito de Lares. Sobre esse contexto revolucionário porto-riquenho, querendo justificar tal ato, Hostos tomou a defesa dos porto-riquenhos.

Para que se haya armado un pueblo tan sumiso, tan paciente...Para que al heroísmo pasivo que heredaron de los indios suceda en los portorriqueños la movilidad heroica de los españoles, es absolutamente necesario que las causas permanentes de justo, de moderado descontento, hayan llegado ya a aquél término funesto para gobernantes y gobernados del cual no pueden pasar sin sucumbir unos y otros. (OC, v. I, p. 91)

Utilizando contrapontos para justificar e explicar as condições não apenas de Porto Rico, mas das Antilhas, recuperou, no fragmento de texto, as heranças que formavam o porto-riquenho, mas também que formavam o cubano e o dominicano, uma vez que todos partilhavam de uma história comum. Se o porto-riquenho havia se comportado de forma passiva (herança autóctone), a herança vinda do conquistador (mobilidade heróica) atribuiu papel decisivo em sua formação, implicando uma mudança de postura. Podemos observar uma certa ironia utilizada por Hostos, ressaltando a passividade, a ponto de ser superior às improbidades dos espanhóis, recuperando, assim, a herança autóctone e recusando a ibérica.

Há, nas palavras expressas por ele, um tom de acusação à Espanha. O heróico pacifismo herdado dos indígenas estava misturado com a herança espanhola. Essa se tornara a semente da discórdia, a herança que havia transformado o caráter dos antilhanos. Portanto, a direção que os acontecimentos tomaram em Porto Rico e em Cuba com o Grito de Yara, era duplamente culpa da Espanha, de sua herança, de seu militarismo repressivo, dos seus abusos administrativos, da injustiça e da violência. *“Este es el mal. Éstas son las causas, ésos son sus efectos. Todo mal lleva consigo el remedio”* (OC, v. I, p. 92). Nesse sentido, podemos entender que, no pensamento de Hostos, a Espanha portou o mal

e o remédio, a mobilidade heróica, que assimilada pelos porto-riquenhos resultou no Grito de Lares.

Em busca de liberdade e justiça, predicativo de sua luta, Hostos reunia argumentos para esta. Realizando o diagnóstico da realidade, que a ele se apresentava, procurou apontar elementos de acusação ao colonialismo espanhol. Em seu julgamento, Cuba e Porto Rico não poderiam estar contentes com sua mãe-pátria nem de si mesmas enquanto não se realizasse a abolição da escravidão e constituísse em cada uma um governo próprio (OC, v. I, p. 90). Ao se referir à escravidão, demonstrava sua postura abolicionista, mas de outra forma, estabelecia a comparação do colonialismo à escravidão, intensificando sua luta pela liberdade das Antilhas, naquele momento mais voltada a Porto Rico e Cuba, uma vez que a República Dominicana já havia recuperado a independência com relação à Espanha desde 1865.

Ser revolucionário nas Antilhas significava uma luta por direitos que não existiam, mas sem romper com a Espanha. Em carta a Salustiano de Olózaga, em 1868, Hostos lhe perguntou se, como ele, desejava a pronta independência de Cuba e Porto Rico, mas de tal modo que não fosse rompimento de relações, senão criação das que não existiam (OC, v. IV, p. 18). Querendo melhorar as relações da Espanha com suas possessões, a dignidade desejada por ele deveria vir de uma série de transformações para as Antilhas. Era preciso promover a igualdade social, a liberdade política, um governo próprio para cada ilha. Estabelecendo uma analogia com o próprio contexto despótico que a Espanha sofrera, Hostos diz: *“Las Antillas no viven, languidecen, como languidecía la tenebrosa España de Isabel de Borbón”* (OC, v. I, p. 90).

Utilizando um discurso que procurava justificar sua intenção de contribuir com seu país, apresentou-se convicto de que a responsabilidade do ocorrido em Porto Rico cairia sobre o governo espanhol e, ante a história, sobre o despotismo constitucional do país. Portanto, o governo provisório deveria realizar outra política com relação a Porto Rico. Dessa forma, fez pedidos de natureza econômica, política

e social como meio de tornar sua ilha autônoma⁴⁹. Não desconsiderando a importância de todos os pedidos, nossa atenção se fixou naquele que se referia à direção pública da ilha, ou seja, a instituição de um governador civil, filho do país e residente nele. Mais uma vez aparece na fala de Hostos a luta que existia entre a elite *criolla* e os peninsulares. Nosso autor fazia a defesa do porto-riquenho que, conquistando seu direito de liberdade, exerceria seu direito de autogoverno.

Com esse papel acreditava cumprir dois outros papéis: prestar um serviço à Espanha, pois havia nele o desejo íntimo de redimi-la diante da história, e falar em nome de sua ilha, pedindo ao governo provisório que realizasse a justiça por meio do poder revolucionário. A forma como se dirigiu ao governo provisório denuncia todo seu julgamento com relação ao governo espanhol anterior. Hostos chamou o governo provisório a meditar e a satisfazer as exigências de justiça para Porto Rico exercendo o poder revolucionário que tinha em mãos. Com tal proposição, queria ele romper com o que denominou de inseqüência tradicional, que em princípios do século, na América continental, e a meados dele, na insular governava, o despotismo (OC, v. I, p. 94).

Hostos opunha o velho ao novo, a revolução de setembro era a representante do novo, de um governo democrático liberal, um governo da liberdade. Nesse sentido, para o antilhano, o governo provisório deveria ser digno de continuar desenvolvendo na gloriosa revolução do “*espíritu latino*” o governo digno da Espanha Nova (OC, v. I, p. 94). Percebe-se a amplitude que nosso autor conferiu à revolução da qual também fez parte. Não foi apenas uma revolução política, foi

⁴⁹ Na íntegra, os pedidos de Hostos ao governo provisório espanhol foram os seguintes: “1º que valiendo-se del telégrafo trasatlántico, ordene la suspensión del cobro de contribuciones, en tanto que el crédito público arbitra los recursos necesarios; 2º que, empleando también el telégrafo, ordene la suspensión de los juicios militares, e impida así el derramamiento de sangre; 3º que convoque inmediatamente a Cortes Constituyentes los diputados los que designe en Puerto Rico el sufragio universal de hombres libres; 4º que declare su absoluta disposición a respetar y ejecutar el voto de la Isla, expresado por su representante; 5º que entregue la dirección pública de la Isla a un Gobernador Civil, hijo del país e residente en él, auxiliado por una Junta administrativa, provisional, elegida por los Ayuntamientos y los mayores contribuyentes de la Isla; 6º que disuelva el Consejo de Administración e suprima los Corregimientos; 7º que aplique inmediatamente a la Isla los decretos de 12 y 14 del corriente mes, relativo el primero a comunidades religiosas y el segundo a enseñanza; aquel en su integridad, suprimiendo en éste los artículos 12 y 15; 8º que acepte inmediatamente para Puerto Rico y la ejecute allí, la proposición en que la Junta Revolucionaria Superior aboga por la libertad de vientre; 9º que fije un plazo para la abolición de la esclavitud en Puerto Rico, 10º que se limite la autoridad militar a las funciones meramente militares que le competen; 11º que destituya al Capitán General, al Intendente y a todos los altos empleados de la Isla, causa de todos los peligros que amenazan la integridad nacional” (OC, v. I, p. 93-94).

uma revolução como queriam os adeptos dos ideais krausistas na Espanha: uma revolução cultural e espiritual. Na forma como se expressou, esse espírito latino não se limitava à Espanha, pois estava também nas Antilhas de colonização ibérica, portanto, igual revolução se faria extensiva a elas para, que assim pudesse de fato ser chamada.

As adversidades e decepções enfrentadas por Hostos no contexto pós-revolução não foram poucas. Entretanto, apesar delas, sua luta por conquistar para as Antilhas os mesmos benefícios que a revolução havia dado à Espanha continuou sendo prioridade. Destarte, em 20 de dezembro de 1868, no discurso proferido no Ateneo de Madri, deixou clara sua posição quanto ao que desejava para a Metrópole e as Antilhas: *“Porque soy americano, porque soy colono, porque soy puertorriqueño, por eso soy federalista...”* (OC, v. I, p. 98). Assim, podemos perceber que o porto-riquenho utilizava sua condição internacional para defender a federação como a melhor solução dos problemas enfrentados.

A federação, como vimos no capítulo 3 deste texto, era para Hostos parte do movimento internacional das idéias, porém no que se refere à Espanha essa havia se desviado dessa revolução de pensamento. Assim, o porto-riquenho em seu discurso no Ateneo de Madri, chamava a atenção dos que ali se encontravam, apontando a federação como a única forma de salvar a Espanha desse desvio e da perda de seus últimos membros nacionais, Cuba e Porto Rico (OC, v. I, p. 103). Desse modo, chamou a atenção da Metrópole, querendo dignificá-la diante da história, exortando-a a estender às Antilhas a liberdade que então havia conquistado em 1868. Em suas palavras, a Espanha deveria pedir perdão a Porto Rico e Cuba pelos séculos de tormento e convidá-las à união com os vínculos da liberdade. Viver como irmãos, independentes uns dos outros na vida própria, porém dependentes nas necessidades, dificuldades e angústias comuns (OC, v. I, p. 104).

Nesse período em que identificamos o antilhanismo autonomista de Hostos observamos a defesa que o mesmo fez das Antilhas de dentro da própria metrópole. Proceder assim estava de acordo com o sentido que ele deu a sua luta antilhana naquele primeiro momento, ou seja, o desejo de criar entre a Espanha e as Antilhas uma unidade baseada em uma relação de direitos para ambas. Dessa

forma, se mostrava influenciado pela vertente reformista de cunho autonomista que existiu entre a elite *criolla* caribenha do período.

Algumas interpretações dessa postura do autor o colocam de certa forma afastado de outros antilhanistas. MALDONADO-DENIS (1988, p. 551), ao analisar comparativamente José Martí e Hostos, ressaltou o rechaço do primeiro ao autonomismo enquanto afirmava a adesão do segundo, porém entendendo-a como uma ilusão da mocidade do autor, algo que LEUCHSENRING (1988, p. 539-540) explicou como sendo o resultado de um não sofrimento de Hostos, em sua mocidade, do que era o regime colonial. Tais interpretações encontram respaldo na própria fala de Hostos quando, em 1873, em nota de rodapé na segunda edição de *La Peregrinación de Bayoán*, disse ter se arrependido de ter sonhado em 1863. Era menino e sonhava, mas tomou consciência de que a Espanha era incapaz de realizar o sonho (HOSTOS, 1988, p. 24). Entretanto, mesmo que tenha sido uma fase de mera idealidade para o próprio autor, existiu de fato o que podemos chamar de um antilhanismo autonomista, haja vista o interesse que apresentou por ocasião do seu envolvimento na revolução liberal espanhola.

Na versão dos autores antes citados, Hostos não vira o colonialismo como um incômodo durante sua mocidade. Isso pode ser compreensível por meio do próprio fato de ter assinalado que não aprendeu a odiar os espanhóis. O fato de não existir esse sentimento de repulsa ao espanhol e também o fato de Hostos ter ido muito cedo para Espanha possivelmente interferiu na sua forma de ver a realidade colonial. No entanto, ao abordarmos sua trajetória de vida, demonstramos que o mesmo passou por um momento de significativa mudança. Quando em 1873 reeditou sua obra *La Peregrinación de Bayoán*, procurou demonstrar esse processo. “*Un viaje a mi patria me la presentó dominada, y maldije al dominador. Otro viaje posterior me la presentó tiranizada, y sentí el deseo imperativo de combatir al tirano de mi patria ...*” (HOSTOS, 1988, p. 5). Com tais palavras, podemos considerar que existe uma diferença em pensar Hostos como despojado de uma consciência anticolonial e despojado de uma consciência antiespanhola. Ao que nos parece, não existia nele a segunda consciência, mas a partir de sua postura antilhanista a primeira lhe foi constante.

Defender um antilhanismo autonomista nessa fase significava se colocar contra o regime autoritário que representava o sistema colonial nas Antilhas. Como vimos, Hostos realizou nessa fase do seu ideal antilhano todo um diagnóstico da realidade colonial, querendo ressaltar as mazelas do sistema tanto na metrópole quanto nas Antilhas. Nesse sentido, o outro, em seu discurso, era tudo aquilo que estava relacionado à prática do sistema colonial sustentado pela Espanha em suas últimas possessões na América. Falar contra o colonialismo exigiu-lhe recuperar tudo que o antecedia seja nas Antilhas, seja na Metrópole.

No que se refere à Espanha, trouxe, na fala de Bayoán, uma nação generosa, que teve um momento de glória, de esplendor. Essa era a Espanha da época de Colombo, que colocou a América em contato com o mundo. O descobrimento e a colonização não eram considerados por Hostos como algo negativo, mas sim o ponto de partida de distribuição da família humana (OC, v. IX, p. 204). Com tal posição, a Espanha ganhara forte representatividade no pensamento de Hostos. Era essa Espanha que não havia aprendido a odiar. Quanto às Antilhas, vimos que o mesmo buscou recuperar o passado anterior à colonização. Os nomes indígenas de seus personagens, a referência a um povo passivo, o campo não corrompido que guardava a nacionalidade porto-riquenha e significava o ambiente de cura para o qual se recorrer, foram argumentos que no seu discurso, diante dos outros, significavam o *nosotros*.

Claramente não havia a pretensão de trazer o passado de volta, mas negar o presente. Uma nova proposta deveria partir daquilo que não se queria manter, no caso o colonialismo espanhol. A esse deveria suceder um regime democrático, liberal, organizado sob a forma federalista. Foi assim que, em discurso no Ateneo de Madri, em 1868, afirmou ser o laço federal o único laço de liberdade que poderia manter unidas Espanha e Antilhas (OC, v. I, p. 104). Como opositor das ações políticas da Espanha, algo que afetava não apenas as Antilhas, mas a ela igualmente, Hostos concebeu uma luta revolucionária no campo das idéias políticas, de suas possíveis mudanças. Assim, no prólogo da segunda edição de seu romance, declarou o desejo de mudança política interior e colonial na Espanha (HOSTOS, 1988, p. 9). De fato, se referia à mudança no regime político interno da Espanha e externo para as Antilhas.

Hostos referia-se à dupla condição de tirania presente na Metrópole e nas Antilhas, pois uma era causa da outra, conseqüentemente a liberdade de uma seria a liberdade da outra. Nesse sentido, concebe sua luta antilhana como sendo também igual luta pela Espanha. A sua luta nesse momento era por direitos, os mesmos dados aos demais territórios espanhóis. Ele visava àquilo que PEDREIRA (1988, p. 25) chamou de independência autonômica, ou ainda, o que NAVARRO (1996, p. 33) denominou de independência dentro da dependência. Buscar a autonomia das Antilhas dentro da Espanha e por intermédio de sua própria revolução significava para ele completar a independência do espírito latino.

Esse espírito latino referido por nosso autor tornava-se um elemento de unidade e identidade entre a metrópole e as suas possessões americanas. Não era a revolução da Espanha que estava sendo feita, mas a revolução do espírito latino que ela representava. Entretanto, todo esse esforço de Hostos em se apresentar como um defensor das Antilhas e da Espanha, não seguiu os caminhos por ele desejado. A começar pela proibição que recaiu sobre *La Peregrinación de Bayoán*, o que o fez se referir à obra como um grito sufocado de independência e, mais tarde, com as acusações que recebeu do governo liberal espanhol, o intelectual porto-riquenho necessitou buscar uma outra via para realização do seu antilhanismo dando início à segunda fase do seu ideal, marcada claramente pelo independentismo e pelo antianexionismo.

CAPÍTULO 5 FASE INDEPENDENTISTA E ANTIANEXIONISTA DO ANTILHANISMO HOSTOSIANO

Acompanhando a trajetória de vida de Hostos vimos que, ao romper com a Espanha, retornou à América para continuar sua luta em defesa das Antilhas. Igual a seu personagem Bayoán, se tornou um peregrino da causa antilhana. Como considerado anteriormente, esse foi para ele mais um momento de crise no qual abandonou seu antilhanismo autonomista, propugnador da federação entre Espanha e América, com vistas a provocar a união do “espírito latino”. Em solo americano, deu continuidade ao seu ideal antilhano, mantendo o elemento anticolonial, porém incorporando o elemento antiespanhol. Nesse sentido, o outro, no discurso hostosiano, não será apenas o sistema colonial, suas mazelas, mas a própria Espanha.

O caráter anticolonial e antiespanhol, contudo, não foram os únicos elementos do antilhanismo hostosiano dessa fase. Antes mesmo de deixar a Europa, Hostos já trazia entre suas preocupações a ameaça imperialista vinda dos Estados Unidos. Dessa forma, o anticolonialismo, o antiespanholismo e o antiimperialismo fizeram parte do *nosotros* no discurso hostosiano, o que se resumia na luta pela independência e liberdade das Antilhas. Essas orientações deram os contornos dessa nova fase vivida por nosso autor, conduzindo-o a uma intensa jornada de envolvimento nas revoluções independentistas de Cuba e na organização da revolução porto-riquenha, se fazendo, como Bayoán, um intérprete das Antilhas.

Esse novo momento do antilhanismo hostosiano por nós considerado como independentista e antianexionista constitui o objeto do presente capítulo. A partir da consideração de uma nova fase, devemos investigar como Hostos pensou o contexto que se apresentava a ele. O que idealizou para as Antilhas? Quais os argumentos que utilizou para expressar seu ideal antilhano? Como pensou as Antilhas e a América? Como relacionou seu ideal de unidade antilhana com a América?

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

Como vimos, Hostos seguiu para América com o claro objetivo de realizar a revolução independentista, tomando parte da revolução não como revolucionário de armas nas mãos, mas sendo um dos seus mais contumazes defensores. Vendo nas Antilhas uma condição de violação de forças morais como justiça, liberdade e dignidade, não foi difícil, para ele, colocar para estas a necessidade da revolução, um estímulo para o desenvolvimento de uma sociedade, de uma vida nacional (OC, v. I, p. 120). Desenvolver a vida nacional significava dotar essa sociedade das referidas forças morais citadas. Com tais concepções, e a partir da visão que tinha das Antilhas marcadas pela herança negativa, fruto do regime despótico espanhol, fez da revolução o único meio de salvar tudo, pátria e indivíduos, presente e futuro (OC, v. I, p. 184).

Com olhar voltado aos benefícios que a revolução poderia trazer às Antilhas, tomou parte da junta revolucionária cubana tornando-se um dos mais compromissados defensores de uma revolução antilhana. “*yo estoy en Nueva York para hacer la revolución de Puerto Rico y contribuir al desarrollo de la de Cuba...*” (OC, v. I, p. 220). Colocar-se do lado da revolução cubana partia da crença de que, de suas relações com o círculo revolucionário cubano, poderia sair uma revolução para Porto Rico. De fato, nesse contexto, não se pensava as Antilhas espanholas, Cuba e Porto Rico, dissociadas uma da outra. O ideal que movia a intelectualidade caribenho-antilhana do período era emancipar da possessão espanhola as referidas ilhas.

Em *Temas Cubanos*, volume IX das *Obras Completas* de Hostos, encontramos artigos sobre Cuba e Porto Rico nos quais, antes de tratá-los de forma individual, o intelectual porto-riquenho as abordou conjuntamente. Com um discurso que desejava apontar os fatores de unidade antilhana, exaltou a posição que as ilhas ocupavam nas Grandes Antilhas, mas também se referiu à condição histórica em que se encontravam. “*Reinas de todas ellas, [Grandes Antilhas], Cuba e Porto Rico. Paraíso de la naturaleza, no debió consentir la ingrata madre que España la conviertera en un infierno*” (OC, v. IX, p. 176).

Os elementos geográfico e histórico novamente surgem como argumentos justificadores do discurso antilhanista de Hostos. Aquelas que considerava as melhores ilhas dentre a geografia caribenho-antilhana, estavam tomadas pela condição histórica de domínio espanhol. O inferno era a condição de escravidão que sobrevivia em Cuba e Porto Rico há tanto tempo. Nesse sentido, a revolução deveria servir para expulsar o tirano. “De *allí* [Porto Rico] *como de Cuba, han de salir*” (OC, v. IX, p. 176). Para cumprir com esse fim haviam nascido as gerações atuais das ilhas (OC, v. IX, p. 177). Uma relação de meio e fim estava presente na forma como Hostos pensava a revolução. Essa seria o meio necessário para se chegar ao fim desejado, a independência.

Pensar em homens que haviam nascido para cumprir com um fim específico, demonstra o lado moral e ético que Hostos atribuía à obra revolucionária. Como parte dessa geração para a qual havia uma missão a cumprir nas Antilhas, viveu essa fase do seu ideal antilhano com um claro objetivo anticolonial e antiespanhol. O antilhanismo hostosiano era, sobretudo, nesse momento, independentista. Somente essa condição daria para Porto Rico e Cuba a liberdade necessária ao desenvolvimento de suas riquezas e do equilíbrio social.

Trabalhar pela revolução impôs a ele construir uma narrativa que buscava no passado o amadurecimento da idéia revolucionária nas Antilhas. Assim, retomou a história das ilhas desde o período do descobrimento. Porém, a forma como abordou as ilhas nesse processo encontrava respaldo no contexto do momento. O intelectual porto-riquenho estava diante do exemplo revolucionário de Cuba e da inércia revolucionária de Porto Rico. Ver Cuba como mártir da revolução nas Antilhas tinha uma justificativa histórica. Hostos apontou para a existência de uma essência cubana desde a colonização (OC, v. IX, p. 177). Essa essência era uma obra da fatalidade da vida humana, o bem.

Hostos estava se referindo ao resultado da miscigenação em solo cubano. De todas as mesclas ocorridas entre espanhóis e índias, negras, mulatas, estrangeiras e mesmo espanholas, haviam nascido apenas cubanos (OC, v. IX, p. 178). O porto-riquenho se referia a uma população cubana que nascera como fruto controverso em meio ao domínio da Espanha. Essa havia gerado seus inimigos em

seu próprio seio, por seus sistema de opressão. É possível entender o bem concebido por ele não apenas nessa gestação de um povo cubano, mas na luta que este deveria travar pela justiça. Dessa forma, explica-se o fato de Hostos recuperar em sua obra exemplos revolucionários cubanos desde a primeira metade do século XIX.⁵⁰

Por meio de seu ensaio *Plácido*, de 1872, demonstrou que a revolução era resultado de um processo de conscientização do colonizado. Se em Cuba nascera um povo essencialmente cubano, em Plácido, essa essência teria vindo acobertada por um estado social que passava por uma transição. Essa transição vinha da mudança de atitude da Espanha com relação às Antilhas por ocasião da independência das colônias continentais. Para não perder suas últimas posses, a Metrópole passara de uma conduta de indiferença a uma atenção especial a Cuba e Porto Rico. Apontar para tal conjuntura significou justificar as atitudes de Plácido, quando este passou a exaltar o dominador em suas poesias.

Plácido era fruto do seu meio social, própria debilidade de um ambiente opressor. “*La sociedad se moría de miedo de pensar, y él, como ella, ocultaba, para vivir, su pensamiento...*” (HOSTOS, 1980, 280). Nesse sentido, havia uma revolta em estado latente naquele que, de acordo com Hostos, era um elemento de transição. Tratava-se de um fruto da mestiçagem que levava em sua constituição física o que considerou a fisionomia social das Antilhas.⁵¹ Entretanto, a transição física deveria vir acompanhada da moral e essa foi mais lenta, supostamente porque o estado de decrepitude moral que Plácido apresentava era algo transmitido (HOSTOS, 1980, p. 282). Tal condição o fazia viver desligado da realidade.

⁵⁰ Hostos apontou alguns movimentos ocorridos em Cuba na primeira metade do século e início. Em 1835, uma revolta; em 1848, uma conjuração geral; em 1851, duas expedições de libertadores; em 1854, uma conspiração; os personificadores imortais desses martírios foram: Agüero, Plácido, Estrampes, Narciso López, Pintó (OC, v. IX, p. 181).

⁵¹ Os traços de Plácido constituía uma mistura de origem negra e branca. Segundo Hostos, “*El cabello rebelde, el pómulo saliente, el brillo característico del ojo, denuncian en aquella dulce fisonomía al africano, en tanto que el ángulo facial, la regularidad de la nariz, la delgadez de los labios, la extensión de la frente, delatan al blanco*” (HOSTOS, 1980, p. 272).

Plácido, mestiço e poeta, transigia com toda a sociedade, mas Hostos viu nele uma evolução moral dada no abandono da poesia para a fábula.⁵² Em suas fábulas, Plácido meditou sobre o mundo escravista que o oprimia. Os problemas da pátria que chegaram à sua consciência permitiram a ele, segundo Hostos, sondar o abismo de ignomínia em que vivia e sair do mesmo (HOSTOS, 1980, p. 294). Tal personagem se tornava o homem de dever, tantas vezes referido por Hostos. A idéia de dever o fez não fugir mais as questões do seu meio e dos homens que nele encontravam-se escravizados.

Essa evolução que Hostos apresentou na análise desse personagem histórico de Cuba foi o que possivelmente o levou a envolver-se nos primeiros momentos de contestação desse mundo colonial escravista. Ele havia se tornado “...*la patria agarrotada; personificaba la raza esclavizada; era el lamento de la Isla; era el clamor de los hambrientos y sedientos de justicia...*” (HOSTOS, 1980, p. 328). Ele apontava para um mártir de Cuba ao qual teriam sucedido muitos outros, todos representantes do futuro. Esses homens fizeram surgir e ressurgir as idéias do martírio, sufocadas no passado, mas ressuscitadas. (HOSTOS, 1980, p. 330). Dessa forma, Hostos via em Cuba uma virtude revolucionária que não se perdera no tempo. Sua defesa da revolução necessitava recuperar para a luta presente os exemplos, segundo expressão própria, desse “*martirologio sacrosanto*” (OC, v. IX, p. 181).

Com tal amadurecimento revolucionário, Cuba chegara à revolução de 1868 com o Grito de Yara. Para Hostos, essa era uma das revoluções mais justas contra a injustiça, expressão de um povo que prefere a morte antes que a submissão ao despotismo (OC, v. IV, p. 32). Esse exemplo cubano ele queria levar para sua pátria. Ao contrário de Cuba, a forma como tratou Porto Rico não foi como um ambiente que guardou um certo espírito revolucionário. As resistências oferecidas na conquista foram sufocadas. “...*Hubo lucha [...] hubo atrocidades españolas. Aquellos malditos eran inmortales. El indígena sencillo lo creyó, y se resignó...*” (OC, v. IX, p. 187).

⁵² A fábula para Hostos significava uma evolução, pois nela Plácido demonstrava outra consciência ao estabelecer semelhança com sua própria vida.

Hostos olhava para Porto Rico e via a debilidade, a fragilidade em que se encontrava. Por outro lado, devemos levar em consideração que o primeiro ato revolucionário de Porto Rico havia sido sufocado, enquanto que o de Cuba permanecia. A pátria nativa sufocada em sua revolução caracterizava-se por um paraíso reconquistado. Contudo, se esforçou para demonstrar que em Porto Rico havia, historicamente, uma força de expansão apesar do sistema colonial. Essa força tornava possível uma sociedade de elementos coerentes e de futuro seguro (OC, v. IX, p. 197). A revolução daria a sua pátria esse futuro. Estando tão próxima do exemplo de Cuba, Porto Rico necessitava ter organizada a sua revolução e a isso Hostos se sentia chamado. Sua prática era antilhanista, mas seu país estava em primeiro plano, mesmo porque a revolução cubana era já uma realidade, enquanto a porto-riquenha ainda era um ideal a ser cumprido. Organizar a revolução porto-riquenha significava para ele, a própria condição de realização do ideal antilhano.

Para Hostos, não se tratava apenas da questão da pátria independente, isso Cuba lhe daria. Era também questão de toda vida reflexiva de seu espírito, o que lhe fazia sentir necessidade de que Porto Rico completasse a obra de Cuba e realizasse o ideal das Antilhas independentes, fundadas na liberdade e igualdade (OC, v. I, p. 251). Se o futuro das Antilhas era a união, Porto Rico tinha um papel fundamental a cumprir, assim como Hostos que, exercendo não apenas o dever de patriotismo, mas também de cosmopolitismo, sendo um patriota em todas as pátrias, deveria se lançar na revolução cubana como meio de levar o exemplo, a força dela à sua pátria nativa.

A partir da sua concepção de federação, uma união com respeito à soberania das partes, desejou, nesse contexto revolucionário, ver Porto Rico tornar-se representativa. “*Antes de tomar parte en la vida general, los pueblos deben presentar sus títulos a la consideración de sus hermanos*” (OC, v. IX, p. 198). Livrar sua pátria da inferioridade e colocá-la em posição de dignidade e de direito dentro de uma Confederação das Antilhas foram os seus ideais. Porto Rico não deveria, portanto, esperar que forças externas a tornasse independente, era preciso começar a revolução, pois ela, uma vez iniciada e mantida, seria um meio de atrair os reticentes.

A revolução em Porto Rico não se fazia por falta de preparativos, por querer o todo sem fazer nada e pelo erro de querer fazê-la desde fora. Nisso Hostos devolveu a Betances a crítica que este havia feito a ele quando leu sua obra *La Peregrinación de Bayoán*. “*Cuando se quiere una tortilla, hay que romper los huevos: tortillas sin huevos rotos o revolución sin revuelta, no se ven*” (HOSTOS, 1980, p. 54). Naquele momento Hostos não concordou com Betances, pois estava na idade “...*en que esos imposibles se ven posibles...*”, mas ao escrever “*Recuerdos de Betances*”, ensaio com data indeterminada, admitiu ter sido um erro buscar a independência de Porto Rico e a Confederação das Antilhas pelo caminho da revolução cubana (HOSTOS, 1980, p. 55).

Hostos sentia-se disposto a fazer a revolução dentro de Porto Rico e não esperar apenas que Cuba levasse a condição de independência e liberdade a ela sem que houvesse empenho dos porto-riquenhos. Era importante que os porto-riquenhos fizessem parte da revolução, que fossem reconhecidos como dignos de tornar seu país livre. Assim, lançou-se na organização da revolução porto-riquenha desejando criar uma associação de porto-riquenhos e constituir seu comitê revolucionário. A forma como pensava e agia reiterava e reforçava seu antilhanismo integrador. Porto Rico revolucionada cumpriria um duplo objetivo: seria fator de desenvolvimento das Antilhas e se beneficiaria com a unidade.

Sua defesa revolucionária continuou com uma carta que escreveu a Don Antonio Ruiz em junho de 1874 tecendo elogios aos irmãos daquele, os quais morreram em luta pela mesma causa, liberdade.⁵³ Com o interesse de chamá-lo à ação, falou da conduta dos porto-riquenhos, de sua inércia e de como permaneciam sendo espanhóis; ressaltou a vergonha que sentia diante desse estado, mas a vergonha não era só sua, era também de outros porto-riquenhos. Com a crença de que existiam forças revolucionárias latentes em sua pátria, o que permitia fazer tudo o necessário, caberia a Antonio Ruiz organizar essas forças, dando então o primeiro impulso (OC, v. II, p. 127).

⁵³ Hostos está se referindo aos irmãos Segundo Ruiz e Mariano Ruiz, exemplos da luta libertária em Porto Rico. A importância que Eugenio María de Hostos deu a Segundo Ruiz Belvis aparece de forma explícita no artigo intitulado *En la tumba de Segundo Ruiz Belvis*, de 1873. Nesse artigo Hostos se refere a Ruiz Belvis como o primeiro a pedir em Porto Rico a liberdade dos negros (HOSTOS, 1980, 52).

Um antilhanismo inteiramente independentista movia Hostos em sua defesa da revolução de Cuba e Porto Rico. Entretanto, ele esbarrou nas próprias contradições existentes no seio revolucionário. Ao se reunir com os revolucionários cubanos e porto-riquenhos, logo que chegou de Nova York, não demorou a perceber que a possibilidade anexionista era algo que minava o ideal de independência absoluta por ele almejado. O anexionismo não tão-somente fruto da postura imperialista dos Estados Unidos, mas algo presente no meio da revolução, marcando um contexto de oposição entre independentistas e anexionistas.

Hostos viu esse ambiente revolucionário cheio de vícios. Acusou a revolução de não ter idéias, criticou as ações da Junta Revolucionaria Cubana (OC, v. I, p. 184). Sua pretensão era de uma revolução que fosse além da mera independência e isso se tornou ainda mais real diante do diagnóstico de uma sociedade revolucionária débil, entregue ao desejo pessoal, ao caminho mais fácil: a anexação. Deparava-se com aqueles revolucionários que, de acordo com os apontamentos de RIPOLL-GONZÁLEZ e GARCIA MORA (1997, p. 55-56), viam na revolução e conseqüente independência um meio de chegar à anexação aos Estados Unidos. Decepcionado com os revolucionários de ambas as ilhas, acusou-os de falta de consciência dos fins grandiosos da revolução nas Antilhas (OC, v. I, p. 180).

Os vícios referidos faziam parte do diagnóstico que realizava daquele ambiente. Os rumos que a revolução havia tomado foram justificados por ele como sendo frutos da herança colonial, ou melhor, da educação colonial, impossível de ser ocultada. Os revolucionários foram vistos por ele como meros colonos descontentes, uma vez que a revolução armada estava atrasada, ainda em embrião, marcada pela passividade, pela falta de idéias e de educação moral, fatores que transformaram os revolucionários em diplomatas (OC, v. I, p. 201-202). Essa inércia revolucionária facilitaria a anexação de Cuba e Porto Rico ou então, esta ficaria nas mãos da Espanha. Uma ou outra condição era contrária ao fim que esperava para o continente.

A luta de Hostos, portanto, nesse momento, não era tão-somente contra a Espanha ou Estados Unidos, mas contra as próprias condições morais dos seus. Assim, movido por seus ideais, fez da independência seu fim último:

Las Antillas tienen condiciones para la vida independiente, y quiero absolutamente sustraerlas a la atracción americana. Los otros creen que sólo se trata de libertarlas y libertarse de la opresión de España [...] Yo creo que la anexión sería la absorción [...] que no sólo consiste en el sucesivo abandono de las islas por la raza nativa, sino en el inmediato triunfo económico de la raza anexionista, y por lo tanto, en el empobrecimiento de la raza anexionada. (OC, v. I, p. 221)

O antilhanismo hostosiano, nesse momento não abria espaço a uma nova forma de dependência para as Antilhas. Hostos tornava-se crítico de uma revolução movida apenas pelo ódio à Espanha. Segundo análise de PEDREIRA (1988, p. 31), isso pareceu a Hostos apenas uma variação de amo. Do ponto de vista hostosiano, era preciso lutar pela independência e pela manutenção da liberdade antilhana, impedindo a absorção das Antilhas pelos Estados Unidos em comum acordo com o partido conservador.

A partir da análise da carta do revolucionário cubano Céspedes, iniciador da Guerra dos Dez Anos, e dos membros da Junta Consultiva do Governo Provisório, datada dez dias depois do levantamento de outubro de 1868 em Cuba, Hostos encontrou reforço para enfrentar o dilema entre independência e anexação. Na carta estava exposta a origem da revolução. Comentando-a, apontou para o objetivo da revolução nela apresentada, qual seja, o de agrupar-se sob a bandeira da liberdade e constituir um governo livre. No que se refere à interferência estrangeira na revolução, o texto da carta esclarecia que das nações civilizadas e livres os revolucionários queriam somente a interposição de suas influências a fim de serem reconhecidos como beligerantes e respeitados nos seus direitos de gente. Assim exposto, Hostos completou que não havia nisso desejo de anexação, como sustentavam os anexionistas (OC, v. I, p. 355). Todo seu esforço efetuado caminhou no sentido de realizar seu ideal de independência, liberdade e confederação das Antilhas.

Mesmo acreditando, como uma verdade matemática, que a independência viria por meio da revolução cubana, Hostos não fechou os olhos aos problemas que nela se apresentavam, como um defensor acrítico. Em seu artigo “10 de Octubre”, de 1874, chamou a atenção para o caminho que havia tomado a revolução e teceu severas críticas sobretudo aos emigrados revolucionários, acusando-os de não-revolucionários: “*No son revolucionarios aquellos que no saben llevar a cabo sus propósitos*” (OC, v. IX, p. 233). Referia-se à imigração cubana como corrupta, infecunda no seu dever. Porém, sua crítica se estendia, de fato, a todos aqueles que, como ele, se encontrando fora do campo de batalha, não se mobilizavam para concluir a revolução. “*No somos revolucionarios los que de la misma grandeza de nuestras aspiraciones no sabemos sacar otro fruto que la estúpida virtud de la paciencia*” (OC, v. IX, p. 233).

Diante da realidade observada por ele, o dia da revolução perdera o caráter de um dia de festa para se tornar um dia de luto e tristeza. Se havia ainda um direito de comemoração esse estava reservado aos que se encontravam diretamente envolvidos na batalha. Segundo Hostos, “*Ellos tienen el derecho de ligar a esta fecha el recuerdo de la patria que han creado [...] el derecho de santificar en la una y en la otra su heroísmo*” (OC, v. IX, p. 234). O porto-riquenho viu na revolução cubana duas realidades: uma que se apresentava por parte dos imigrantes e outra que vinha do campo de batalha, a revolução armada. Essa ia bem enquanto aquela se encontrava inepta. Ele estabelecia uma oposição entre o lado bélico da revolução dado no campo de batalha e o lado intelectual. De fato ele próprio viveu o conflito entre ser homem de idéias e homem de força, de luta armada. Queria ser cabeça e braço de uma idéia, sendo um exemplo para a revolução das Antilhas (OC, v. II, p. 77). Assim, houve em Hostos o desejo de impulsionar a revolução, juntar todas as forças e despertar o patriotismo ativo.

Foi no “Programa dos Independentes”, escrito no ano de 1876, que Hostos deu maior consistência a seu pensamento antilhanista revolucionário. Com base na idéia de um princípio como um ponto de partida racional, ele abordou a revolução cubana. O Grito de Yara teria sido o princípio que levaria à revolução independentista que, por sua vez, traria a liberdade. Uma seqüência lógica compõe o pensamento de Hostos, da raiz do grito se chegaria ao fruto final, a liberdade de

Cuba (OC, v. II, p. 226). Dessa forma, podemos dizer que era preciso conduzir as ações no sentido de se chegar a esse fim inexorável para as duas ilhas uma vez que ambas lançaram seu grito revolucionário.

Nos estatutos do referido Programa, redigidos por Hostos, em seu segundo artigo ele apresentou o objeto e fins do seu programa quais sejam: trabalhar material, intelectual e moralmente em favor da independência absoluta de Cuba e Porto Rico até conseguir a separação definitiva da Espanha e a indiscutível existência como nações soberanas (OC, v. II, p. 227). Lutar pela independência absoluta e a existência indiscutível como nações soberanas, nesses termos recusava a possibilidade neocolonialista para as Antilhas. Mesmo sem fazer menção direta aos Estados Unidos, a exigência da vida soberana após a independência colocava-se como um discurso oposto à tendência anexionista. Nos mesmos estatutos, em seu artigo terceiro, dizia que a conquista da independência seria um simples passo para as ulteriores liberdades política, religiosa, econômica e cultural (OC, v. II, p. 227-228). Então podemos dizer que o antilhanismo hostosiano tinha propósitos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo-se em um projeto de futuro integral para organizar as novas sociedades antilhanas que surgiriam depois do processo independentista.

Os ideais revolucionários de Hostos o levaram, mesmo diante da decepção com a notícia do Pacto de Zanjón, em 1878, a manter sua postura reiterando seu independentismo. “*No creo que hay hoy un solo hombre honrado que [...] no esté dispuesto más que nunca a favor de Cuba y de la independencia y la dignidad de nuestras islas!*” (OC, v. II, p. 324). De fato, para os independentistas, o referido pacto não passava de um tempo de trégua. Na interpretação de RIPOLL-GONZÁLEZ e GARCIA MORA (1997, p. 59), nos dez anos de luta o independentismo se assentou firmemente já que a guerra havia dado uma tradição heróica comum. Toda essa tradição e firmeza independentista, como vimos, ressurgiu em 1879, com a Guerra Chiquita e, em 1895, com o Grito de Baire.

Apesar da trégua revolucionária, observando as cartas de Hostos, verificamos a presença de sua continua luta pelas Antilhas.⁵⁴ Algo novo marca esse período, pois foi quando se referiu inúmeras vezes, em suas cartas, ao estado político da República Dominicana, colocando-a, portanto, mais presente em seu ideal antilhano. Em carta, escrita e enviada em 1893, ao intelectual dominicano Federico Henríquez y Carvajal, Hostos lhe disse: “...*me conduce el desfallecimiento moral de nuestra Quisqueya*” (OC, v. IV, p. 131). Ele estava se lamentando do estado em que o país se encontrava sendo, nesse período, dirigida pela ditadura de Heureaux. Entretanto, mais importante dentro de seu pensamento foi o uso do pronome *nuestra* o qual reiterava seu ideal antilhanista integrador.

Em outra ocasião, em 1895, quando escreveu a outro dominicano, seu amigo pessoal, Dom Casimiro N. de Moya, Hostos reforçou seu ideal ao se referir à necessidade de comunicação daqueles que podiam auxiliar a obra de fazer independentes as duas irmãs e livre a terceira (OC, v. IV, p. 138). Estava claramente se referindo às Antilhas, demonstrando uma realidade ainda marcada pelo domínio estrangeiro, e também que não havia abandonado sua luta. Dessa forma, questiona o amigo, perguntando-lhe se não lhe parecia conveniente a constituição de um centro de ação que assumisse a responsabilidade da empresa, declarando a necessidade da independência de Cuba e Porto Rico e liberdade de Santo Domingo e de aspiração comum a elas à reunião de suas forças e meios de existência em uma confederação política (OC, v. IV, p. 138).

Hostos falava muito à vontade em nome das três ilhas que considerava suas pátrias. Não perdendo contato com os revolucionários e partidários de suas opiniões, em Santiago do Chile, em 1895, relacionava-se com os representantes do Partido Revolucionário Cubano e presidia o Comitê de Auxílio à Revolução Cubana empreendendo, por meio deste, sua propaganda pela independência das Antilhas, além de buscar recursos para ela. Escrevendo a Gregório Luperón, em 1895, incitou-o a tomar a direção do movimento das Antilhas, reiniciado em Cuba por José Martí, no mesmo ano, a partir do Grito de Baire. Para ele havia chegado a hora de

⁵⁴ Suas correspondências desde o ano de 1891 partiam especificamente de Santiago do Chile, local em que Hostos viveu até seu retorno a Nova York no ano de 1898, ocasião da guerra hispano-americana.

um movimento geral e era necessário ou auxiliá-lo, ou produzi-lo, a fim de libertar Santo Domingo, independentizar Cuba e Porto Rico, combater a influência anexionista e propagar a idéia da Confederação das Antilhas (OC, v. IV, p. 160-161).

ANTILHANISMO E PROPAGANDA

Tomar partido de uma revolução de caráter independentista fez de Hostos um propagandista da causa antilhana no continente. É nessa fase do antilhanismo hostosiano que percebemos seu esforço em conferir às Antilhas um *status* internacional. Levar a cabo essa tarefa exigia argumentos discursivos que ressaltassem a importância das Antilhas não apenas na região caribenha, mas na América como um todo e mesmo no mundo. Desde antes de vir para a América, em 1868, quando buscava recursos para seu retorno, o intelectual porto-riquenho já levantava argumentos que o acompanhariam em toda sua trajetória.

Las Antillas, cuya posición central [...] hace de ellas una fuerza imponderable favoreciendo un vasto desarrollo de la civilización, mediante la cual servirán a estos tres fines: balancear las fuerzas de la América, servir de conductor civilizador y preparar el ensayo de fusión latente que se verifica siempre en los grandes centros comerciales, la unidad de la especie. (OC, v. I, p. 147)

O fragmento de texto acima demonstra a permanência no discurso hostosiano da geografia e da posição geoestratégica favorável das Antilhas. Quanto aos fins referidos, primeiramente, o “equilibrador das forças da América”, estava falando de um contexto americano em que o sul e o norte foram vistos como forças opostas, de onde então podemos supor que o porto-riquenho retira as Antilhas desse jogo de oposições e lhes atribui um caráter singular. Claramente, a defesa dessa idéia das Antilhas como equilíbrio de forças da América demonstra o esforço do porto-riquenho em ser persuasivo em seu discurso, uma vez que sua intenção era chamar a atenção do continente para a causa antilhana.

No que se refere aos outros fins, “condutor de civilização” e de “fusão da espécie”, Hostos viu na condição insular um fator favorável de comércio, porém de uma forma que ia muito além de uma leitura meramente econômica. Nesse centro

de comércio estava a visão das relações culturais, difusão da civilização e unidade que nele se dariam. As Antilhas seriam o ponto de convergência dos povos não apenas da América, mas do mundo. Nelas se daria a unidade da espécie humana. Por todos esses fatores, as Antilhas estavam chamadas à confederação.

Com tal discurso Hostos defendia aquele ideal que já havia tentado em solo espanhol: a federação. Porém, não se tratava mais de uma federação com a Espanha e sim interamericana. O intelectual porto-riquenho reforçou seu desejo de ver as Antilhas unidas defendendo-as enquanto países que ofereciam esperança para realizar seu ideal de Estado Internacional. Com um princípio federativo que, longe de significar absorção, significava sim o respeito às partes, ele desejava demonstrar a importância das Antilhas para o continente, como parte importante do mesmo.

Realmente, ele acreditava na representatividade das Antilhas dentro do continente. Ao escrever para José Manuel Estrada, em 1873, disse que a redenção das Antilhas e futuro da América eram fatos idênticos (OC, v. IV, p. 44). Salvar as Antilhas no presente, o que significava torná-las independentes, implicava o próprio futuro da América, pois, no seu pensamento integrador, tratava-se não de uma questão local, mas do todo americano. Percebe-se, nessa forma como colocou as Antilhas, uma estreita relação por nós já mencionada entre o antilhanismo hostosiano e um certo ideal de cunho americanista.

Em sua visão, Hostos tinha o novo mundo como o teatro de uma renovação de idéias, progresso e civilização (OC, v. IX, p. 205). Nesse sentido, em seu pensamento, a América estava chamada a completar a civilização. Para realizar tal fim, colocou como fundamental a realização de duas idéias: união da liberdade pela federação das nações e união das raças pela fusão de todas elas, trabalho de todos os membros do continente (OC, v. I, p. 284). Nessa última colocação hostosiana encontra-se a questão antilhana. Que lugar ocupavam as Antilhas nesse campo de ação da América?

De acordo com nosso autor, tanto o norte quanto o sul já tinham entrado na citada fusão: o norte, levando a sua consequência a liberdade e servindo de

fundante às raças européias; o sul, fundindo com a Europa a raça indígena (OC, v. I, p. 285). As Antilhas, por sua condição colonial, encontravam-se fora dessa obra americana lutando para tomar parte da mesma. Podemos então compreender as inúmeras vezes que em sua obra mostrou e reiterou a importância das Antilhas para o continente. “...¿qué son las Antillas? [...] *políticamente, el fiel de la balanza, el verdadero lazo federal de la gigantesca federación del futuro; social, humanamente, el centro natural de las fusiones, el crisol definitivo de las razas...*” (OC, v. I, p. 285).

Novamente as Antilhas aparecem como o ponto de equilíbrio do continente, como uma parte essencial para a realização do futuro americano e mesmo humano, uma vez que Hostos enfatiza seu ideal de federação como ideal de futuro e reforça sua concepção de uma possível união da espécie humana. A um papel político, social e humano estavam chamadas as Antilhas e, por isso, se fazia necessária a realização do antilhanismo hostosiano. Movido por essa idéia de um fim a cumprir como condição do futuro da América, ele fez disso parte de seu discurso antilhanista nessa fase de seu ideal.

O discurso antilhanista de Hostos estendeu-se pelo continente por meio de sua viagem pela América do Sul a partir do ano de 1870. A causa revolucionária das Antilhas necessitava de apoio. Como forma de consegui-lo, recuperou a história comum que havia entre as sociedades de colonização ibérica, criando, assim, uma interdependência latino-americana. Nisso encontramos correspondência entre um ideal antilhanista e latino-americanista no pensamento hostosiano. Podemos considerar esses ideais como interdependentes, uma vez que o autor estabeleceu tal condição a partir da idéia de uma América Latina incompleta.

Foi em seu artigo “Ayacucho”, de 1870, que Hostos desenvolveu a idéia antes referida. A batalha que deveria ter significado uma obra de independência e liberdade para as colônias espanholas não alcançou as Antilhas, portanto, somente completando tal obra é que se poderia ter a idéia de uma América Latina integral. É interessante como utilizou em sua análise argumentos que estabelecem uma relação entre presente, passado e futuro, atestando um movimento contínuo a partir de Ayacucho. O que era uma necessidade tornou-se uma glória que ainda continua

sendo, significando potencialidades ainda a se desenvolver em rumo ao progresso e à finalidade de uma civilização mais completa.

O esforço para completar a referida obra deveria vir não apenas de um povo, mas de todos os povos meridionais do continente, resultado de uma luta geral, campo de batalha da América e da Espanha. Entretanto, na leitura hostosiana da realidade, a primeira aurora da independência e da confederação encontrava seus paradoxos no presente: “*¡Todavía, no hay una confederación sudamericana [...] hay pueblos americanos [antilhanos] que combaten solitariamente contra España!*” (OC, v. XIV, p. 283-284). Hostos observava a fragmentação das novas repúblicas latino-americanas e se referia ao pouco alcance que a realidade revolucionária antilhana tinha nessas repúblicas.

Havia ainda uma realidade por se transformar. O pensamento antilhanista de Hostos, sendo integrador, não concebia a possibilidade de parcialidades, de interesses particulares. Ayacucho não era expressão de fragmentação, mas sim, da compreensão de Bolívar, de que somente a independência de todos asseguraria a de cada um. A união de todos faria surgir a estabilidade, a liberdade e a paz. “*Enlazados los pueblos que ella creó definitivamente, encaminándose unidos hacia el futuro, tienen derecho; separados, ¡no!...*” (OC, v. XIV, p. 284). Suscitava com seu artigo o orgulho do passado, a imaginação no presente e reacendia a chama da revolução, criando a perspectiva de futuro. A confederação momentânea de guerra teria de passar para a confederação da paz. Dessa forma, Ayacucho estaria entre as solenidades da religião infalível do progresso, conclui Hostos.

Por essa visão, procurou sustentar seu antilhanismo como algo essencial para a América Latina. Escrever esse artigo representava um lamento da não-realização do que haviam pensado os próceres do movimento: na revolução total dos povos colombianos⁵⁵ e na união como efeito da luta (OC, v. XIV, p. 282). Como uma tarefa que ainda deveria ser realizada, podemos supor que, no pensamento hostosiano, a ação revolucionária nas Antilhas trazia de volta aqueles mesmos

⁵⁵ A referência a povos colombianos explica-se pela tendência que houve entre alguns intelectuais latino-americanos, dentre os quais Hostos, de nomear como Colômbia a parte da América ocupada por latinos.

ideais dos primeiros movimentos independentista. Realizar a Confederação das Antilhas seria a condição necessária para completar a obra iniciada com a batalha de Ayacucho.

Ao escrever seu artigo “Lo que intentó Bolívar”, Hostos deixou mais clara essa idéia da América incompleta, recuperando a memória de Bolívar.⁵⁶ A este, chamou de “*hombre-legión*”; “*hombre-idea*” e “*hombre-humanidad*”, denominações que reuniam em Bolívar todas as qualidades de um certo ideal de patriota completo que nosso autor concebia.

El hombre-legión fue el primero que interrumpió el sueño de nuestra vida colonial para redimirnos. El hombre-idea fue el primero en concebir la patria inmensa...El hombre-humanidad fue el primero que, sin Cuba y sin Borinquen, declaró incompleto el continente y quiso abrazarnos en su fuego redentor e intentó abrazarnos con su brazo salvador: éramos par él pedazo de la humanidad que redimía. (HOSTOS, 1980, p. 57)

Os três homens reunidos em um único, Simon Bolívar, eram a expressão do verdadeiro patriota latino-americano e, correspondia àquela característica de homem de compromisso e de dever que atribuímos a Hostos. Bolívar reunia o anticolonialismo, o latinoamericanismo e o humanismo que também faziam parte do ideário de Hostos. Dessa forma, seu antilhanismo era, em um período mais tardio, sinônimo da luta libertadora de Bolívar, pois trazia em si propósitos semelhantes. Foi assim que Hostos transformou Bolívar e sua ação libertadora em raízes da independência de Cuba e Porto Rico.

A luta propagandista de Hostos não visava apenas à independência e à liberdade, mas a incorporação das Antilhas e seus povos ao continente. Para ele, a América Latina estava cheia de homens eminentes que sabiam que as Antilhas eram o complemento político e geográfico do continente (HOSTOS, 1980, p. 58). Seu antilhanismo possuía então uma clara conotação geopolítica quando tratava de defender a interdependência entre as sociedades latino-americanas. Era preciso que

⁵⁶ Hostos escreveu o referido artigo no período em que esteve em Caracas, Venezuela, o qual foi publicado no jornal *La Opinión Nacional* de Caracas. Não encontramos nenhuma referência precisa quanto ao ano em que tal artigo foi escrito, porém acompanhado as datações do diário de Hostos sabemos que esteve na Venezuela desde o final de 1876 até 1878 e, mais precisamente, esteve em Caracas em julho de 1877. Com tais informações podemos supor que artigo tenha sido escrito no período apresentado.

os homens que ocupavam as presidências dessas sociedades, já constituídas enquanto nações independentes, ampliassem seus horizontes se colocando no caminho da união latino-americana através da liga diplomática.

Essa interdependência entre as Antilhas e América Latina vista por Hostos, sempre o estimulou em sua propaganda antilhana. Em Buenos Aires, sua luta teve início em 10 de outubro de 1873, aniversário da revolução cubana. Em carta resposta ao presidente do Peru, Don Manuel Pardo, arrolou e apresentou uma série de motivos pelos quais a América Latina deveria contribuir com a independência das Antilhas.

Yo creo, tan firmemente como quiero, que la independencia de Cuba y Porto Rico ha de servir, debe servir al futuro de la América Latina. Ha de servir, porque las Antillas desempeñan en el plan natural de la geografía de la civilización el papel de intermediarias del comercio y de la industria... Debe servir, porque las Antillas son complemento geológico del Continente americano, complemento histórico de la vida americana, complemento político de los principios americanos, y tienen el deber, no ya el derecho, de sustraerse a toda acción perturbadora de la unidad geográfica, histórica y política de América. Puede servir, porque la independencia de las Antillas no es otra cosa que emancipación del trabajo, y por tanto, aumento de población, de producción, de recursos físicos para la civilización americana... teniendo que servir, debiendo y pudiendo servir la independencia de las Antillas al futuro de todo el Continente, es obvio que la emancipación de esos pueblos es interés inmediato de los pueblos con quienes tienen las íntimas afinidades del origen, de la historia, del carácter... (OC, v. IV, p.36-37)

O ponto central dessa interlocução hostosiana são as Antilhas e sua independência, um fim histórico de dever e de direito não apenas para elas, mas para o continente, uma vez que esse se apresentava unido por sua geografia, história e política, por afinidades de origem e de caráter. Com tais argumentos, Hostos criava os laços de unidade latino-americana e tornava as Antilhas o elo que faltava para realização dessa unidade, ao se referir as estas como o complemento do continente.

Para reforçar tal idéia, falando de um ambiente influenciado por ideais do liberalismo e do positivismo, procurou ser persuasivo referindo-se aos fatores de desenvolvimento econômico e de civilização, o que denota a concepção de progresso no pensamento hostosiano. O comércio, a indústria e o trabalho eram

fatores de civilização e progresso. Quanto aos dois primeiros, a condição geográfica das Antilhas viabilizaria a sua realização; porém, quanto ao trabalho, esse deveria ser emancipado pelo processo de independência, seja das amarras do sistema colonial, seja das peias da escravidão, que, embora tenha acabado em Porto Rico no ano de 1873, perdurou em Cuba até o ano de 1880, quando começou a ser eliminada de forma gradual.

O meio de realização da pretensa unidade seria a reunião de um Congresso americano. No volume VII de suas *Obras Completas*, intitulado *Temas Sudamericanos*, encontramos o artigo hostosiano, “Congreso Latinoamericano”, de 1874. O congresso era para Hostos um bem, pois revelaria a existência real, palpável e positiva de uma comunidade de afetos, idéias e interesses (OC, v. VII, p. 409). Tratava-se de reunir elementos que pudessem dar continuidade ao ideal de unidade americana. A referência a uma comunidade implica a existência no pensamento hostosiano das idéias de companheirismo e de fraternidade, que vinculavam as Antilhas à América Latina como um todo.

Embora tenha apontado as experiências anteriores como infecundas diante dos argumentos que se colocavam contra o americanismo,⁵⁷ Hostos acreditava num processo de maturidade do Congresso. Esse daria prova da força coletiva e a ação conjunta de todos os governos constituiria, aos olhos da América e da Europa, a personalidade internacional que, separadas, essas repúblicas não teriam (OC, v. IV, p. 40). Representatividade no mundo, era uma das condições que buscava para essa América de colonização ibérica, enferma, fragmentada. Por fim, de forma prática, acreditava que a realização de um Congresso latino-americano salvaria Cuba e Porto Rico frente às posturas neocoloniais que se apresentavam no continente.

Como uma obra do bem, que defendia como algo inerente a todos os seres humanos de razão consciente, o Congresso tornava-se uma idéia digna e, por assim ser, um dever. Reunir o Congresso consistia em um caminho para resolver os

⁵⁷ Hostos se refere, utilizando a expressão de Francisco Bilbao, aos Estados Desunidos da América Latina, marcados por interesses particulares, favoráveis a uma separação egoísta.

problemas imediatos que dariam à América Latina a personalidade internacional que lhe faltava.⁵⁸ Segundo Hostos, o primeiro dia dessa personalidade seria a véspera da independência, se ainda não conquistada, ou seria um novo elemento de estabilidade, se ainda estavam na instabilidade da reconstituição (OC, v. VII, p. 409). Essa fala demonstra mais uma vez sua leitura de uma América Latina incompleta.

Podemos interpretar a afirmação, antes colocada, de formas diferentes. A qual independência e reconstituição se referia? No primeiro apontamento hostosiano, é possível concluir que, vincular a personalidade internacional da América Latina à independência, não apenas indicava referir-se à situação de Cuba e Porto Rico, ainda não independentes, como também fazer uma crítica aos avanços do imperialismo na região. Quanto a ser um elemento de estabilidade para a reconstituição das sociedades latino-americanas, serviria tanto para as recém-independentes sociedades quanto para todas aquelas que, mesmo tendo passado pela experiência histórica da independência, encontravam-se ainda tomadas pelos males do colonialismo.

Hostos transformava seu ideal antilhanista como algo essencial para a América Latina. Tratava-se de conferir às Antilhas um papel histórico a cumprir na região. Ao abordar a questão da organização de Cuba depois de consumada a independência, o que também podemos estender a Porto Rico, referiu-se a Cuba como uma fração de raça que deveria se unir a outras frações de sua raça para constituir a unidade, também como um laboratório de uma fusão de elementos humanos que, unidos formariam, no futuro, a verdadeira raça das Antilhas (OC, v. II, p. 250).

O intelectual porto-riquenho desenvolveu no “Programa dos Independentes”, de 1876, o princípio de nacionalidade, colocando-o como meio necessário para obter essa unidade da raça latina nas Antilhas. Nessa perspectiva, a nacionalidade deveria se estabelecer como um pacto de razão quando necessário

⁵⁸ Os problemas elencados por Hostos são: a questão dos limites territoriais das repúblicas; o estabelecimento do direito internacional; estabelecer a arbitragem como princípio, meio e fim necessários à resolução de contendas entre as repúblicas; segurança de uma força internacional e respeitabilidade ante as nações da terra resguardando-se dos abusos diplomáticos (O.C, vol. VII, p. 407-408).

para os fins positivos de uma ou várias sociedades e para os fins históricos de uma raça (OC, v. II, p. 251). Percebe-se que tal concepção de nacionalidade não implicava na exclusão das raças que compunham as Antilhas. Não se tratava de uma essência antilhana, mas de algo a se constituir com diversos elementos.⁵⁹

Nas Antilhas esse modelo de nacionalidade se tornava possível, pois era, para ele, um princípio de organização na natureza: “...*porque completa una fuerza espontánea de civilización; porque solo en un pacto de razón puede fundarse, y porque coadyuva a uno de los fines positivos de las sociedades antillanas, y al fin histórico de la raza latinoamericana*” (OC, v. II, p. 253). Percebe-se aqui a atribuição para as Antilhas de condições que lhes são exclusivas dentro de todo continente. Como, de fato, entender essa concepção de nacionalidade que Hostos aplicava às Antilhas?

O princípio de organização natural a que conviria a nacionalidade antilhana era o de unidade na variedade. O que, para Hostos, significava a união de meios externos à variedade de modos internos de vida e de progresso. Podemos dizer que, mais uma vez, o porto-riquenho aplicava seu princípio federativo para as Antilhas. Somente essa unidade produziria aquela força espontânea por ele referida, tratando-se da paz, a qual viria tão-somente pela unificação da ação social e política dos antilhanos. Nesse sentido, fundamenta o pacto de razão no qual se fundaria a nacionalidade, no caso antilhano, na confederação.

Não acreditava Hostos que o princípio federativo pudesse ser aplicado a sociedades separadas pelo mar. Com tal argumento, mais uma vez colocou em evidência a geografia antilhana para defender a pretensa Confederação das Antilhas. No entanto, também argumentou no sentido de apontar para as Antilhas uma certa solidariedade entre seus povos. Para ele, o pacto federal também não se daria em sociedades educadas na exclusão e na reclusão do localismo. Crítico de

⁵⁹ Hostos era crítico de uma nacionalidade imposta que acabava por debilitar as forças civilizadoras, ao excluir os grupos que não se encaixavam no perfil nacional criado. Para Hostos a Espanha destruiu suas forças civilizadoras (referindo-se à expulsão dos judeus, dos moriscos de seu território e ao extermínio dos astecas e incas) por querer constituir uma nacionalidade espanhola. Também se referiu a outras nacionalidades fundadas na conquista, no despojo, na unidade mecânica (OC, v. II, p. 251-252).

uma América fragmentada, o porto-riquenho desejou ver suas ilhas seguindo por outro caminho.

As Antilhas não deveriam incorrer nos mesmos erros das demais sociedades já independentes. Quando, no ano de 1871, Hostos se encontrava em Lima, referiu-se a esta sociedade como escola prática do futuro, pois, quando chegada a independência, tudo o que ali chocava com seus ideais, sentimentos, desejos, todos os vícios políticos, sociais, individuais, descobertos como seqüelas da colônia, procuraria evitar em Porto Rico (OC, v. II, p. 18). Criticar os resquícios do colonialismo atendia a um dos fins positivos que o porto-riquenho via na nacionalidade antilhana, a união moral e intelectual da raça latina no continente.

Outro fim apresentado por Hostos para defender seu princípio de nacionalidade aplicado às Antilhas dizia respeito ao progresso comercial. Somente a nacionalidade antilhana realizada em uma Confederação romperia as barreiras que estabeleciam as diferenças econômicas entre as ilhas. Enfim, podemos dizer que em seu desejo de estabelecer a nacionalidade antilhana havia um grande projeto de constituição das novas sociedades independentes, implicando não apenas um caráter político ou econômico, mas também social. Estabelecer essa nacionalidade nas Antilhas exigia, segundo ele, um elevado patriotismo (OC, v. II, p. 254).

A partir do que foi exposto, podemos concluir que, nessa fase, Hostos afirmou seu antilhanismo na constante referência às ilhas, na defesa da independência, da liberdade e da confederação, bem como na oposição ao anexionismo estadunidense. A expressão final e contundente do seu ideal antilhano, no período, encontramos na carta que dirigiu ao amigo Francisco Sellén, em 1896. Nela aludiu a desgraça que seria se o povo antilhano devesse sua civilização aos povos já formados, referindo-se à política imperialista dos Estados Unidos, uma ameaça cada vez mais clara às Antilhas. (HOSTOS, 1980, p. 206-207)

Nascer sob a égide dos Estados Unidos seria nascer sob sua dependência e, para Hostos, a todos e a tudo conviria que o nobre arquipélago, fazendo-se digno de seu destino, fosse o “...*fiel de la balanza: ni norte ni sudamericanos, antillanos...*” (OC, v. IV, p. 172). Não se tratava de negar as

Américas do Sul e do Norte, pois em suas viagens, ele não observou apenas os problemas dos países sul-americanos, mas também buscou seus elementos positivos e, com relação aos Estados Unidos, foi um admirador da civilização que haviam se tornado. O que ele desejava era elevar as Antilhas à categoria de parte essencial de toda a América.

Hostos queria, antes de tudo, criar uma identidade antilhana e obter o respeito para a mesma. O antilhano não poderia continuar sendo algo indefinido ou absorvido por outra nação e sim deveria valer-se do que era próprio. Disso decorreu seu envolvimento com o círculo revolucionário cubano e com a luta para organizar a revolução em Porto Rico. Como um defensor da revolução realizou a intensa propaganda em defesa das Antilhas no continente, colocando-as como complemento do mesmo. Daí, a necessidade de alcançar a independência, a liberdade, a soberania das Antilhas antes de uni-las ao todo americano. Era necessário considerar que, segundo ele, o mar das Antilhas era o núcleo vital do continente, como descobriu Bolívar (HOSTOS, 1980, p. 59).

Com um antilhanismo caracteristicamente independentista e antianexionista, Hostos, nesse momento de sua luta, estabeleceu maior proximidade com os demais propugnadores do antilhanismo, sobretudo na referência à uma Confederação Antilhana. Porém, em seu pensamento encontramos o projeto da confederação não como algo isolado, mas como condição necessária para dar à América Latina uma personalidade internacional. À justificativa geopolítica de unidade latino-americana temos, inúmeras vezes, sua referência à unidade da raça latino-americana o que pressupõe uma unidade social e cultural. Em se tratando do continente americano como um todo, a Confederação das Antilhas era o que faltava para completar a obra da civilização a que estava chamado o novo mundo.

Por outro lado, o autor MALDONADO-DENIS (1988, p. 540) tem razão quando aponta para a idéia de união dos povos no pensamento hostosiano, uma vez que, como vimos na análise dessa fase independentista, Hostos referiu-se à unidade da espécie, subentende-se, espécie humana. Dessa forma, ainda podemos dizer que o antilhanismo hostosiano se apresenta, como assinala ESTRADA (1990, p. 41) , livre de racismo e dotado de humanismo. Claramente, o intelectual porto-

riquenho desejava, a partir das Antilhas, estabelecer o ideal harmônico da humanidade que trazia como influência do krausismo. Contudo, não podemos, a partir desse caráter humanista do pensamento hostosiano, eliminar sua posição política quanto aos problemas coloniais e neocoloniais que afrontavam suas ilhas em seus processos independentistas.

O antilhanismo independentista e antianexionista de Eugenio María de Hostos, como vimos ao abordamos sua trajetória de vida, se estendeu até as últimas conseqüências advindas da guerra hispano-americana de 1898, quando ele, em mais um momento de crise, se deparou com um resultado contrário ao que esperava para as Antilhas, principalmente para Porto Rico, qual seja, a anexação de sua ilha pátria pelas forças estadunidenses. Essa nova realidade enfrentada por ele constitui, portanto, a última fase do seu antilhanismo, objeto do capítulo subsequente.

CAPÍTULO 6 O ANTILHANISMO HOSTOSIANO DIANTE DA ANEXAÇÃO DE PORTO RICO (1898)

Até o presente momento temos visto a luta antilhanista de Hostos voltada à conquista da independência e liberdade das Antilhas, visando confederá-las no sentido de criar para estas representatividade internacional. Entretanto, seguindo nossa idéia de fases do antilhanismo hostosiano, foi possível notar que esse ideal, pelo menos no que se refere ao nosso autor, se apresentou de uma e outra forma de acordo com as circunstâncias históricas em que se encontrava. Assim, observa-se o surgimento de um antilhanismo anticolonial que, posteriormente, incorporou também elementos independentista, antiespanhol e antianexionista.

A partir do exposto, chegamos ao que consideramos a última crise vivida por Hostos em sua trajetória de vida e luta antilhana. Esse foi o momento em que, vivendo o contexto da guerra hispano-americana, em 1898, conduziu sua luta por novos caminhos. O antilhanismo, que antes estava direcionado à defesa da independência e liberdade das três ilhas que constituíam o arquipélago antilhano, ganhou nova faceta diante desse contexto em que a guerra jogou com os acontecimentos em Cuba e Porto Rico. Foi principalmente sobre Porto Rico que esse novo contexto teve maior peso, o que significou um direcionamento quase que exclusivo de Hostos na luta por sua pátria nativa.

O desejo de ver Porto Rico revolucionada e independente, converteu-se na visão de uma mera troca de domínio, deixando de ser espanhol para ser norte-americano. A situação em que se encontrava a pátria de Hostos levou-o a uma mudança substancial do seu ideário antilhano. Assumindo outra postura, ele terminou por aceitar a presença dos Estados Unidos em território porto-riquenho. Não há dúvidas de que, perante tudo que fora apresentado sobre o seu ideal antilhanista, sobretudo sua fase independentista e antianexionista, apontar tal postura causa certo estranhamento, a ponto de parecer que estamos diante do ocaso do antilhanismo hostosiano. Dessa forma, entender o que foi essa fase no

ideário antilhano de Hostos e de que forma o antilhanismo nela se apresenta constituem o objeto do presente capítulo.

PORTO RICO ANEXADA

No contexto beligerante de 1898, marcado pela guerra hispano-americana, decorrida da intervenção do Estados Unidos na causa revolucionária cubana, Hostos retomou sua luta pelas Antilhas após um momento de trégua advindo do Pacto de Zanjón, em 1878. Sendo o representante, no Chile, do Partido Revolucionário Cubano, Hostos manteve contato com a revolução e seus desdobramentos iniciados desde 1895 com José Martí. Temendo pelas conseqüências que a guerra poderia trazer para a sua ilha, deixou a cidade de Caracas, Venezuela, com o objetivo de lutar para que fossem levados a Porto Rico os mesmos resultados obtidos por Cuba.

Nesse contexto, Hostos estava diante de claras tendências anexionistas que dividiam opiniões e contrapunham interesses não apenas em sua pátria, mas nas Antilhas. Assim, o perigo da anexação de Porto Rico se apresentava como a mais importante de suas preocupações o que o levou a lutar para que a entrada das forças norte-americanas em sua pátria não tivesse um caráter de invasão forçada, mas consentida pelos porto-riquenhos. Ter o consentimento dos porto-riquenhos resultaria não em uma invasão com vistas à conquista, ou anexação, mas como auxílio em benefício da ilha e de seus habitantes.

Para alcançar seus objetivos, Hostos buscou a colaboração da Delegação de Cuba e desejou que o vice-presidente cubano enxergasse o perigo da anexação livre ou forçada de Porto Rico, enfim, era necessário a interposição dos cubanos a favor de sua ilha (OC, v. II, p. 329). O porto-riquenho, queria ver reconhecida, no período *post bellum*, a independência da sua pátria. Com esse pensamento seguiu para Nova York sem que houvesse até então qualquer menção concreta quanto à possibilidade de ver sua pátria sob um novo domínio.

Podemos perceber que o antilhanismo independentista e antianexionista de Hostos, nesse momento, se mantinha vivo em seu estado de alerta quanto aos resultados que poderiam advir com a guerra. Ele continuava como firme defensor das Antilhas, embora demonstrasse maior preocupação com Porto Rico. Sem deixar de ser antilhano empreendeu uma luta particular por sua pátria. Para evitar a anexação, o consentimento dos porto-riquenhos se concretizaria no acompanhamento de uma Delegação Porto-riquenha, em comissão civil, ao exército de invasão (OC, v. II, p. 336-337). Contudo, a expedição armada enviada pelos Estados Unidos seguiu para Porto Rico sem a presença da delegação, o que para Hostos faria da ilha uma presa de guerra.⁶⁰

O referido acontecimento fez Hostos ver por desvanecido todo sacrifício que até então havia feito na luta por independência (OC, v. II, p. 337). Na entrevista que teve em Washington em julho de 1898, com o Presidente dos Estados Unidos, tomou consciência de seu equívoco e dos passos infrutíferos que havia dado. Em carta enviada ao amigo, Francisco de Arredondo y Miranda, desde Washington, em 1898, Hostos apresentou o fim confesso a que se dirigia à invasão de Porto Rico pelas armas americanas: a anexação da ilha (OC, v. IV, p. 198). Com o desfecho dado a sua pátria nativa, agora anexada, dever-se-ia reencontrar um novo caminho.

Como anteriormente assinalamos, nesse período de luta independentista das Antilhas, não se pensava as ilhas separadas umas das outras. O compromisso de cubanos e porto-riquenhos era com igual condição para ambas as ilhas. Assim, o antilhanismo hostosiano se mantinha naquele esforço por resgatar Porto Rico como parte expressiva das Antilhas. Tal atitude exigira antes o mesmo e constante olhar diagnosticador da realidade que agora se apresentava sob uma condição tão adversa a que o intelectual porto-riquenho antes havia idealizado.

A nova conjuntura que se deu perante a invasão de Porto Rico pelas forças norte-americanas, eliminou a condição de exilado de Hostos, permitindo-o voltar à pátria e efetuar seu olhar diagnosticador. Assim, nosso autor poderia

⁶⁰ A expedição armada desembarcou em Porto Rico no dia 25 de julho de 1898, momento em que Hostos estava em Washington para uma conferência com o secretário de Estado, norte-americano, Mr. Day.

empreender uma nova luta a partir da observação direta da realidade que deveria enfrentar. Seguindo para Porto Rico, mencionou estar a caminho da “...*tierra infeliz que parece condenada a no ser nunca poseída de sus hijos...*” (OC, v. II, p. 343). Sua pátria se mostrava a ele nessa condição de domínio constante. O elemento estrangeiro nunca esteve fora da sua vida e, portanto, sempre foi, de alguma forma, o outro em seu discurso. O *nosotros*, os filhos da terra, não se encontravam historicamente em condições de direito. Porém, Hostos não deixava de ver nessa condição o próprio comportamento dos seus compatriotas: “*A la mayor parte de los que van conmigo les parece la cosa más natural del mundo que los norteamericanos se hayan apoderado de ella [Porto Rico]...*” (OC, v. II, p. 343).

Hostos enfrentava a antiga tendência anexionista que não desaparecera entre muitos porto-riquenhos. Por outro lado, podemos dizer que reaparece a leitura da debilidade dos porto-riquenhos. O contraste ajudou-o a traçar um perfil de sua pátria. Formosura e desgraça foram os termos que utilizou para se referir a Porto Rico. A primeira condição sempre dirigida a sua natureza exuberante e mesmo ao povo porto-riquenho, que via com certa complacência em seu diagnóstico da debilidade e fragilidade que sobre eles pairavam. Mais do que os invasores, essa era a condição da desgraça. Aqueles não compatriotas que identificou desde *La Peregrinación de Bayoán* (1863), continuavam sob a mesma forma, não sendo.

Toda essa realidade anexada, Hostos diagnosticou como herança do colonialismo espanhol. Dando continuidade ao seu discurso anticolonial e antiespanhol, ao escrever e apresentar o estatuto da “Liga dos Patriotas” aos porto-riquenhos, se referiu à força dos viciados pelo colonialismo. “...*ni aun los hombres más cultos de Puerto Rico se deciden a tener iniciativa para nada, ni a contar por completo consigo mismos, ni a dejar de esperarlo todo de los representantes del poder...*” (OC, v. V, p. 13). Os vícios que tomavam conta dos homens era a falta de força, essa que, para ele, era sinônimo de dignidade. Faltava aos porto-riquenhos a virtude de serem dignos lutando pelos seus direitos e cumprindo com seus deveres.

A herança colonial permanecera nesses homens ocultando-lhes a dignidade, coibindo o exercício dos direitos que fortalecem no indivíduo a atividade

particular e a de associação (OC, v. V, p. 14). Esses homens estavam, portanto, desprovidos de força individual e coletiva. A relação que Hostos pensava existir entre o desenvolvimento do indivíduo e o desenvolvimento da sociedade, não encontrava a menor correspondência nessa Porto Rico por ele observada. Sem a menor condescendência, mostrou a pátria como vítima do sistema colonial.

La población está depauperada: a miseria fisiológica y la miseria económica se dan la mano; el paludismo que amomia al individuo está momificando a la sociedad entera...esa infancia enclenque; esa adolescencia pechihundida; esa juventud ajada; esa virilidad enfermiza; esa vejez anticipada; en suma, esa debilidad individual y social que está a la vista, parece que hace incapaz de ayuda de si mismo a nuestro pueblo ... (OC, v. V, p. 26-27)

Tais condições Hostos apontou como consequência dos ultrajes do regime colonial. Ultrajes à vida, à liberdade, à felicidade. O estado físico e moral dava a idéia do primeiro ultraje. A debilidade se apresentava externa e internamente e isso não era resultado das indisposições tropicais, como disse Hostos, senão consequência da má economia e da má política (OC, v. V, p. 152). Diferente da tendência de atribuir à natureza dos trópicos a doença dos povos americanos, como queriam os naturalistas, atribuiu esse mal à própria organização dessas sociedades, regidas por um governo personalista, autoritário, como o da Espanha.

Dessa Espanha havia chegado ao governo insular a ignorância. A liberdade inexistia, porque o desgoverno espanhol a ensinou mal aos seus regentes, portanto, não poderiam ensiná-la aos regidos. O mal, de fato, estava com a Espanha, uma vez que Hostos considerou que, se os ministros houvessem conhecido a eficiência das instituições americanas, haveriam simplificado a situação dos porto-riquenhos. Quanto ao ultraje à felicidade, essa viria das forças de iniciativa individual e cooperação social o que a monarquia espanhola, centralizada, não poderia dar. Por tais ultrajes, considerou a enfermidade como debilidades de corpo e de vontade, males que atestavam contra o regime espanhol, o qual, nada sabendo da ilha, levou em Porto Rico ao malogro dos recursos naturais (OC, v. V, p. 153).

Essa sociedade enferma, vítima da ingerência externa, tornava sombrio o seu próprio futuro. Quando não tomada por enfermidade física, estava por certo tomada pela enfermidade de caráter. Em carta a José Contreras Ramos, em 1898,

Hostos comentou sua impressão sobre seus compatriotas: “...*ni de la patria ni de sus deberes para con ella tienen la firme noción que algún día los capacitara para llamarse compatriotas verdaderos de los que miran a la patria por el prisma del deber, no por el de egoísmos o pueriles o seniles*” (OC, v. IV, p. 201). De certa forma, via essa sociedade fragmentada por seus interesses particulares, egoístas e, de fato, a oposição entre independentistas e anexionistas ainda se fazia presente no território porto-riquenho.

Todo esse estado assinalado por nosso autor pode ser resumido pelo que ele denominou “lei de herança” (OC, v. V, p. 145). Essa lei se substancializava na falta de direitos e, por isso, alcançava a todas as sociedades humanas, sempre marcadas por sangue, nas constantes guerras por direitos e pelo progresso. No que tange à Porto Rico, a herança que a lei legava aos seus cidadãos era nascer deserddado do direito. Esse teria sido o malogro da independência, pois esse desconhecimento tornara inerte esse povo e deixara espaço às personalidades egoístas. Mais que a um estado físico, Hostos se referia a um estado moral enfermo. Assim, havia em sua visão um desconcerto físico e moral em sua pátria e em seus patriotas.

Por estarem acostumados à enfermidade, acostumados a não ser, acostumados a passar a vida sem objeto, como disse Hostos em seu romance, por intermédio de seu personagem Bayoán, enfim, por esse estado de enfermidade e de ignorância de seus direitos o porto-riquenho se fez receptível ao estrangeiro. Em carta ao amigo dominicano, Henriques y Carvajal, em 1899, afirmou: “*Mi pobre patria no victoreó a sus conquistadores: no hizo otra cosa que saludar alborozada a sus libertadores, porque los creyó libertadores*” (OC, v. IV, p. 212). Na visão hostosiana não houve conquista, mas sim ocupação tranqüila, permitida pelo legítimo dono do território.

Contudo, se Porto Rico, por seus males, havia facilitado a invasão e o domínio por parte dos Estados Unidos, Hostos não atribuiu o peso dessa nova realidade unicamente a esse estado pueril dos porto-riquenhos. Mais que à mera ingenuidade ou ignorância dos seus compatriotas, ele também dirigiu suas acusações à própria conduta da potência do norte, além de observar uma conjuntura

internacional que jogou com os acontecimentos do período. Na citação que lemos acima, fez igualmente a defesa da honra dos porto-riquenhos. Claramente, enxergava as mazelas em sua pátria, porém não estava apenas nas mesmas o conseqüente episódio de acolhimento dado às forças invasoras norte-americanas.

Com base nos argumentos utilizados por Hostos, podemos vê-lo esforçando-se por livrar Porto Rico da responsabilidade plena da pátria anexada. A forma como apresentou a própria guerra hispano-americana constitui um aspecto importante no ideário do período: guerra de redenção, empreendida em nome da humanidade e por amor à humanidade (OC, v. V, p. 83). Nesses termos, a guerra era algo que deveria ser visto como benéfico naquele contexto. Foi nas próprias declarações feitas pelo Congresso norte-americano, que ele encontrou justificativas para acreditar que não se tratava de uma guerra de conquista. Na resolução, de 23 de abril de 1898, declarou-se que o povo americano ia salvar Cuba do extermínio e da anarquia, cuja independência considerava um fato e um direito (OC, v. V, p. 103).

Por sua concepção de Direito Internacional, Hostos acreditava que a resolução para Cuba deveria alcançar as demais sociedades envolvidas naquele contexto bélico: Porto Rico e Filipinas.⁶¹ Tal idéia, segundo ele, o próprio poder Executivo federal dos Estados Unidos havia se encarregado de fazer saber ao mundo, aos porto-riquenhos e filipinos, ao declarar-lhes, por meio do chefe militar de cada força invasora, que a guerra levada a seus solos tinha por objetivo colocá-los em atitude de gozar dos bens de que haviam sido injustamente privados pela Espanha (OC, v. V, p. 104). Dessa forma, o porto-riquenho negava qualquer atitude voluntária, conscientemente favorável à anexação de sua pátria.

A concessão de Porto Rico aos Estados Unidos, firmada no Tratado de Paris em dezembro de 1898, ocorreu sem nenhuma participação dos porto-riquenhos. Essa situação também pode ser observada como mais um dos argumentos de Hostos para justificar a condição do novo domínio que pairava sobre sua pátria. Para ele, a cessão de Porto Rico teria sido mera artimanha diplomática,

⁶¹ Cuba, Porto rico Filipinas e a ilha de Guam fazem parte dos territórios perdidos por Espanha como resultado da guerra hispano-americana. Tais regiões, a partir do Tratado de Paris, de 10 de dezembro de 1898, tornaram-se zona de influência dos Estados Unidos que impunham sua política imperialista no continente.

somente ocorrida nas conferências do Tratado de Paz. Por esse caráter meramente diplomático, a cessão não deveria significar transferência de domínio, sem uma consulta da vontade de Porto Rico (OC, v. V, p. 105).

Podemos perceber que para Hostos havia uma significativa diferença entre invasão e cessão. Essa não deveria ser consequência daquela. Ninguém, segundo ele, havia pensado na cessão de Porto Rico, muito menos que a cessão fosse uma indenização de guerra (OC, v. V, p. 105). A presença do exército norte-americano em porto-riquenho tomara a proporção de um ato de libertação, a qual os porto-riquenhos acreditavam. Hostos, em sua defesa da pátria injustiçada parecia, nesse momento, esquecer-se da vertente anexionista, que tantas vezes ele próprio constatou existir em Porto Rico. No entanto, podemos supor não se tratar de um esquecimento, mas da necessidade de mostrar o máximo de argumentos possíveis para não destituir Porto Rico de uma vez por todas do direito de defesa.

Na mensagem que a Comissão de Porto Rico⁶² enviou a o presidente dos Estados Unidos, como comissionado, Hostos buscou esclarecer o que considerou um incidente: “...*el cordial recibimiento, a ayuda moral y la eficiente cooperación que nuestro pueblo ofreció al ejercito americano de invasión*” (OC, v. V, p. 83). O incidente por ele referido estava na interpretação dada à atitude dos porto-riquenhos como um abandono de si mesmos. Para ele, a forma como os porto-riquenhos haviam recebido os norte-americanos se sustentava no conhecimento que tinham dos desígnios do governo americano. “*Sabiendo que la intención del pueblo y gobierno americano era redimirnos del tiránico mal gobierno de España, decidimos dejar a un lado nuestros planes revolucionarios y ponernos al amparo de nuestros libertadores*” (OC, v. V, p. 83-84).

Não se tratava, portanto, de um abandono da pátria, mas sim de uma crença embasada na admiração que se tinha por aquela sociedade, considerada a força mais efetiva do mundo, devido aos mais profundos alicerces do direito. Essa

⁶² Formada por representantes de Porto Rico, eleitos por cidadãos porto-riquenhos reunidos em convenção. Tomavam parte dessa Comissão: Eugenio María de Hostos, Rafael del Valle, Julio J. Henna y Manuel Zeno Gandía. Esses homens deveriam expor ao governo de Washington as aspirações do povo de Porto Rico. desses representantes, Gandía e Henna, ficaram em Nova York fundando uma Comissão permanente enquanto Hostos retornou a Porto Rico para seguir com a divulgação da Liga de Patriotas.

força que tanto faltava aos porto-riquenhos teria sido por eles recebida como auxílio necessário na luta contra o domínio espanhol. “...unido nuestro pueblo al ejército invasor, grandemente se debió a nuestros compatriotas el aislamiento en que quedaron las tropas españolas...” (OC, v. V, p. 84). A vitória sobre os espanhóis, portanto, não havia sido uma conquista apenas das forças norte-americanas, mas dos próprios cidadãos de Porto Rico que a elas se juntaram. Uma vez terminada a ação, considerada como ato de amor à humanidade, a ilha deveria então ficar em condição de liberdade, o que de forma alguma condizia com a presença militar dos Estados Unidos, como de fato aconteceu.

A forma como Hostos tratou essa realidade em que Porto Rico se encontrava anexada nos permite observar nele uma posição sobre os porto-riquenhos que, à primeira vista, parece contraditória, pois ora aponta para um povo débil, fácil de ser dominado, ora apresenta um povo que lutou para expulsar o inimigo. É possível perceber um duplo sentido nessa postura, que reconhecia os problemas de sua pátria, mas não lhes negava a capacidade de auto-representação. Mostrar os dois lados dessa sociedade significava dizer que a debilidade que a acometia não era congênita e sim, um estado social que poderia ser modificado. Colocar as coisas nesse nível seria deixar uma brecha para a luta que ele mesmo se sentia chamado, qual seja: perseverar no dever de insistir em despertar seu país do estado de letargia em que nem seus direitos, nem seus deveres e nem sua saúde física e moral o movia (OC, v. V, p. 81).

LIGA DE PATRIOTAS: OBRA DA CIVILIZAÇÃO

Com vista a cumprir com o objetivo de trabalhar pela sociedade acima diagnosticada, enferma e anexada, Hostos fundou a já referida Liga de Patriotas e a pronunciou, em setembro de 1898, aos porto-riquenhos que se encontravam em Nova York. Esse fora o novo caminho de luta por ele concebido: uma patriótica associação que deveria concorrer para a obra da civilização. A Liga, nesse sentido, significava a cura dessa sociedade, pois por meio dela, Hostos, chamava aos seus

compatriotas para realizar aquela ordem natural colocada ao ser individual: a associação.

A idéia de uma sociedade patriótica se sustentava não apenas no convite feito aos porto-riquenhos para a associação, como também no dever de patriotismo que nosso autor colocou aos seus membros, de salvar a dignidade da pátria (OC, v. V, p. 18). Com objetivos de caráter político e social, constituía-se em um projeto de futuro para Porto Rico. Colocar a ilha em condição de direito, educar o povo na prática da liberdade trazia, implícita, a idéia de formar uma sociedade que existia de forma fragmentada, debilitada. Ao realizar uma assembléia de representantes das ilhas, em 1898, Hostos falou aos seus compatriotas que cooperar com a mesma, referindo-se à assembléia, era obedecer ao cumprimento de um dever que como porto-riquenhos acreditavam obrigados, trabalhando nesse sentido pelo melhoramento social, econômico e político do povo (OC, v. V, p. 10).

Em seu discurso, Hostos demonstrou que a postura por ele assumida no momento estava alicerçada em seu aguçado senso de dever. Dever de obediência, único que levaria ao cumprimento de outros deveres como o de patriotismo, tão fundamental diante das circunstâncias. Colocava-se em prática suas mais caras concepções do homem enquanto ser social, um homem que caminha para a harmonização do todo. Assim, Hostos sempre utilizou termos agregadores: “*a los puertorriqueños*”, “*nuestro pueblo*”. Podemos supor que, proceder dessa forma, não acentuando as divergências que sabia existir, constituía a estratégia escolhida para atingir a unidade .

O sentido que Hostos deu à Liga era o de uma associação que deveria unir forças para lutar pelos direitos de Porto Rico. Havia, portanto, em seu projeto, a expressão de um filantropismo de sentimento e de dever. Por meio da relação natural que unia os porto-riquenhos e pelo amor a todos os homens queria, ele fundamentar uma sociedade mais humana. Os homens que formavam a Liga, sensíveis de coração, homens de paz e de liberdade, proporcionavam de fato, a união da família nacional (OC, v. V, p. 35). Esse era o objetivo último dessa obra de civilização: criar uma força de união, que então faltava a Porto Rico.

Nesses termos, esse contexto não poderia continuar sendo o da fragmentação. Era necessário falar a mesma língua, criar interesses comuns voltados à pátria. A Liga deveria representar a voz de Porto Rico inteira através de seus comissionados. A antiga e constante oposição entre independentistas e anexionistas não cabia mais nessa realidade. Nesse sentido, Hostos foi o primeiro a dar um passo para acabar com esse desacordo entre porto-riquenhos. Para ele não se tratavam mais de posições particulares, mas de uma preocupação comum: o futuro da ilha (OC, v. V, p. 15). Mediante tal preocupação, os interesses particulares, sejam de cunho independentistas, sejam anexionistas, deveriam, diante da nova conjuntura, dar espaço para a realização de um consenso porto-riquenho. Proceder dessa forma significava realizar o que denominou de obra da civilização.

Concebendo a civilização como o conjunto de todos os atos de vida da associação humana (OC, v. XVII, p. 16), Hostos, no pronunciamento da “Liga de Patriotas”, apresentou os objetivos para os quais a mesma havia sido constituída. Um, imediato, era pôr a ilha em condições de direito e, outro, mediato, era pôr em atividade os meios necessários para educar um povo na prática das liberdades que deveriam servir à vida pública e privada, industrial e coletiva, econômica e política, moral e material (OC, v. V, p. 7). Dessa forma, pensou então em desenvolver todas as forças necessárias para a vida em sociedade, sejam as de caráter individual sejam as de caráter social. Aquela pátria fragmentada, tomada por debilidades, seria modificada a partir dos fins para os quais a Liga se dirigia. A obra da civilização era algo que viria da associação dos porto-riquenhos no exercício de seus direitos.

O propósito político da Liga e seus membros era obter o direito de plebiscito. Com tal fim, essa política deveria atingir aqueles que se colocavam incondicionalmente como anexionistas. Se à independência imediata não se poderia ir, também a anexação forçada não se deveria ir (OC, v. V, p. 147). Nessa expressão temos o resumo de todo o propósito hostosiano em sua luta por Porto Rico. O fim político imediato e o fim social mediato da Liga de Patriotas estavam diretamente ligados a esse ato de negar a anexação forçada. Nesse sentido, trabalhamos com a idéia de luta entre a força e o direito. Queria Hostos, política e socialmente, colocar sua pátria em condição de direito o que se daria por meio da realização do plebiscito. Assim, começou por invocar esse direito para os porto-riquenhos.

Ejerciendo nuestro derecho natural de hombres, que no podemos ser tratados como cosas; ejerciendo nuestros derechos de ciudadanos accidentales de la Unión Americana, que no pueden ser compelidos contra su voluntad a ser o no ser lo que no quieren ser o lo que aspiran a ser, iremos al plebiscito... (OC, v. V, p. 8)

Hostos lutava agora pela dignidade e respeito aos porto-riquenhos alicerçando sua fala no seu conhecimento do direito internacional.⁶³ Somente o plebiscito colocaria a ilha numa situação de direito, uma vez que nele se expressaria a vontade dos porto-riquenhos. Buscar o plebiscito para ser ou não ser cidadãos dos Estados Unidos, seguir sendo ou deixar de ser cidadãos da pátria geográfica e histórica (OC, v. V, p. 9). Na forma como estava colocado, o plebiscito resolveria antes a oposição dada entre independentistas e anexionistas. Seja qual fosse a decisão essa seria respeitada.

Nos estatutos da Liga, Hostos considerou que, para os independentistas, com o plebiscito, se anexação viesse, seria digna. Do mesmo modo, para os anexionistas, se a anexação fosse perdida, seria uma derrota a ser aceita dignamente (OC, v. V, p. 19). Se a anexação viesse, deveria vir, portanto, por vontade dos porto-riquenhos e não pelo uso de forças estranhas no território. Não se tratava tão-somente de votar contra ou a favor da anexação aos Estados Unidos, mas de dar à pátria porto-riquenha representatividade mundial e histórica a partir do uso pleno de seus direitos. Recorrer ao plebiscito era tarefa daqueles que não se contentavam admitir o advento de uma pátria feita por outros, querendo fabricá-la por si mesmos sobre os auspícios do direito, seja pela via da anexação, seja pela via da independência (OC, v. V, p. 20-21).

O plebiscito era, para Hostos, um direito expresso na história e na própria Constituição dos Estados Unidos.⁶⁴ Utilizando as próprias palavras que o presidente

⁶³ Hostos citou a afirmação de Heffter, em seu Tratado de Direito Internacional, segundo a qual os súditos do território cedido continuam gozando da integridade de seus direitos políticos, quando estes podem conciliar-se com o novo estado de coisas... (OC, v. V, p. 162). De forma concreta Hostos utilizou o exemplo do plebiscito que o senador americano Charles Summer fez em favor de Alsacia-Lorena quando a França teve que cedê-la a Alemanha. Nas palavras de Summer a França não poderia vender ou transpassar essas províncias sem o consentimento de seus habitantes (OC, v. V, p. 126).

⁶⁴ Hostos se referiu ao plebiscito na historia dos Estados Unidos como a forma invariável da posse territorial citando varias passagens do expansionismo estadunidense. (OC, v. V, p. 19)

dos Estados Unidos, McKinley, enviou em mensagem para a Espanha, de que a anexação forçada é criminosa (OC, v. V, p. 87). Nosso autor argumentou em favor do plebiscito transformando-o na pedra angular não apenas de sua luta, mas daqueles que nela se engajassem. Nessas considerações podemos perceber que aludia a uma sociedade que, por sua Constituição, tradições, costumes, justiça, equidade e liberdade autorizaria ao povo invadido a utilizar todo esse aparato constitucional, jurídico, social e cultural.

Hostos mostrou acreditar que a presença dos Estados Unidos significava a liberdade para fazer uso dos mesmos direitos que regiam àquela sociedade. Sair daquela condição de fato e entrar em uma condição de direito era apenas questão de seguir uma única via: a do direito constituída em lei. Foi assim, que fez uso para os porto-riquenhos do mesmo direito de *hábeas corpus* que se aplicava aos cidadãos norte-americanos. Estabeleceu nos estatutos da Liga uma Comissão de Reclamações que tinha por objetivo reclamar de atentados contra o direito (OC, v. V, p. 44-45). Esse direito dava aos porto-riquenhos o poder de pedir a aplicação da justiça em seu território. Assim, ir a plebiscito era condição necessária para reivindicar essa justiça.

O intelectual e político porto-riquenho apontou para um conflito que se instalara dada a possessão de um território e domínio de um povo. Podemos considerar que para ele a situação era ainda mais indigna, pois esse povo havia recebido as forças dos Estados Unidos como libertadoras. Como crítico da ocupação militar da ilha, ele viu nisso a aplicação de leis desconhecidas no território. Havia uma ilegalidade percebida por ele em vários sentidos. A ocupação de Porto Rico fora decidida por um tratado internacional do qual a população porto-riquenha não participou. Não sendo cidadãos dos Estados Unidos ou sendo por acidente, pela ocupação, os porto-riquenhos não poderiam estar submetidos a leis estranhas aos mesmos.

Embasado em tais argumentos, Hostos fez do plebiscito o meio de representatividade e expressão da nacionalidade dos porto-riquenhos, assumindo o firme propósito de promover o reconhecimento desse direito devendo, para tanto,

estar fundamentado nas próprias doutrinas e tradições da organização americana.⁶⁵ As instituições da Federação Americana colocariam a salvo o direito de decidir pela anexação ou não de Porto Rico. Incorrer na recusa desse direito seria, para Hostos, passar da condição de força mais completa da civilização à civilização rudimentar (OC, v. V, p. 17).

Recorrer ao plebiscito não significava colocar-se contra os Estados Unidos, mas agir dentro da legalidade dada aos porto-riquenhos. Na defesa dos objetivos políticos da Liga de Patriotas, diante da acusação de estar contra os Estados Unidos, ou de ser meramente independentista, Hostos, no primeiro caso, afirmou seu amor ao povo americano e, no segundo caso, disse que acatariam a anexação se fosse a vontade de Porto Rico e se a vontade fosse outra, dariam à Federação do norte o melhor de todas as homenagens que pode receber um povo justo, pedindo-lhe um protetorado temporal de vinte anos. Esse protetorado, para maior glória sua e honra deles, não seria de força e poder, senão um mentorado de liberdades e progressos (OC, v. V, p. 22).

Encontramos então a máxima expressão do que pensou Hostos nesse inegável contexto de invasão militar de Porto Rico. Queria ele reverter à situação em benefício dos porto-riquenhos colocando a presença dos Estados Unidos como um período de educação para os porto-riquenhos. O plebiscito era o ponto de partida da política dos patriotas porto-riquenhos que compunham a Liga, enquanto o governo temporário seria a conclusão, ambos propósitos de vida nacional. Assim, no pensamento de Hostos, de forma um tanto quanto enigmática, um governo temporário estrangeiro poderia estar em correspondência com um propósito de vida nacional.

Nos estatutos da Liga desde o início afirmou-se o propósito social, mediato, como algo acima do político. A referida associação de porto-riquenhos não deveria aspirar a uma política de poder e sim, uma política social voltada para formar o povo. O propósito de associação, patriótica em sua causa, era eminentemente

⁶⁵ Hostos recorreu a Thomas Jefferson para justificar essa política apresentada na Liga de Patriotas. Recorreu a aqueles que na história dos Estados Unidos se opuseram a anexação irregular: Sumner, Cleveland, Sherman, Charles Schulz, Davis (O.C., V, 21).

humano em seu ideal (OC, v. V, p. 26). Hostos desejava formar uma sociedade civilizada e, para tanto, incluiu nos estatutos questões como instrução, educação, saneamento e embelezamento das cidades, fomento de civilização nos campos e nas cidades. Esses e muitos outros aspectos fariam de Porto Rico uma efetiva civilização, com organização completa dos meios e fins de vida coletiva (OC, v. V, p. 26). Chegar a esse nível levaria tempo, dessa forma, pensar e aceitar um governo temporário seria um passo para se chegar ao futuro desejado.

Um fragmento de texto interessante pronunciado por Hostos quando falou sobre a Liga na assembléia dos representantes de Porto Rico, em 1898, nos faz pensar no projeto de futuro que estava sendo colocado para Porto Rico. Ao defender o aspecto social considerou que, naquele instante da vida do país, se tratava de ir preparando-se para que a geração atual contribuísse com seus esforços ao melhoramento de seus hábitos e aumento de conhecimentos para que as gerações posteriores se apoderassem de todos os recursos que a liberdade colocaria nas mãos do país (OC, v. V, p. 10-11). Esse preparo viria de um amplo programa educacional por ele apontado. Dessa forma, a Liga de Patriotas estaria contribuindo para fins culturais dentro do país o que não era um trabalho rápido, mas uma obra para a vida inteira.

Por ser algo que levaria muito tempo frente aquele diagnóstico de um povo enfermo, Hostos afirmou que conhecedora desse mal, a Liga também conhecia a impossibilidade em que o país estava para funcionar como entidade ativa da Federação estadunidense (OC, v. V, p. 14). Nesse sentido, um governo temporário, sob a tutela dos Estados Unidos, chegaria como uma força de aprendizado necessário à vida civilizada. Seguir esse passo significava dotar Porto Rico de autonomia, de liberdade, dar-lhe a posse de si mesma em seu esforço de proceder não pela força, mas por obra do direito. A condição para se atingir esse estado seria um longo processo de aprendizagem passo a passo, em anos de trabalho reflexivo, de paz voluntária, de exercícios de direito, de cumprimento de dever, de avanços materiais e morais, industriais e intelectuais dos porto-riquenhos.

A idéia de um governo temporário demonstrava a nova postura de Hostos com relação à presença dos Estados Unidos em seu país. Em carta aos

comissionados de Porto Rico, Julio Henna e Manuel Zeno Gandía, em 1899, falou sobre a conveniência da direção americana para o presente e a conveniente influência para o futuro (OC, v. IV, p. 215). Sem deixar de ser crítico, admirou a sociedade norte-americana, suas instituições e viu a presença estadunidense como algo positivo. No entanto, foi claro ao declarar que pelo conhecimento e amor que os porto-riquenhos tinham pelas instituições americanas, não queriam ser regidos como rebanho e sim como homens, com seu consentimento, temporário e condicional e não de modo indefinido (OC, v. V, p. 87). Assim, insistiu que para a dignidade do país conviria o exercício de sua vontade, sempre expressa em plebiscito, no qual seus cidadãos pudessem optar entre o governo temporal e a entrada definitiva na Federação Americana.

Na mesma carta, Hostos afirmou não acreditar de fato na possibilidade de que porto-riquenhos se tornassem membros da federação devido às diferenças físicas, psíquicas e históricas, porém se o princípio federativo tinha a virtude de atuar ainda através do mar, a reserva do direito de plebiscito sempre seria um ato digno (OC, v. V, p. 215). Era essa devoção ao direito que estava colocada como base de uma associação de porto-riquenhos que deveria cooperar com a obra da civilização. Nas palavras de Hostos, o governo temporário era conveniente à União Americana e aos porto-riquenhos, porque estes seriam os educandos e aquela seria a educadora que ensinaria o direito efetivo, tornando-se, por isso, honrada ante a história (OC, v. V, p. 52).

Todo esse discurso hostosiano era uma tentativa de argumentar de forma diplomática para que os Estados Unidos depusessem as armas e abandonassem o direito de cessão que havia contraído com a Espanha. Somente essa condição e a reserva de plebiscito da qual não se abriria mão no futuro poderia fazer valer a vontade dos porto-riquenhos, mesmo que após vinte ou vinte e cinco anos, de quererem constituir um Estado da Federação Americana ou de se tornarem independentes.

AMERICANIZAR PARA CONFEDERAR

Um processo de americanização era o que Hostos almejava para esse período de governo temporário em Porto Rico. Desde os primeiros momentos de apresentação dos estatutos da ‘Liga de Patriotas Porto-riquenhos’, utilizou o termo americanizar. Entender o significado dessa condição desejada por ele significa opor à mesma um outro. Tratava-se de negar o passado ibérico destituído de direitos, de liberdade e de meios de civilização, portanto, o que se propunha era a desespanholização do cidadão porto-riquenho.

Voltando à reivindicação do direito de plebiscito realizada por Hostos, quando ainda pronunciava o discurso da Liga em Nova York, encontramos a seguinte idéia: “*Buscar al plebiscito [...] para dejar de ser representantes del pasado y ser hombres de nuestro tiempo y sociedad del futuro...*” (OC, v. V, p. 9). Isso significava ganhar representatividade em um tempo marcado pelo uso mais completo das instituições democráticas que vinham se desenvolvendo desde a revolução francesa, instituições essas que, como vimos, encontrando-se plenamente na União Americana, tornava-a um expoente de civilização tão admirado por nosso autor. Seguir os passos dessa sociedade que Hostos chamou de irmãos maiores do continente era então escolher um novo caminho para o futuro.

Na carta enviada a Julio Henna e Manuel Zeno Gandía, em 1899, nosso autor ao defender o governo temporário argumentava que tal influência era conveniente porque era urgente americanizar esta sociedade, física e moralmente enferma (OC, v. IV, p. 215). Em todo diagnóstico da sociedade porto-riquenha por ele realizado vimos a menção a todas as mazelas, de caráter diverso, que considerava como heranças do colonialismo. Agora, mais que apontar para os problemas, se tratava de negar as instituições coloniais e a própria Espanha, o modo de vida que a Metrópole havia infundido no cidadão porto-riquenho.

Nesse sentido, Hostos colocou para os Estados Unidos a necessidade de reparar a condição de ilegalidade em que se encontrava sua pátria: despersonalizada frente o domínio militar, sujeita a leis estranhas aos seus cidadãos

que já não eram nem porto-riquenhos, nem americanos de direito. Com tal atitude a Federação dos Estados Unidos poderia realizar nobres fins em Porto Rico sendo representante do advento da providência da civilização onde se vivia sob o advento da barbárie. O governo temporário salvaria a dignidade dos princípios americanos e da vida porto-riquenha (OC, v. V, p. 62-63).

Civilização e barbárie, o velho contraponto latino-americano servindo a Hostos como argumento para seu projeto de futuro em Porto Rico. Podemos interpretar esse contraponto no pensamento hostosiano a partir da oposição Europa e América. A barbárie estaria em tudo que vinha da Europa (leia-se Espanha) enquanto a civilização encontrava-se de fato nos Estados Unidos da América e em estado latente em todo o continente, uma vez que Hostos considerava que o Novo Mundo era o teatro predestinado à renovação de idéias, do progresso e da civilização (OC, v. IX, p. 205).

Por todas as vezes que vimos Hostos recorrer ao uso do direito, podemos dizer que tal uso representava para ele a pedra fundamental da civilização. A condição de semicivilização das sociedades latino-americanas era, para ele, decorrente da privação do Direito (OC, v. XVII, p. 106). Portanto, sair dessa condição seria necessário recuperar para elas o Direito como um elemento efetivo da vida social: *“Para salir do pasado ibérico y entrar en el futuro americano, única también el la vía: no hay más que un camino para sanar, y es el curarse; para ser digno, no más camino que el derecho cumplido”* (OC, v. V, p. 8).

Como vimos, o governo civil e temporário propugnado pelo intelectual porto-riquenho era a condição necessária para cumprir com os propósitos sociais da Liga de Patriotas. Nesse período se daria esse processo de americanização, o que em resumo seria colocar o povo em atitude de viver como americanos. Contudo, a mudança de bandeira não bastaria, como disse, para passar de espanhóis a americanos. Era preciso seguir o exemplo do povo que tomavam como mestre, fazendo uso de todas as suas instituições políticas, administrativas e culturais até chegar à semelhança (OC, v. V, p. 33). O modo de vida americano era uma condição que vinha dos Estados Unidos e, nesse sentido, Hostos acabou por trazer

em sua nova fase o paradigma estadunidense como necessário à formação dos povos ibéricos.

A Liga de Patriotas havia sido constituída para essa obra de americanização. Sua política era ajudar os porto-riquenhos a entrar com inteiro domínio de si mesmos na verdadeira e efetiva nova era que havia sido para a ilha o divórcio da Espanha (OC, v. V, p. 114). O que significava americanizar de acordo com os estatutos da Liga? Antes de tudo significava ajudar aos americanos a americanizar a vida toda do país. Nesse sentido, tratava-se de uma clara união de força com os Estados Unidos. Mas, de que forma se daria essa americanização?

Ayudar al presente a dar a luz el futuro. Para tales fines, estos medios: Enaltecimiento del carácter nacional, empezando a enaltecerlo por una continua transfusión de sentimientos de dignidad y de justicia. Fortalecimiento de la salud física y moral de nuestra triste sociedad por medio de una educación del entendimiento y de la voluntad que hiciera de ella una sociedad de su derecho, de su deber y de su tiempo, propia para la vida del Nuevo Continente, a la usanza americana, contraria a los usos y costumbres enervantes o estacionantes a que las tradiciones impuestas la han doblegado. (OC, v. V, p. 114-115)

Claramente, na citação acima, tratava-se de preparar o advento do futuro de Porto Rico. Hostos estava de frente a forças militares dos Estados Unidos: o presente assim se apresentava e não havia forças em sua pátria que pudessem transformar esse presente. Assim, pelo uso do direito, a transformação seria para o futuro, em um acordo prévio de governo temporário. A missão da Liga era, durante esse tempo, promover a transformação que se propunha preparando o futuro da pátria. No entanto, parece contraditório falar em fortalecer o caráter nacional frente ao desejo de americanização. De modo algum esse processo deveria sobrepor-se ao ser porto-riquenho. Americanizar-se era fazer parte de uma cultura americana continental que, mesmo que originária dos Estados Unidos, deveria ser uma característica do novo mundo. Podemos dizer que se tratava da unidade dentro da diversidade, um princípio de federação presente no pensamento do nosso autor também nessa fase. Era como se Hostos percebesse um espírito americano extensivo ao continente.

Essa americanização pressupunha a cura, a saúde física e moral do porto-riquenho, tornando-o um homem de dever e direito que pudesse viver ao modo americano, abandonando as tradições impostas, vindas da Espanha. Nas várias petições que os Comissionados de Porto Rico levaram ao presidente dos Estados Unidos estavam as que pediam o estabelecimento da educação bem como os meios e recursos para efetuar-la em todos os âmbitos. O regime desumano da Espanha havia resultado no decaimento da alma do povo (OC, v. V, p. 91), o que tornava necessário a organização do ensino público. A Liga deveria contribuir, portanto, para defender e buscar os meios de promover essas transformações.

Uma relação de meios e fins, bem comum no pensamento de Hostos, estava presente em todo projeto da Liga de Patriotas a qual havia fundado. Chegar ao governo temporário seria o meio para se chegar à americanização. A Liga e seus comissionados deveriam trabalhar para se chegar a esse governo. Estavam chamados a esse dever como porto-riquenhos amigos das instituições chamadas a redimi-los da escravidão moral deixada pelo colonialismo, convencidos de que o governo civil reclama a aprendizagem prática que somente dos irmãos maiores do continente poderiam receber (OC, v. V, p. 146).

Na forma como Hostos colocou as estratégias políticas nesse momento retirava sua pátria da ignomínia que representaria a imposição de uma força estranha. A obra de americanização deveria ser obra comum de porto-riquenhos e americanos, algo que atendesse aos interesses de ambos. Tal obra não poderia significar a absorção dos porto-riquenhos, mas algo viável sempre que o Congresso Federal ouvisse a voz daqueles que, em Porto Rico, aspirando a desespanholização completa, quisessem a intervenção (OC, v. V, p. 147). Nosso autor amarrava seu discurso na defesa incondicional do direito de representatividade de Porto Rico. Estar sob um regime de governo externo provisório não deveria significar novo colonialismo e sim um passo rumo à federação.

Todo esse processo de americanização guardava em si um objetivo muito maior vislumbrado por Hostos. Se no final Porto Rico se tornasse um Estado da União, referindo-se aos Estados Unidos, estaria em condições dignas para viver como parte integrante daquela Federação. No entanto, se como eles, os porto-

riquenhos, queriam, a ilha viesse a fazer parte da Confederação das Antilhas, também estaria em condições dignas. Seja por um ou outro fim, segundo Hostos, a ilha tinha que se americanizar. Mudar sua organização social, regime econômico, modificar costumes sociais e políticos (OC, v. V, p. 148). Era, em suma, uma revolução que pressupunha o abandono do espírito europeu e adoção do americano.

Cumprir com tudo isso era realizar todo o programa esboçado no texto da “Liga de Patriotas Porto-riquenhos”. O que foi chamada como obra da civilização no período em questão apresentou-se para Hostos como uma forma de americanização de Porto Rico, o que significava dotar essa sociedade daquelas instituições democráticas que tanto admirava. Tal processo daria à Porto Rico a condição de escolher, frente à divisão de opiniões existentes entre os porto-riquenhos, entrar na União Americana como estado federado ou formar a Confederação das Antilhas. Tanto numa quanto noutra, a ilha, segundo Hostos, estava destinada a ser um coeficiente da civilização universal (OC, v. V, p. 148).

Coeficiente da civilização universal ou, de forma mais clara, parte dessa civilização. Este era o papel que Hostos pretendia para sua pátria: retirá-la de um estado descolado da representatividade do continente no qual se inseria. A idéia de coeficiente da civilização universal novamente aponta para o seu pensamento internacionalista, no alcance que conferia à América uma vez trazia em seu discurso a expressão de seu americanismo, recuperando a idéia de uma América una. Não fez distinção nesse momento, entre América do norte ou da latina, ou mesmo entre as Antilhas. tratava-se do todo agregado no termo civilização.

Outro ponto que é importante ressaltar dentro do interesse que move o nosso trabalho, o antilhanismo de Hostos, é a intenção que havia desde o início em seu ideal de governo temporário. Por detrás dessa idéia estava a persistente defesa da Confederação Antilhana. Ser um Estado da União norte-americana era um desejo alheio aos desejos de muitos porto-riquenhos e aos de Hostos, que sempre vislumbrou a união das Antilhas. Para ele, o pedido de tal governo deveria ser acompanhado da declaração de que o propósito de Porto Rico era formar, no futuro, uma Confederação das Antilhas (OC, v. V, p. 132). Apesar de se encontrar num

momento particular de envolvimento com sua pátria, Hostos não abandonou o ideal que sempre defendera desde o princípio de sua luta pelas Antilhas como um todo. De alguma forma via nos estatutos da Liga a defesa de um bem para Porto Rico, para Cuba e a República Dominicana, apesar dos diferentes contextos que no momento enfrentavam.

Em carta ao general cubano Maximo Gomes, em 1899, se referiu aos estatutos da sociedade patriótica como indispensáveis para formar o povo porto-riquenho e convenientes para desenvolver o povo em Quisqueya (República Dominicana) e Cuba, aonde, algum dia, iriam os propósitos e boas intenções da Liga de Patriotas despertar a idéia de uma organização metódica da civilização (OC, v. IV, p. 208). Posteriormente, em carta ao dominicano Henríquez y Carvajal, em 1899, disse que lhe enviaria os estatutos da Liga na crença de que talvez alguém quisesse para Quisqueya o que ele tentava para o bem de Porto Rico e de todas as Antilhas (OC, v. IV, p. 213). Toda aquela construção em torno de uma obra da civilização, Hostos acreditava poder levar para as ilhas que considerava também sua pátria. Nesse sentido, nutria ainda o desejo de realizar uma nacionalidade antilhana fundamentando-a não apenas nos já referidos elementos geográficos e históricos, mas nos mesmos princípios de organização do futuro.

Nesse novo contexto de luta, Hostos expressou a continuidade de seu antianexionismo ao lutar pelo direito de representação dos porto-riquenhos. Embora sua admiração pelos Estados Unidos e aceitação de sua presença cause a impressão de uma conformidade com a ordem, ele chegou de fato à conclusão que Porto Rico não poderia ir à independência efetiva. Para o intelectual porto-riquenho não se tratava mais de posições particulares, independentista ou anexionista, mas sim de uma preocupação comum: o futuro da ilha (OC, v. V, p. 15).

Assim, fez de sua atual luta política e social por sua pátria a expressão da luta pelo direito dos membros dessa sociedade de exercer sua vontade podendo escolher entre ser ou não ser cidadãos dos Estados Unidos, seguir sendo ou deixar de ser cidadãos da pátria geográfica e histórica, buscar e seguir o exemplo dos Estados Unidos para deixar de ser representantes do passado e ser homens de seu tempo e sociedade de futuro (OC, v. V, p. 9). Havia em sua proposta todos esses

deveres históricos a serem cumpridos. Cabia a ele, com seu senso de dever, dar um passo para tornar tudo isso realidade.

Podemos dizer que essa fase vivida por Hostos consistia em um anexionismo condicional presente em seu ideal antilhanista. Nesse momento, ao retornar para Porto Rico e entrar em contato com a situação em que se encontravam os porto-riquenhos, ele acabou vendo na presença dos Estados Unidos um fator de civilização para sua pátria. A partir de então advogou para que ali se instalasse um governo temporário, o que significava aceitar o anexionismo de forma condicionada. Tal anexação poderia levar ao federalismo ou à independência de Porto Rico após passada essa etapa temporária.

Contudo, considerar e analisar o que identificamos como sendo uma terceira fase do antilhanismo hostosiano requer certos cuidados para não diminuir o significado das fases anteriores. Inegavelmente existiram no pensamento antilhanista hostosiano períodos marcadamente anticolonial, antiespanhol, independentista e antianexionista como já demonstrados e analisados. Porém, como anteriormente referido, Hostos empreendeu sua luta de acordo com as circunstâncias de um ou outro período, o que permitiu observar a origem, continuidades e descontinuidades do seu ideal antilhano. Dessa forma, localizar nessa terceira fase uma certa ruptura com relação às demais não significa negá-las integralmente.

Podemos dizer que, nessa que estamos chamando de fase anexionista condicionada, os elementos anteriormente citados estavam presentes sob novas perspectivas. A começar pelo elemento antiespanhol, vimos que a aceitação da presença dos Estados Unidos em solo porto-riquenho por parte de Hostos estava diretamente ligada à herança espanhola, responsável pela debilidade dos porto-riquenhos. Quanto aos elementos anticolonial e antianexionista, sua defesa de um governo temporário para Porto Rico e a defesa do direito de plebiscito no qual prevaleceria a vontade dos porto-riquenhos de ser ou não incorporados aos Estados Unidos demonstram que o intelectual ainda guardava em si tais posições.

MALDONADO-DENIS (1988, p. 551) foi incisivo na defesa da posição antiimperialista de Hostos, ainda quando ele considerou a anexação de Porto Rico. Para o referido autor o que ficou claro em todo momento era a preferência independentista de Hostos. Podemos concordar com o referido autor na utilização do termo antiimperialismo. Em nossa leitura de um ideal antilhano que se mantém e se transforma ao longo da sua vida, é possível dizer que, a partir da ocupação de Porto Rico pelas forças norte-americanas e levando em consideração o diagnóstico que realizou da sociedade porto-riquenha, Hostos, embora, como único caminho encontrado, aceitasse o anexionismo temporário, colocava-se categoricamente contra a política imperialista dos Estados Unidos e, dessa forma, incorporava ao seu antilhanismo um novo elemento.

De fato, Hostos não queria para sua pátria um novo colonialismo e muito menos um anexionismo forçado, o que o levou através do texto da “Liga de Patriotas” criar um estatuto que impunha condições para a presença estadunidense. No seu projeto de um governo temporário, estava implícito o desejo de atingir a independência a médio ou a longo prazo, uma vez que, como vimos, ele não concebia, diante daquela conjuntura política, a possibilidade de ir à independência de fato. Esta afirmação pareceu a GONZÁLES-RIPOLL NAVARRO (1996, p. 79), como que se Hostos estivesse desistindo do seu ideal de independência, porém a autora apontou para a esperança que o porto-riquenho depositava na facção antiexpansionista, moderna e civilizadora da vida americana. Assim, se a luta hostosiana pelas Antilhas despertou certo desconforto por ocasião da invasão militar de Porto Rico, no que se refere às fases anteriores, devemos considerar que na base do antilhanismo hostosiano estava um claro projeto civilizador, haja vista as inúmeras vezes que se referiu aos elementos de progresso e civilização.

Aceitar temporariamente a presença dos Estados Unidos visava um processo de civilização necessário aos antilhanos. Hostos não se referia à absorção, pois negou a permanência da subordinação. Sua referência, podemos dizer, estava direcionada à idéia de federação interamericana. O período que Porto Rico passaria sob o governo dos Estados Unidos seria apenas o necessário para entrar em condições de realizar a Confederação Antilhana junto com as demais Antilhas, haja vista seu desejo de estender os princípios da Liga à Cuba e à República

Dominicana. Há em tudo isso o caráter integrador do seu ideal antilhano. A unidade antilhana era seu ponto de partida para realizar uma unidade mais ampla seja de cunho americanista, seja de cunho humanista, uma vez que idealizava uma harmonia humana.

CONCLUSÃO

Em nossa investigação apontamos para o aparecimento de uma consciência e sentimento de antilhanía que se converteu em um ideal de antilhanismo entre a intelectualidade caribenho-antilhana do século XIX. Na análise desse ideal constatamos que este surgiu em meio ao que fora denominado processo de independência tardio das Antilhas, particularmente, Porto Rico e Cuba e, ainda, se estendia à República Dominicana em seus conflituosos desdobramentos políticos depois de conquistada a independência. Nesse sentido, atribuímos a esse antilhanismo o peso de um projeto de identidade forjado a partir do colonialismo espanhol e neocolonialismo estadunidense presentes na região.

Um olhar lançado à realidade deveria ser a conduta dos intelectuais políticos que tomados pelo sentimento e consciência de antilhanía assumiram a defesa da pátria. A partir de um olhar perscrutador desejoso de apresentar as mazelas do passado e do presente, acreditava-se na possibilidade de indicar os novos caminhos a serem seguidos no processo de reordenação do real, vislumbrando-se um novo futuro. Nas Antilhas, entre aqueles que lutavam para a constituição de suas nações, esse futuro se daria, sobretudo, na idéia de uma Confederação Antilhana.

Não se tratava, contudo, de mera unidade com fins políticos e econômicos. Questões como escravidão, miscigenação e educação constituíram parte das discussões da intelectualidade antilhanista. Nesse sentido, o antilhanismo se fundamentava numa realidade histórico-social mais complexa a qual precisava ser pensada e transformada. Muito mais que uma preocupação política em determinar as recentes nações, o antilhanismo propunha a reivindicação de uma identidade cultural com elementos antilhanos. Tal identidade deveria atribuir um sentido de unidade aos povos da região.

Em meio a essa intelectualidade, o pensamento e obra do porto-riquenho Eugenio María de Hostos constituiu, em nosso trabalho, objeto de aprofundamento e maior compreensão do ideal antilhanista. Investigar algumas bases do pensamento antilhanista identitário e integrador de Hostos significou, além da pretensão de situá-lo e justificá-lo dentro dessa discussão identitária, dar vazão à dinâmica constituidora do pensamento latino-americano. Compreender o antilhanismo hostosiano consistiu, portanto, em uma tarefa que tinha por objetivo a igual compreensão da história das idéias na América e, especificamente, no Caribe.

Particularmente, observamos que antilhanismo hostosiano esteve condicionado por uma peculiar visão de mundo e da humanidade, fato evidenciado a partir de alguns preceitos básicos de seu pensamento. Alguns princípios foram importantes na constituição do seu ideal antilhanista: a visão harmônica do mundo, as idéias de “civilização plena” e de “homem completo”, os ideais do bem e do dever, etc. Ver no mundo uma harmonia entre o todo e a parte levou o intelectual porto-riquenho a conceber leis gerais ordenadoras de todo o cosmo. Dentre essas leis que regiam e ordenavam o mundo, a lei de sociabilidade deu a base do antilhanismo integrador de Hostos, pois, para ele, a união representava uma ordem cósmica da qual não se podia fugir.

Pensando a sociabilidade como algo intrínseco a todo o universo, Hostos transportou essa idéia a todas as esferas do humano. Os homens, tanto em âmbito social quanto individual, estavam chamados a realizar uma ordem coletiva, pensamento que, dentro da temática antilhanista, justificava a proposta de Confederação Antilhana. Nas sociedades humanas, a associação seria condição necessária para resolver os problemas de natureza política econômica e social. Particularmente, nas Antilhas, a associação, com objetivo de lutar pela independência, liberdade e justiça, significava o meio de cura das patologias provenientes da herança colonial diagnosticadas por ele.

Na defesa dessa lei de sociabilidade, o intelectual porto-riquenho utilizou incansavelmente em seu discurso o ideal de federação, colocando-o como parte da evolução das idéias humanas. A partir do princípio federativo que antevia uma aliança política sem perder de vista a soberania das partes, o ideal antilhanista

integrador de Hostos constituía passo necessário à realização do que ele concebia como um Estado Internacional. Chegar a essa condição representava atingir, no pensamento hostosiano, a plena civilização, processo que implicava também em uma evolução do próprio homem.

A civilização seria resultado do desenvolvimento das forças materiais e morais da sociedade, o que exigia do homem um elevado nível de consciência. O homem em seu pleno desenvolvimento moral concorreria para a prática do bem e o cumprimento de seus deveres para com a sociedade se tornado, portanto, um homem completo. Esse homem representava um “vir-a-ser” essencial dentro desse processo civilizador pensado por Hostos. Nesse sentido, “civilização plena” e “homem completo” se tornam, na visão hostosiana, tendências evolutivas e atestam uma idéia de progresso necessário. Mantendo coerência com sua visão de mundo, verificamos que seu antilhanismo representava um coeficiente de sua idéia de civilização, fundamentada em princípios éticos e morais.

O antilhanismo em Hostos surgia como preceito de sua própria moral e como expressão do homem completo que ele desejava se tornar. Tais condições o levaram, em sua trajetória de vida, a empreender uma luta para transformar seu ideal antilhanista em realidade. Tal luta, assumida por ele como um compromisso, sempre orientada por um aguçado senso de dever e por um amplo conceito de pátria e sentimento de patriotismo, se cumpriu primeiramente através da literatura e seguiu seu curso no seu envolvimento em todo o processo revolucionário independentista das Antilhas espanholas.

Essa trajetória cumprida por Hostos, e deixada de forma clara em toda sua obra, nos conduziu a uma leitura cronológica que resultou na elaboração de uma tipologia de seu ideal antilhano, que incorporava três diferentes fases, apresentadas e analisadas no decorrer desse trabalho. Tais fases terminaram por revelar especial particularidade no ideário antilhanista de Hostos. Através dessa perspectiva identificamos, nos diversos períodos e circunstâncias históricas vividas por ele, os elementos de formação e apoio do seu ideal. Posicionamentos de cunho autonomista, independentista, antianexionista, antiespanhol, antiimperialista, sempre

acompanhados pelo constante anticolonialismo, marcaram as diferentes fases do antilhanismo hostosiano.

O invariável elemento anticolonial verificado nas fases antilhanistas evidencia o fato de Hostos ter apoiado seu ideal antilhano no constante diagnóstico do presente e do passado das Antilhas. Na retomada que fez do autóctone, exaltando o tempo anterior à conquista, o intelectual porto-riquenho colocou a herança colonial como responsável pelos males que se verificava não apenas no cenário antilhano, mas em toda a América de colonização ibérica. Nem mesmo os primeiros movimentos independentistas haviam superado essas mazelas, uma vez que as nações já independentes ainda se encontravam fragmentadas, divididas em seus localismos e atravessadas por formas personalistas de governo.

Entretanto, observamos que, na visão de Hostos, essa enfermidade que tomava as Antilhas e a América Latina como um todo, diferente do que pensaram outros intelectuais latino-americanos do período, não estava vinculada a qualquer princípio racial ou étnico. Não se tratava de elevar a raça autóctone e negar a raça colonizadora, espanhola, haja vista sua defesa de criação de um espírito latino, quando, em seu antilhanismo autonomista propôs a unidade entre a Espanha e as Antilhas, ou ainda as reiteradas vezes em que se referiu a união da raça antilhana ou, de forma mais ampla, raça latino-americana. Com tal pensamento, ele integrava todos os elementos sociais constitutivos dessas sociedades, pois, para ele, o problema estava em um certo atavismo moral que tomara conta desses povos acostumados com sua enfermidade. É nesse sentido que ele concebia a educação como caminho necessário para superação desse estado de enfermidade moral.

Por outro lado não podemos deixar de considerar que o enaltecimento de uma raça latino-americana e antilhana, sobretudo no período independentista e antianexionista do antilhanismo hostosiano, constituía um recurso argumentativo do autor com vista a chamar atenção para o avanço imperialista dos Estados Unidos no continente. Como afirmado, o antilhanismo, enquanto consciência e sentimento, surgiu frente à presença colonial e neocolonial no cenário caribenho-antilhano sendo, portanto, uma forma de afirmar essa América Latina tantas vezes desdenhada e, ainda, negar a possibilidade de novas formas de domínio. A

admiração que Hostos tinha pela nação da América do Norte não autorizava qualquer investida contra a soberania de outro país. Mesmo em sua fase anexionista condicional, momento em que aceitou a presença temporária dos Estados Unidos, não se tratava de aceitar indefinidamente novas formas de domínio, mas apenas de utilizar todo o desenvolvimento dessa nação para promover aquela transformação moral e civilizar sua pátria, colocando-a em condições reais de liberdade.

De forma geral, guardadas as diferenças, como resultado das análises das três fases do antilhanismo hostosiano, podemos concluir que cada uma delas aparece dotada de um mesmo ideal antilhano. Em todas, seja na vertente autonomista e anticolonial, seja na independentista e antianexionista, seja naquela que mais causou perplexidade, a anexionista condicional, verificamos uma profunda preocupação do nosso autor em conferir uma existência soberana para as Antilhas. Nesse sentido, podemos concluir que o antilhanismo hostosiano consistia em um projeto de identidade para as Antilhas. Em sua natureza integradora o antilhanismo hostosiano pressupunha naturalmente um projeto de identidade para Porto Rico e Cuba, bem como para a República Dominicana. Hostos desejava confederar as Antilhas com vista a realizar seu ideal de um Estado Internacional.

A idealização de uma outra realidade antilhana pedia antes a realização de um futuro imediato que, nos casos cubano e porto-riquenho, significava lutar para se tornar independente das malhas do colonialismo espanhol e, de forma geral, para as três ilhas, significava a conquista e manutenção da liberdade frente ao expansionismo estadunidense. Apesar dos resultados controversos no que se refere à presença dos Estados Unidos no território antilhano, Hostos não perdeu de vista o ideal de criar uma Confederação Antilhana. Independência e liberdade nem sempre tiveram o mesmo significado nas diferentes fases do antilhanismo hostosiano. Em seu período autonomista esses ideais estavam relacionados à possibilidade de fazer das Antilhas algo parecido com uma província espanhola autônoma. No período anexionista condicional a independência de fato somente se daria como consequência de um processo civilizador. Somente em sua fase independentista, envolvido pelo contexto revolucionário cubano, Hostos de fato colocou esses ideais como fins imediatos.

Seja como for, a conquista da independência e liberdade das Antilhas, qualquer que fosse a forma em que se apresentava no antilhanismo hostosiano, estava sempre em consonância com os interesses que se apresentavam no cenário caribenho-antilhano. Claramente, para Eugenio María de Hostos, a conquista dessas condições se tornara um fim a ser alcançado mesmo que em longo prazo. Realizar esse fim possibilitaria a realização de um outro fim desejado por Hostos, qual seja, o de conferir às Antilhas representatividade no continente e no mundo, atribuindo as mesmas uma identidade internacional.

Por fim, ainda nos resta apresentar as conclusões ao que colocamos como hipótese desse trabalho ou seja, a perspectiva de um projeto de identidade cultural supranacional presente nos escritos hostosianos no período de 1863 a 1903. A primeira consideração que devemos fazer é de que a questão da supranacionalidade não se restringiu ao pensamento hostisiano. Cabia aos intelectuais envolvidos no processo de independência de seus países a tarefa de pensar a construção das novas nações e, conseqüentemente, da identidade nacional. Essa problemática manteve-se viva no pensamento latino-americano durante todo o século XIX. Um marcado pensamento nacionalista deu continuidade a essa preocupação com o próprio, mas também colocou como questão o ideal de unidade americana ,conclamado por Bolívar.

Indiscutivelmente consideramos haver, de forma geral, no pensamento antilhanista do século XIX um claro viés regional baseado no reconhecimento de uma identidade geográfica, étnica e histórica, bem como na solidariedade entre os intelectuais que, ultrapassando suas localidades, falavam em nome das Antilhas. Entretanto, também constatamos no pensamento antilhano, e conseqüente antilhanismo, a abertura a uma perspectiva supranacional, pois era comum entre seus intelectuais a idéia das Antilhas como um bloco de equilíbrio das relações entre as Américas e dessas com o mundo.

Especificamente, no antilhanismo hostosiano, a idéia de uma identidade cultural supranacional apresenta-se desde sua concepção de pátria. Na primeira fase de seu ideal, iniciada em 1863, Hostos demonstrou falar em nome não de Porto Rico, mas do todo antilhano, ao se referir a sua pátria geográfica presente em todas

as Antilhas e ainda, ao atribuir aos personagens de sua obra *La Peregrinación de Bayoán*, nomes que representavam, cada qual, uma das ilhas por ele defendidas. Nessa mesma fase, o porto-riquenho tornou ainda mais extensiva essa supranacionalidade, ultrapassando as próprias fronteiras antilhanas na proposta de unidade com a Espanha.

Em outra circunstância histórica, definida em fins do ano de 1869, quando nosso autor assumiu sua postura independentista e antianexionista, fez de seu ideal uma junção entre o nacional e supranacional. Sem descuidar de Porto Rico, se envolveu com a luta revolucionária cubana e com as causas políticas da República Dominicana. A supranacionalidade, mais que um ideal, se tornava uma prática. Completar a obra revolucionária significava para o intelectual antilhano realizar o ideal de uma América Latina integral. A própria concepção de Hostos sobre a nacionalidade antilhana, como vimos, pressupunha um fim histórico para a raça latino-americana, o que coloca em evidência o pensamento integrador do autor.

Podemos afirmar que o elemento supranacional ultrapassava as Antilhas, a América Latina e se estendia a todo continente através da defesa por Hostos do Novo Mundo como espaço chamado a cumprir a obra civilizadora. Seu antilhanismo como um projeto de unidade com fins políticos, econômicos e sociais, se tornava parte importante para realização dessa obra. De forma ainda mais ampla, com um antilhanismo de natureza integradora, o intelectual porto-riquenho, influenciado pela filosofia krausista, desejava não apenas a mera união das Antilhas por questões políticas, históricas, étnicas, geoestratégica, mas sim chegar à conciliação e harmonização da humanidade, o que confere a seu ideal um alcance universal. Com esse pensamento se lançou às Antilhas, a América e ao mundo e fez do seu antilhanismo integrador o primeiro passo, o exemplo para atingir a referida harmonia.

Em suma, sem a pretensão de esgotar o assunto, acreditamos que, com nosso trabalho, demonstramos como o antilhanismo hostosiano foi tomando forma em seu pensamento permitindo entrever sua proposição de identidade e unidade americana. Queria Hostos fazer das Antilhas a mediadora de todas as relações dos povos americanos, que as Antilhas dessem o primeiro passo na construção do Estado Internacional americano, que fossem o germe, o ponto de partida daquele

compromisso que a humanidade ainda deveria cumprir, de formação da sociedade internacional, uma evolução superior da sociabilidade humana. Elevar as Antilhas a essa condição exigia lutar pela conquista e manutenção da liberdade, além de transformar suas condições materiais, intelectuais e morais. Cabia a ele, como um homem de dever, dar o primeiro passo o que consistia em identificar e demonstrar os meios para se chegar ao fim desejado.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

ABELLÁN, J. Luis. La dimensión krauso-positivista en Eugenio María de Hostos. In. *Cuadernos Americanos Nueva Época*. Universidad Nacional Autónoma de México, Año III, v. 4, p. 58-66, julio-agosto 1989.

AINSA, Fernando. Hostos y la unidad de América Latina: raíces históricas de una utopía necesaria. In. *Cuadernos Americanos Nueva Época*. Universidad Nacional Autónoma de México, Año III, v. 4, p. 67-88, julio-agosto 1989.

AINSA, F. Reflejos y antinomias de la problemática de la identidad en el discurso narrativo latinoamericano. In UBIETA GOMEZ, E. (org.) *Identidad cultural latinoamericana. Enfoques filosóficos literarios*. La Habana: Editorial Academia, 1994, p. 53-72.

ARPINI, Adriana. Autonomía y federación en la utopía civilizatoria de Eugenio María de Hostos. In. ANDRÉS ROIG, Arturo (comp.) *Proceso civilizatorio y ejercicio utópico en Nuestra América*. San Juan: Editorial Fundación Universidad Nacional de San Juan, 1995, p. 189-198.

BAGGIO, K. G. *A Questão Nacional Em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1988.

BAGGIO, K. G. Representações da nação mestiça no Caribe hispânico insular. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5/katia5.htm>. acessado em 16/01/06.

BALCÁRCEL, J. L. Dinámica de la identidad. In UBIETA GOMEZ, E. (org.) *Identidad cultural latinoamericana. Enfoques filosóficos literarios*. La Habana: Editorial Academia, 1994, p. 84-95.

BETANCES, Ramón E. *Las Antillas para los antillanos*. San Juan de Puerto Rico: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975.

BILBAO, Francisco. Iniciativa de la América: Idea de un Congreso Federal de las Repúblicas. In. Leopoldo Zea (comp.) *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-66.

BLANCO-FOMBONA, R. Eugenio María de Hostos (1839-1903). In. *América y Hostos: colección de ensayos acerca de Eugenio María de Hostos*. Recolhidos e publicados por Habana Cultural, 1939, p. 93-129.

BOSCH, Juan. Mujeres en la vida de Hostos. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 108-135.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

CARDOSO, C. F. & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In. CARDOSO, C. F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARVALHO, E. R. e OLIVEIRA, G. G. Perspectivas interpretativas do Caribe e o antilhanismo de Eugenio María de Hostos. In: *Caribe, sintonias e dissonâncias*. (Org.) Olga Cabrera, Jaime de Almeida. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004, p. 213-234.

CORTÈS ZAVALA, M. T. La construcción *criolla* de un espacio cultural en la narrativa puertorriqueña: el caso de Manuel Alonso y Zeno Gandía. *Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro d Estudos do Caribe no Brasil/Universidade Federal de Goiás*. Goiânia/Brasília: Ed. CECAB. v. 1, n. 2, p. 109-128, janeiro-junho 2001.

DEVÉS VALDÉS, E. El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política. *Textos de História*. Brasília, UnB, v. 4, n. 1, 1996, p. 181-190.

DUFUR, A. L.; ARPINI, A. El antillanismo como teoría y como compromiso. *SOLAR – Estudios Latinoamericanos*. Santiago, Chile, 1997, p. 61-69.

ESTRADE, Paul. Observaciones sobre el caracter tardio y avanzado de la toma de conciencia nacional en las Antillas Españolas. In. *Identidad nacional y cultural de las Antillas Hispanoparlantes*. Universidad Carolina – Praga. Simpósio Internacional Holguín, 1990, p. 21-49.

FALCON, Francisco. História das Idéias. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91-125.

FUENTES, Carlos. *O Espelho Enterrado: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GARCIA, G. Luis. Puerto Rico propio y ajeno: prospecto para centenaristas del 98. In. ZAVALA, M. T. Cortés, OROVIO, C. N. e SALAS, J. A. Uribe (orgs.) *El Caribe e América Latina: el 98 en la coyuntura imperial*. México: Instituto de Investigaciones Históricas, 1998, p. 367-385.

GAZTAMBIDE-GEIGEL, A. Identidades internacionales y cooperación regional en el Caribe. *Revista Mexicana del Caribe*, Año V, n. 9, p. 7-35, 2000.

GAZTAMBIDE-GEIGEL, A. La invención del Caribe en el siglo XX. *Revista Mexicana del Caribe*, Año I, n. 1, p. 74-96, 1996.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINER, Salvador. El pensamiento sociológico de Eugenio María de Hostos. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 383-396.

GIORGIS, L. *El "hombre" en las fronteras de la "identidad"*. Córdoba, Argentina, 1993, p. 1-6. Mimeografiado.

GIRVAN, N. Reinterpretar el Caribe. *Revista Mexicana del Caribe*, Año IV, n. 7, p. 6-34, 1999.

GONZALEZ-RIPOLL, María Dolores; GARCIA MORA, Luis Miguel. *El Caribe en la época de la independencia y las nacionalidades*. México: UMSNH, Instituto de Investigaciones Históricas, 1997.

GONZALES-RIPOLL NAVARRO, María D. *Eugenio María de Hostos: utopía y federación*. México: UMSNH. Instituto de Investigaciones Históricas, 1996.

GUTIÉRREZ, L. Alvarez. El concierto de las naciones y la quiebra colonial española a finales del siglo XIX. In. ZAVALA, M. T. Cortés, OROVIO, C. N. e SALAS, J. A. Uribe (orgs.) *El Caribe e América Latina: el 98 en la coyuntura imperial*. México: Instituto de Investigaciones Históricas, 1998, p. 23-46.

HOSTOS, Eugenio María de. *Obras Completas*. Edición conmemorativa del Gobierno de Puerto Rico. La Habana, Cultural S.A., 1939.

HOSTOS, Eugenio M. de. *Eugenio María de Hostos: Obra Literaria Selecta*. Antología organizada por Julio César Lopez. Caracas: Biblioteca Ayacucho v. LXXXVI. Editorial Ex Libris, 1988.

HOSTOS, Eugenio María de. *Moral Social – Sociología*. Antología organizada por Manuel Maldonado-Denis. Caracas: Biblioteca Ayacucho v. XCVI. Editorial Italgráfica, 1982.

HOSTOS, Eugenio María de. *América: la lucha por la libertad*. Antología organizada por Manuel Maldonado-Denis. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LARRAIN IBAÑEZ, Jorge. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.

LOPEZ, J. César. Prólogo. In. LOPEZ, J. C. (org.) *Eugenio María de Hostos: Obra Literaria Selecta*. Caracas: Biblioteca Ayacucho v. LXXXVI.. Editorial Ex Libris, 1988, p. IX-XXVII.

LÓPEZ MORILLAS, Juan. *El Krausismo Español*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

MALATIAN, Teresa M. Metáfora e Nação: a identidade latino-americana em Manuel Bomfim. In. DAYRE, E. g. e IOKOI, Zilda M. G. (coords.) *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1996, p. 113-121.

MALDONADO-DENIS, Manuel. La vocación caribeña y latinoamericana de Eugenio María de Hostos. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. IX-XXXV.

MALDONADO-DENIS, Manuel. Eugenio María de Hostos: sociólogo y maestro antillano. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Moral Social – Sociología*. Caracas: Biblioteca Ayacucho v. XCVI. Editorial Italgráfica, 1982, p. IX-XXXVI.

MALDONADO-DENIS, Manuel. Hostos y Martí: paralelismos en la lucha de ambos por la independencia de las Antillas en el siglo XIX. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 546-560.

MARTÍ, José. Nossa América. In. *Nossa América*. Textos seleccionados por Roberto Fernandez Retamar. São Paulo: Hucitec/Associação Cultural José Martí, 1983, p. 194-201.

MASSUH, Victor. Hostos y el Positivismo Hispanoamericano. In. ZEA, Leopoldo (comp.) *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 215-232.

MELÉNDEZ, Concha. Hostos y la naturaleza de América. In. *América y Hostos: colección de ensayos acerca de Eugenio María de Hostos*. Recolhidos e publicados por Habana Cultural, 1939, P. 2-95.

MORA, Gabriela. Hostos intimista. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 259-300.

PEDREIRA, A. S. In. Hostos, ciudadano de América. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 5-107.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. A etnicidade: um novo conceito para um fenômeno novo?, p. 20/32; Raça, Etnia, Nação, p. 33/54. In. *Teorias da Etnicidade*, SP UNESP, 1998.

PRADO, María Ligia. América Latina: tradição e crítica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 167-174, set. 1981.

PRADO, María Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, María Ligia. *América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp e Bauru: Edusc, 1999, p. 53-117.

QUEIROZ, M. José de. *A América, a nossa e as outras: 500 anos de ficção e realidade, 1492-1992*. Rio de Janeiro: Agir, 1992.

RODRÍGUEZ DEMORIZI, E. Hostos en Santo Domingo. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 200-258.

RODRÍGUEZ OZÁN, M. Elena. Hostos y el nacionalismo latinoamericano. *Cuadernos Americanos Nueva Época*. Universidad Nacional Autónoma de México, Año III, v. 4. p. 89-92, julio-agosto 1989.

ROIG DE LEUCHENRING, Emilio. Hostos y Martí, dos ideologías antillanas concordantes. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 533-545.

ROSA, R. DE Melo. A noblesse haitiana nos 200 anos de Império Negro. In: *Caribe, sintonias e dissonâncias*. (Org.) Olga Cabrera, Jaime de Almeida. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004, p. 235-276.

SAN MIGUEL, P. L. Visiones históricas del Caribe: entre la mirada imperial y las resistencias de los subalternos. *Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil/Universidade Federal de Goiás*. Goiânia/Brasília: Ed. CECAB, V. 1, n. 2, p. 37-89, janeiro-junho 2001.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Argirópolis o la Capital de los Estados Confederados del Río de la Plata. In *Obras de D. F. Sarmiento*. Buenos Aires: Editadas por A. Belin Sarmiento, publicadas bajo los auspicios del gobierno argentino, 1896, Tomo XIII.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Trad. de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Conflicto y armonía de las razas en América – Conclusiones. ZEA, Leopoldo (comp.). *Fuentes de la Cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, Tomo I, p. 401-411.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

TEJADA, F. Elias de. *Las doctrinas políticas de Eugenio María de Hostos*. Madrid Cultura Hispánica, 1994.

TORRES, C. Arturo. Hostos. In. MALDONADO-DENIS, M. (org.) *Visiones sobre Hostos*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Editorial Arte, 1988, p. 186-196.

UREÑA, C. H. Las ideas pedagógicas de Hostos. In. *América y Hostos: colección de ensayos acerca de Eugenio María de Hostos*. Recolhidos e publicados por Habana Cultural, 1939, p. 225-303.

VELHO, G. Memória, identidade e prometo. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 95, out./dez., 1988, p. 119-126.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In. _____. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97-105.

VENEGAS DELGADO, H. La Confederación Antillana: realidad y esperanza. *Tierra Firme*, Caracas – Venezuela, n. 46, Año 12, V. XII, 1994, p. 187-197.

WASSERMAN, Cláudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenado dos novos países. In. WASSERMAN, Cláudia (coord.) *História da América Latina: cinco séculos*. Porto Alegre: Ed. Iniversidade/UFRGS, 1996, p. 178-215.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

ZEA, Leopoldo. Hostos como conciencia latinoamericana. *Cuadernos Americanos Nueva Época*. Universidad Nacional Autónoma de México, Año III, v. 4, p. 49-57, julio-agosto 1989.

ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)